

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PAULO SÉRGIO XAVIER

**O CURRÍCULO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

CAMPO GRANDE

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PAULO SÉRGIO XAVIER

**O CURRÍCULO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação sob a orientação da Professora Doutora Lucrécia Stringhetta Mello.

Linha de Pesquisa: Educação, Psicologia e Prática Docente.

CAMPO GRANDE

2017

FICHA DE CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil)

Xavier, Paulo Sérgio

O Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras e a Formação Profissional: das Origens ao Início do Século XXI/Paulo Sérgio Xavier – 2017.
181 f.

Orientadora: Lucrecia Stringheta Mello

Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2017.

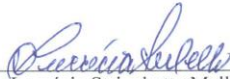
1. Evolução histórica. 2. Currículo e Formação Militar 3. Academia Militar das Agulhas Negras. I. Mello, Lucrecia Stringheta. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. III Título.

Paulo Sérgio Xavier

**O CURRÍCULO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS AO INÍCIO DO
SÉCULO XXI**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Lucrecia Stringhetta Mello - UFMS
Orientadora



Prof.ª. Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira - UEMS
Membro Titular



Prof.ª. Dra. Sônia da Cunha Urt - UFMS
Membro Titular

Campo Grande - MS, 26 de abril de 2017

A Ana Maria, amor de minha vida, companheira de todas as horas. A meus filhos queridos Deborah, João Guilherme e Anna Paula presentes divinos em minha vida. A meus cunhados Judite, Idalci e Artur pelo incentivo. A meus sogros Ildfonso e Judite, os quais considero como se fossem meus pais, pelo apoio durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Lucrécia Stringheta Mello, pela orientação, dedicação, superação, amizade, autonomia e apoio desde o início da escolha da temática e na condução dos trabalhos.

A Ana Maria, amor de minha vida, companheira de todas as horas, pelos dias, noites, finais de semana e feriados que renunciei ao convívio familiar em prol da realização do sonho de concluir o mestrado em educação.

A meus filhos queridos, Deborah, João Guilherme e Anna Paula presentes divinos. A meus sogros Ildfonso e Judite, os quais considero como se fossem meus pais. A meus cunhados Judite, Idalci e Artur pelo incentivo.

Agradeço especialmente a Liliane Pelzl e Horácio Porto, pelo apoio prestado na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sempre com cordialidade, interesse, educação e disponibilidade em bem atender.

A Profa. Dra. Jucimara Rojas pelo diálogo quando da construção do projeto de pesquisa e pelo entusiasmo pela educação.

Às Profas. Dras. Sonia da Cunha Urt e Rosana Carla Cintra Gonçalves, integrantes da Linha de Pesquisa Educação, Psicologia e Prática Docente, pela dedicação e disponibilidade em contribuir com seus conhecimentos e orientações.

À Profa. Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira (UEMS) pela contribuição na qualificação desse trabalho.

Ao Jefferson Gomes Nogueira, que desde 1997, na cidade de Vila Velha – ES, incentivador e propagador da educação entre os militares.

Ao demais amigos de caserna; Juscelino Batista Guedes, Ignácio Nascimento Neto e Marcelo Dias Pinheiro pela contribuição nessa dissertação.

Aos queridos colegas do mestrado 2015.1, Cida, Carol, Evellyn, Douglas, Heloise, Felipe, Jorismary, Laís, Nelson, Priscila, Paula, Rizete e Rubens, com os quais compartilhei minhas dúvidas, angústias como também alegrias e vitórias nesses mais de dois anos.

De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa
Jurista, político, diplomata, escritor,
filólogo (1849-1923)

RESUMO

O estudo apresenta o currículo da formação dos chamados “profissionais das armas” formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que é um dos centros de formação profissional do Exército Brasileiro e uma das mais importantes da América Latina. Pretendeu-se neste trabalho compreender as especificidades da formação profissional militar cujos princípios e valores são norteados pelo *ethos* castrense. Buscou-se, na evolução histórica da educação militar no Brasil, os princípios e concepções doutrinários empregados na construção da grade curricular da AMAN. Objetivou-se analisar se os conteúdos constantes desses currículos capacitam esses profissionais para atuar dentro da vigência do estado democrático de direito, cujos princípios basilares encontram fundamento na dignidade da pessoa humana e nas concepções dos direitos humanos. Dos preceitos regulamentares que regem a educação militar, através da técnica de análise documental e de conteúdo foram retirados os elementos constitutivos do *ethos* militar. A interdisciplinaridade tornou-se a diretriz e a base construção dessa pesquisa de cunho qualitativo que por meio do diálogo com teóricos como: Castro (2002), Chizzotti (2010), Fazenda (1979; 2001; 2009; 2012), Foucault (2013), Gomes (2007), Japiassú (1976), Ludwig (1998), Mello (2004), Rojas (2007) e Weber (1982), buscou-se analisar e compreender os fundamentos e princípios que regem a formação militar. Acrescentou-se a isso o aporte documental contendo informações do currículo da AMAN, das quais com a Análise de Conteúdo foram levantadas categorias de análise. Uma escola de formação de Aspirante-a-Oficial a qual habilita o bacharel em Ciências Militares para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado, que visa desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares do Exército Brasileiro. O currículo é construído com base em leis, decretos e normas internas, assim concluímos que o currículo obedece aos predicados do estado democrático de direito, ao obedecer ao princípio da legalidade e os predicados de direitos humanos. Carece de uma maior integração da educação militar com a educação civil, a fim de superar o isolamento da “sociedade militar” da “sociedade civil” como forma de prevenção para que períodos autoritários não se repitam.

Palavras-chave: Educação - Formação Militar - Currículo.

ABSTRACT

The study presents the training curriculum of so-called "weapons professionals" performed by the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN), which is one of the professional training centers of the Brazilian Army and one of the most important in Latin America. This work study intends to appreciate the specificities of professional military training which principles and values are guided by the military *ethos*. It pursued, in the historical evolution of military education in Brazil, the principles and doctrinal concepts applied in the development of the curriculum of AMAN. The aim of this study was to analyze whether the matters contained in these curriculums enable these professionals to act within the validity of the democratic state of law, which basic principles are based on the dignity of the human person and conceptions of human rights. From the regulatory precepts that rule military education, through documentary and content analysis technique the constitutive elements of military *ethos* have been taken. The interdisciplinarity became the guideline and the base construction of this qualitative research through the debate with theoreticians like: Castro (2002), Chizzotti (2010), Fazenda (1979, 2001, 2009, 2012), Foucault (2013), Gomes (2007), Japiassú (1976), Ludwig (1998), Mello (2004), Rojas (2007) and Weber (1982), the intention was the analysis and understanding of the foundations and principles that rule military training. Add to this the documentary resource containing information from the AMAN curriculum, with Content Analysis, categories of analysis were raised. An Aspirant-to-Officer training school, which qualifies the bachelor in Military Sciences for the positions of Lieutenant and Captain not perfected, which aims to develop the systemic vision of its performance in the political, social, legal, cultural, scientific-Technological, humanistic, educational and environmental in the military organizations of the Brazilian Army. The curriculum is built on the basis of laws, decrees and internal norms, so we conclude that the curriculum obeys the predicates of the democratic state of law, following the principle of legality and human rights predicates. It lacks a greater integration of military education with civil education, in order to overcome the isolation of the "civil society" from "civil society" as a form of prevention so that authoritarian periods do not recur.

Keywords: Education - Military Training - Curriculum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Ministério da Defesa do Brasil.....	28
Figura 2 - Tela de Victor Meirelles: "retrata o lugar, onde se deu a batalha, conforme se refere a História".....	54
Figura 3 - Círculos e escalas hierárquicas das Forças Armadas Brasileiras.....	55
Figura 4 - Tela “Casa do Trem”.....	64
Figura 5 - Tela retratando a Escola do Largo de São Francisco.....	68
Figura 6 - Tela retratando a Escola Militar da Praia Vermelha.....	70
Figura 7 - Tela retratando a Escola de Guerra (Porto Alegre – RS).....	73
Figura 8 - Tela retratando a Escola Militar do Realengo.....	75
Figura 9 - A Academia Militar das Agulhas Negras.....	79
Figura 10 - Organograma dos órgãos de planejamento e direção de ensino do Exército Brasileiro.....	80
Figura 11: A Cidade Acadêmica.....	84
Figura 12 - Organograma da Academia Militar das Agulhas Negras.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos sobre Educação/Ensino Militar.....	40
Quadro 2 - Grade Curricular da Academia Militar das Agulhas Negras.....	96
Quadro 3 - Categorias e subcategorias representativas do <i>ethos</i> militar.....	108
Quadro 4 - Comparação entre preceitos pedagógicos das NCC e as NDACA.....	110
Quadro 5 - Categorias selecionadas nos documentos NCC, NDACA e PP.....	117

LISTA DE SIGLAS

ACISO	-	Ações Cívicas Sociais
AMAN	-	Academia Militar das Agulhas Negras
BAAF	-	Base Aérea dos Afonsos
BI	-	Batalhão de Infantaria
BI Mtz	-	Batalhão de Infantaria Motorizado
CA	-	Calendário Anual
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHS	-	Curso de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais
CF/1988	-	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CIDH	-	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	-	Centro de Informações do Exército
CM	-	Colégios Militares
CNV	-	Comissão Nacional da Verdade
DECEX	-	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DESMil	-	Diretoria de Educação Superior
DTMil	-	Diretoria de Educação Técnica Militar
EB	-	Exército Brasileiro
EMCFA	-	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMFA	-	Estado-Maior das Forças Armadas
EMR	-	Escola Militar do Realengo
ESA	-	Escola de Sargentos das Armas
ESG	-	Escola Superior de Guerra
EsPCEx	-	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA	-	Estados Unidos da América
FA	-	Forças Armadas Brasileiras
FAB	-	Força Área Brasileira
FAux	-	Forças Auxiliares
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
FNM	-	Faculdade Novo Milênio
FT	-	Força Terrestre
GCC	-	Grade Curricular dos Cursos
GLO	-	Garantia da Lei e da Ordem
GT	-	Grupo de Trabalho

IME	- Instituto Militar de Engenharia
ITA	- Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEE	- Lei de Ensino do Exército Brasileiro
MD	- Ministério da Defesa
MINURSO	- Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MONUSCO	- Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
NCC	- Normas para a Construção de Currículos
NDACA	- Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais
ODS	- Órgão de Direção Setorial
OM	- Organizações Militares
ONU	- Nações Unidas
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PP	- Perfil Profissiográfico
PPGEdu	- Programa de Pós-Graduação em Educação
QDT	- Quadro de Distribuição de Tempo
SCMB	- Sistema dos Colégios Militares do Brasil
SEE	- Sistema de Ensino do Exército
SIMEB	- Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
UDN	- União Democrática Nacional
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	- Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNFICYP	- Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre
UNICAMP	- Universidade de Campinas
UNIFIL	- Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNISFA	- Força das Nações Unidas de Segurança Provisória para Abyei
UNMIL	- Missão de Paz da ONU na Libéria
UNMISS	- Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNOCI	- Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

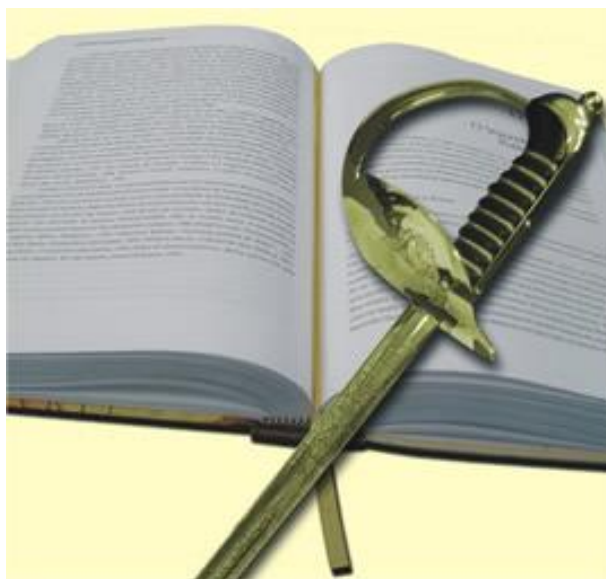
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A FORMAÇÃO DOS MILITARES PROFISSIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	24
1.1 A NOVA MISSÃO DAS FORÇAS ARMADAS E O AFASTAMENTO DOS MILITARES DO CENTRO DO PODER.....	25
1.2 A CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL.....	30
1.3 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS RECOMENDAÇÕES PARA REVISÃO DO ENSINO MILITAR.....	32
1.4 O ESTADO DO CONHECIMENTO: DAS PESQUISAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS MILITARES PROFISSIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	39
1.4.1 As pesquisas tipo Estado do Conhecimento ou Estado da Arte e sua importância.....	39
1.4.2 Análise dos resultados da produção científica sobre a Formação Militar.....	39
2 AS ACADEMIAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO – DA CASA DO TREM A ACADAMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.....	50
2.1 A CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS – UMA NECESSIDADE DOS ESTADOS MODERNOS.....	50
2.2 A CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.....	52
2.3 A SOCIEDADE, A IDENTIDADE E O ESPÍRITO MILITAR.....	56
2.4 A EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL – ORIGEM E EVOLUÇÃO.....	60
2.5 A EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR E DAS ACADEMIAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	64
2.5.1 A Casa do Trem e seu pioneirismo (1972-1810).....	64
2.5.2 Largo de São Francisco (1812-1858).....	67
2.5.3 Escola Militar da Praia Vermelha (1855-1904).....	70
2.5.4 A Escola de Guerra de Porto Alegre – RS (1906-1910).....	73
2.5.5 A Escola do Realengo (1905-1944).....	74
2.5.6 A Academia Militar das Agulhas Negras (desde 1944).....	79
2.5.7 A estrutura de ensino do Exército Brasileiro.....	80
2.5.8 A atual transformação do ensino em implementação.....	82
3 A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.....	84
3.1 O POSITIVISMO NO BRASIL E NAS FORÇAS ARMADAS.....	85

3.2 CURRÍCULO: CONCEITOS E HISTÓRICO.....	87
3.3 O PERFIL PROFISSIONAL DOS DISCENTES DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.....	90
3.4 A GRADE CURRICULAR DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS....	96
3.4.1 A Grade Curricular do 1º ano - Curso Básico.....	97
3.4.2 A Grade Curricular do 2º ano.....	98
3.4.3 A Grade Curricular do 3º ano.....	99
3.4.4 A Grade Curricular do 4º ano.....	100
3.5 A GESTÃO EDUCACIONAL NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.....	100
4 METODOLOGIA DA PESQUISA: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS. 103	
4.1 CAMINHOS DA PESQUISA.....	105
4.2 PRÉ-ANÁLISE: A COLETA, ESCOLHA E A PREPARAÇÃO DO MATERIAL.....	107
4.3 O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO.....	108
4.4 TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	135

INTRODUÇÃO



*Duas grandezas neste instante cruzam-se!
Duas realezas hoje aqui se abraçam!...
Uma—é um livro laureado em luzes...
Outra— uma espada, onde os lauréis se
enlaçam.
Nem cora o livro de ombrear coto sabre...
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...
Quando em loureiros se biparte o gládio
Do vasto pampa no funéreo chão.
Castro Alves¹*

O *insight* para a escolha da metáfora ocorreu durante a leitura do livro *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves. Dentre os poemas, o escolhi “*Quem dá aos pobres, empresta a Deus*”, de 31 de outubro de 1867, os versos do poeta baiano tinham como objeto contribuir para a criação da instituição Asilo da Pátria, instituição que seria criada com o objetivo de acolher os órfãos da Guerra do Paraguai. Castro Alves enviou o poema ao Gabinete Português de Leitura como um produto a ser recitado em benefício da criação do referido asilo.

Ao lermos percebemos uma aparente incompatibilidade e contradição entre a “espada”, que pressupõe poder, violência e opressão e o “livro” que por seu turno traz uma ideia de delicadeza, suavidade e conhecimento. A correlação entre “espada” e “livro” se dá, pelo fato de os dois serem instrumentos com aparências vazadas de forma diferentes, mais que ao mesmo representam poder. A “espada” possui uma natureza de instrumento militar de combate para uso em guerras e ser o instrumento no qual o soldado evidencia todo o seu poder combativo, para subjugar o inimigo. Por seu turno o “livro”, algo delicado e singelo também representa poder, poder do conhecimento que nos tempos atuais supera o poder da “espada”, em um mundo globalizado e dominado pelo capital especulativo e transnacional, onde os instrumentos de guerra são mais sutis que o uso de uma “espada”.

Para Rojas (2001) a “Metáfora como convite à descoberta é um processo mental que,

¹ Poeta brasileiro (1847-1871). Poema retirado livro *Espumas Flutuantes*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000067.pdf>>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

auxiliado pela imaginação e pelo sentimento, leva ao *insight*, conduzindo-nos à realização” (ROJAS, 2001, p.209); e como a metáfora se constitui uma “[...] propriedade adequada do escrevente-pesquisador [...]” (MELLO, 2004, p. 114).

O objetivo em estudar a formação militar, dentro da Educação Militar, mais especificamente dos oficiais formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) originou-se das inquietações advindas após a participação no Ciclo de Palestras promovido pelo Curso de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que teve como tema “Ditaduras de Segurança Nacional”.

Em 2014 desenvolveu-se o Segundo Ciclo de Palestras durante a edição da Semana de História da UFMS. Nesse ciclo o ponto de inflexão foi o Cinquentenário do Golpe de Estado desencadeado nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964. Durante o decorrer do evento, com o desenvolvimento das palestras e discussões travadas nos diversos grupos temáticos evidenciou-se uma percepção de que os participantes, alunos, convidados e palestrantes, ainda atribuem ao militar das Forças Armadas (FA) uma tendência autoritária, golpista e intervencionista.

A depor contra essa possível tendência intervencionista e golpista foram os eventos ocorridos após a abertura, em 1985. Com o encerramento do quinto governo militar, sucederam fatos políticos relevantes e as FA continuaram dentro dos quartéis, a saber: a assunção de um vice-presidente eleito, devido à morte de um presidente, antes mesmo de sua posse; e o impeachment de dois presidentes, igualmente substituídos por seus vices. Contudo, o risco não se concretizou e a normalidade democrática foi preservada nas três ocasiões.

Ainda, apesar das impressões passadas de as FA apresentarem, na ótica acadêmica, tendências autoritárias com viés golpista e intervencionista gozam de grande prestígio, figurando sempre entre as instituições mais confiáveis aos olhos da sociedade. Segundo o Índice de Confiança na Justiça, produzido pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 59% dos entrevistados disseram confiar nas FA. Atrás das FA, em sequência, estão a Igreja Católica (57%), a imprensa escrita (37%), o Ministério Público (36%), as grandes empresas (34%) e as emissoras de TV (33%). Para o índice, foram entrevistadas 1.650 pessoas residentes nas capitais e regiões metropolitanas do Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo durante os primeiros seis meses deste ano de 2016².

² Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/forcas-armadas-sao-instituicao-em-que-populacao-mais-confia-diz-pesquisa>>. Acesso em: 12 Mar. 2017.

Em 2014 completou-se 50 anos da tomada do poder pelos militares, o que resultou em 21 anos de “Ditadura Militar”, que colocou a sociedade brasileira sob o jugo das FA até 1985, onde o arbítrio da força fez calar as vozes e retirou-nos o direito humano mais basilar, qual seja, o da livre manifestação de pensamento e opinião. A depender do autor do discurso, aqueles acontecimentos nefastos que culminaram com uma ditadura militar que se estendeu de 1964 a 1985 pode ser lido como uma ação política necessária para fazer frente a um avanço comunista ou, ao contrário, como um golpe que rompendo com a legalidade constitucional destituiu o presidente João Goulart³, democraticamente eleito.

Estabelecemos como objetivo estudar o currículo da AMAN e a formação profissional, de sua origem ao século XXI. E como objetivos específicos ficou estabelecido os de compreender os documentos que abrangem a matriz curricular e a gestão escolar e evidenciar as inovações curriculares documentais para o Estado Democrático de Direito.

Podemos observar a relevância econômica das FA, pelo orçamento do Ministério da Defesa (MD) para o ano de 2015, que englobou o das Forças Singulares foi de R\$ 78,806 bilhões⁴, incluindo custeio e investimento, que segundo o MD à época, Celso Amorim, equivalia a 1,5% do PIB⁵. Para que tenhamos uma ideia o orçamento do MD só é menor que o do Ministério da Saúde e o da Educação, R\$ 109,228 e 101,299 bilhões, respectivamente⁶. Em contrapartida, a recém remodelada indústria de defesa brasileira que engloba uma grande cadeia produtiva, movimentou em 2014, R\$ 202 bilhões, o que representou a 3,7% do PIB⁷, o que por si só comprova a grande relevância estratégica e econômica das FA.

Dois produtos atualmente vêm se destacando na impulsão da indústria de defesa nacional. Um é o projeto do blindado Guarani criado com o objetivo de modernizar a Cavalaria Mecanizada e transformar a Infantaria Motorizada em Mecanizada. Para implementar tais objetivos, o projeto em torno do novo blindado construiu seu escopo de forma a abranger as áreas da pesquisa e do desenvolvimento de novos meios e materiais que comporão a Nova

³ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja - RS, em 1º de março de 1919, conhecido popularmente como "Jango", foi um advogado e político brasileiro, 24º presidente do país, de 1961 a 1964. Foi deposto pelo Golpe Militar de 1964. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Goulart>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Defesa_%28Brasil%29>. Acesso em: 25 Jun. 2015.

⁵ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/05/defesa-deseja-que-investimentos-no-setor-cheguam-a-2-do-pib>>. Acesso em: 25 Jun. 2015.

⁶ Orçamentos da União para o Exercício Financeiro de 2015. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/ploa/volume_i_ploa_2015>. Acesso em: 27 Jun. 2016.

⁷ Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/20054/Industrias-de-Defesa-geraram-PIB-de-R\\$-202-bilhoes-em-2014/](http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/20054/Industrias-de-Defesa-geraram-PIB-de-R$-202-bilhoes-em-2014/)>. Acesso em: 13 Ago. 2015.

Família de Blindados de Rodas, do Suporte Logístico Integrado de todo o sistema de combate planejado, do preparo das frações de tropa que os empregarão, dos recursos humanos que forem operar os novos meios de emprego militar e da infraestrutura de apoio necessária para receber esse moderno sistema. O projeto de desenvolvimento do blindado Guarani foi inscrito no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Defesa, visando à segurança orçamentária que dará perenidade ao projeto até seu encerramento, planejado para dezembro de 2035⁸.

O projeto Guarani é desenvolvido pela Iveco Veículos de Defesa de Sete Lagoas (MG)⁹, na fábrica inaugurada em 2014 que conta com uma capacidade instalada que pode chegar a 140 viaturas por ano, a nova fábrica gerará *royalties* e divisas ao atender às Forças Armadas de Nações Amigas. Já na inauguração a empresa afirmará que havia um contrato com a Argentina para a construção de 14 unidades e também informará que o foco é atender países da América Latina. Porém o foco principal da empresa é atender as necessidades do governo brasileiro, tendo uma expectativa de produzir ao todo 2.044 viaturas para o Exército Brasileiro (EB) até 2029, ao custo de R\$ 6 bilhões¹⁰, sendo que até setembro de 2014 haviam sido entregues 100 unidades¹¹.

Outro produto com grande capacidade de indução da economia e de desenvolvimento tecnológico é o Programa KC-390, o avião cargueiro projetado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e que está sendo fabricado pelo Embraer com a participação da Argentina, Portugal e República Tcheca. O Embraer KC-390 é um avião capaz de realizar diversas missões como transporte e lançamento de cargas e tropas, buscas e resgates, reabastecimento em voo e combate a incêndios florestais. O contrato com a FAB prevê a aquisição de 28 aeronaves no valor de R\$ 7,2 bilhões gerando 8,5 mil empregos na fase de desenvolvimento, sendo as primeiras unidades com previsão de serem entregues em 2018¹².

Por outro lado, as FA vêm em crescente participação no dia a dia do país, seja nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em Ações Cívicas Sociais (ACISO), Operações Pipa, Jornada da Juventude, Copa do Mundo de 2014, construção de poços

⁸ Revista Verde Oliva, Ano XLII, nº 227, ABR 2015. Brasília: CCOMSEx, 2015. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00123820660b5c8449895>>. Acesso em: 9 Jan. 2017.

⁹ Revista Verde Oliva, Ano XLI, nº 223, ABR 2014. Brasília: CCOMSEx, 2014. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/001238206ef0c1faaa57b>>. Acesso em: 9 Jan. 2017.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2015/07/11/blindado-militar-guarani-exportado-para-o-libano/>>. Acesso em: 9 Jan. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13879-centesima-unidade-do-blindado-guarani-e-entregue-ao-exercito-brasileiro>>. Acesso em: 9 Jan. 2017.

¹² Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2016/04/conheca-a-aeronave-cargueiro-kc-390-1>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

artesianos no Nordeste¹³, no combate ao mosquito *Aedes aegyptique* que causou a epidemia de dengue, zika e chikungunya¹⁴, que assolou o Brasil recentemente. Além das missões de intervenção direta no combate à criminalidade, as FA atuam nos lugares mais longínquos do País não só na missão de segurança das fronteiras nacionais, mas, sobretudo, na estabilidade social daquelas localidades. Seu emprego vai desde a construção/reconstrução e manutenção das vias de acesso (estradas e pontes), passando pela assistência médica/odontológica às populações locais, e até ao apoio à educação básica.

Acrescentem-se, ainda, as diversas missões realizadas em âmbito da política externa do Brasil, como a participação das missões das Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente o Brasil participa e lidera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹⁵, cede tropas para a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), Missão de Paz da ONU na Libéria (UNMIL), Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP), Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), Força das Nações Unidas de Segurança Provisória para Abyei (UNISFA), Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS)¹⁶.

Em que pese toda relevância econômica e social que representa nos dias atuais as FA para o Brasil, não podemos esquecer que a finalidade precípua dessas instituições é a defesa externa da Pátria e como instituições nacionais permanentes e regulares, com organização baseadas na “hierarquia” e “disciplina”. Esse rigor disciplinar e a organização em escala hierárquica também se aplica ao ensino militar e na vida dos discentes e docentes. Para o sociólogo Weber (1982), a disciplina

[...] não só elimina o carisma pessoal como também a organização baseada na honra estamental; pelo menos um de seus resultados é a transformação racional da estrutura estamental. O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem (WEBER, 1982, p. 292).

¹³Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/09/exercito-inaugura-poco-artesiano-movido-energia-solar-no-rn.html>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2016/02/dilma-ministros-e-220-mil-militares-farao-mobilizacao-contra-o-aedes-aegypti>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

¹⁵A MINUSTAH foi criada pela Resolução 1529/2004 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas após uma avaliação multidisciplinar. O Conselho de Segurança através da Resolução 1542/2004 estabeleceu a MINUSTAH por um período inicial de seis meses, a partir de 1º de junho de 2004. Disponível em: <<https://ajonu.org/tag/minustah/>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

A disciplina é, portanto, um dos fundamentos da dominação racional metódica que caracteriza as instituições políticas e econômicas modernas. Weber busca as origens históricas da disciplina no Ocidente em duas diferentes ordens institucionais; no exército e no monastério.

Para Durkheim (2008) apesar da disciplina provocar constrangimento, freio e limitação à ação do homem é ela um fundamento da moral utilizada para se assegurar a regularidade da vida coletiva. A disciplina apresenta como objetivo, a regulação de conduta, em ações que apresentam regularidade, e segundo ele para existir a disciplina, é imprescindível a existência da autoridade.

O sentimento de regularidade e o sentimento da autoridade são os dois aspectos de um estado de espírito mais complexo, que podemos denominar espírito de disciplina. O espírito de disciplina, eis a primeira disposição fundamental de todo temperamento moral (DURKHEIM, 2008, p. 49).

Para Foucault (1984) a rígida disciplina e a organização hierárquica são técnicas de

[...] poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente (FOUCAULT, 1984, p. 106).

Portanto, existe estreita relação entre o conceito de disciplina com a formação profissional dos militares do EB. Para tanto suas escolas são conduzidas pelo “ethos” da autoridade e disciplina.

O estudo da formação dos militares profissionais, em vista que em ocasiões de crises e convulsões sociais, internas ou externas, serão chamados a intervir em obediências às normas constitucionais esculpidas no artigo 142 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a destinação das FA à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. No caso de Brasil, o EB por ter o maior contingente sempre será empregado com protagonismo nesses tipos de crises.

Dentro desse contexto, necessário se faz estudar a educação e a formação militar dos integrantes das FA, tanto por sua importância dentro da própria história da educação brasileira, quanto para o papel desempenhado, dentro do contexto da história política recente de nosso país. Por outro lado, pretende-se chamar atenção e trazer essa discussão para o campo acadêmico, com o propósito de refletir sobre a importância da formação dos militares das FA, que são os servidores públicos detentores legítimos do monopólio da força física (WEBER,

1982), e que integram um dos mais relevantes aparelhos repressivos do Estado, que funciona pelo uso da violência.

Utilizaremos no presente trabalho uma abordagem interdisciplinar. A interdisciplinaridade, segundo Fazenda (2012) foi um movimento nascido na Europa, mais precisamente na França e na Itália em meados da década de 1960, resultado da ação do movimento estudantil que reivindicava novo estatuto para a universidade e para a escola. Aparece, inicialmente, como tentativa de elucidação e de classificação temática das propostas educacionais que começavam a aparecer na época, evidenciando-se, através do compromisso de alguns professores em certas universidades, que buscavam, a duras penas, *o rompimento a uma educação por migalhas*.

Fazenda (2012) relata que no Brasil o eco dessa discussão ocorrida na Europa chega ainda no final na década de 1960, porém com sérias distorções ocasionadas por aqueles que se apressaram a aplicar o novo sem reflexão, por modismo sem medir as consequências. Um dos pioneiros a discutir, teorizar e tentar implantar a interdisciplinaridade foi Hilton Japiassú (1976), com sua obra *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*.

Japiassú caracteriza a interdisciplinaridade como sendo um nível em que:

[...] a colaboração entre as disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a *interações propriamente ditas*, isto é, uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida. Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um projeto interdisciplinar toda vez em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicas, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados (JAPIASSU, 1976, p. 75).

Nesse sentido a atitude interdisciplinar adotada por este pesquisador permite dialogar com a pesquisa qualitativa pois; “[...] parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2006, p. 79).

Trazendo para o campo da educação, a interdisciplinaridade é o que conecta o movimento de ensinar e apreender, compreendida como:

[...] formação teórica e assumida enquanto atitude, tem a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículos, de métodos, de conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem (THIESEN, 2008, p. 553 apud BLÓS, 2014, p. 105).

A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa construída dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Utilizamos os pares teóricos que nos permitiu compreender, em toda sua amplitude, os valores e objetivos utilizados na construção do currículo pela AMAN. O ethos militar; a hierarquia; e a disciplina foram trabalhados sob a perspectiva de: Weber (1982), Foucault (1984; 2013), dentre outros. Na perspectiva interdisciplinar buscamos o amparo necessário em: Fazenda (1979; 2001; 2009; 2012), Japiassú (1976); Mello (2004), Rojas (2007). A historiografia sobre a evolução da educação e o ensino militar no Brasil teve respaldo nos trabalhos de: Castro (2002); Gomes (2007); Luchetti (2006); Ludwig (1998); Nogueira (2014); Rodrigues (2008). Na seara da Análise de Conteúdo têm-se as obras de: Bardin (2012) e Franco (2003). As questões metodológicas utilizamos a perspectiva de: Chizzotti (2010); Lakatos&Marconi (2003); e Mello (2004). Cabe aqui destacar outros diversos autores utilizados na pesquisa, cuja contribuição não menos importante, serviram de apoio firme para que chegássemos ao final do trabalho.

A pesquisa foi composta além da introdução e das considerações finais, por mais quatro capítulos. No capítulo I abordamos a formação dos militares profissionais do Exército, sendo que para melhor compreensão do objetivo fizemos a conceituação de segurança e defesa nacional, apontando que são coisas distintas e com finalidades e objetivos diferentes. Mostramos a busca pelo remodelamento das atribuições das forças armadas no Brasil e no mundo, principalmente após o fim da Guerra Fria. Mostramos o contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o afastamento dos militares do centro do poder político, após a criação do MD. Abordamos a origem e a evolução da educação militar, evidenciando a importância dessa educação para o Brasil, já que os militares sempre estiveram ligados ao processo político brasileiro, de forma direta ou indireta.

No capítulo II abordamos as diversas academias de formação de oficiais do Exército Brasileiro, da Casa do Trem a atual Academia Militar das Agulhas Negras. A criação das Forças Armadas Brasileiras e sua participação direta ou indireta no processo político e na consolidação do Brasil. A evolução do ensino e das academias de formação de oficiais combatentes do EB e a atual transformação por que passa o ensino na instituição.

No capítulo III mostramos o conceito e a evolução de currículo, abordamos a corrente filosófica do positivismo no Brasil e sua importância dentro das FFAA, por fim a organização e a gestão escolar da AMAN, o perfil profissiográfico dos discentes e a grade curricular.

No capítulo IV apresentamos a análise de conteúdo dos documentos selecionados, a fim de atingirmos os objetivos propostos para a pesquisa.

O estudo da educação militar é pouco frequente nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, tanto nas públicas quanto nas privadas. A pesquisa aqui realizada, visa contribuir para o debate no campo da educação sobre as FA e a importância que elas sempre tiveram para o Brasil na construção da identidade nacional e na consolidação do país como nação forte e independente.

Os resultados obtidos mostram um moderno sistema de ensino regulado por legislação federal e normas internas, que se baseiam nos valores e nas tradições seculares cultuadas pelo EB, como sendo os sustentáculos de uma ideologia secular, o que denominamos de *ethos* militar. Esse sistema carece de uma maior integração com a educação civil e de uma maior transparência quanto aos fundamentos históricos e filosóficos da educação aplicados na educação militar profissional e assistencial como demonstrado na pesquisa.

1 A FORMAÇÃO DOS MILITARES PROFISSIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

“[...] Duas grandezas neste instante cruzam-se! Duas realezas hoje aqui se abraçam!... Uma—é um livro laureado em luzes... Outra—uma espada, onde os lauréis se enlaçam [...]”. Castro Alves

Castro Alves, o poeta da liberdade classifica o “livro” e a “espada” como duas grandezas que se abraçam destacando a importância de ambas para a construção de uma nação. Naquela ocasião de guerra, onde muitos perderam seus entes queridos, a união do livro com a espada se fez presente na construção de uma instituição destinada a amparar os órfãos e necessitados da Guerra do Paraguai. O livro pela forma em que é vazado deve ser visto como um instrumento de transformação social e a espada como um instrumento de defesa permanente do mais fraco, do despossuído, do oprimido. Para o EB os deveres de “soldado” devem andar sempre em consonância com o contínuo “aperfeiçoamento” intelectual, sendo cobrado e propiciado a seus quadros oportunidades de formação e aperfeiçoamento, seja com cursos militares e/ou civis mediante convênios com diversas instituições de ensino públicas e privadas. Essa preocupação em manter seus militares atualizados tem por objetivo atender as necessidades do Brasil, tanto na defesa contra ameaças externas, como na consecução dos objetivos da política externa.

As FA têm por natureza constitucional a função de garantidoras dos objetivos nacionais, serem de caráter permanente, atuarem de forma limitada por normas legais, constitucionais e infraconstitucionais, que visam garantir a soberania do Estado, resultando na coesão e soberania da nação. Esses atributos peculiares dão legitimidade a instituição, porém não as tornam soberanas e tampouco as desvinculam do Estado. As FA exercem a dominação pela coação no uso da força tendo autonomia para decidir seus próprios objetivos e identificar as oportunidades para implementá-las, política e administrativamente devendo, entretanto, obediência as limitações estabelecidas pela constituição federal.

A importância de se ter forças armadas fortes, bem treinadas e equipadas para garantir a defesa do Estado já eram apontadas por Maquiavel (2012), em *O Príncipe*, em sua concepção de estado moderno, seja esse estado um principado ou uma república. Para Maquiavel, o Estado deve ter condições de impor a ordem a seus cidadãos, quando eles não puderem mais serem firmados na persuasão. A segurança e defesa do país é obrigação de seu governante, podendo essa defesa depender do uso de armas para a manutenção da ordem, e sustentar o poder do príncipe, e conseqüentemente do Estado.

1.1 A NOVA MISSÃO DAS FORÇAS ARMADAS E O AFASTAMENTO DOS MILITARES DO CENTRO DO PODER

A Guerra Fria iniciada após o término da Segunda Guerra Mundial, entre os Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam a hegemonia política, econômica, e militar no mundo opunham dois sistemas econômicos, a saber: A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) possuía um sistema socialista baseado na economia planificada, partido único, igualdade social e ausência de democracia. Já os Estados Unidos da América (EUA), a outra potência mundial defendia a expansão do sistema capitalista, que se baseava na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Da segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências como estratégias para aumentar suas influências e dominação no mundo tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos. A expressão “Guerra Fria” vem de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo nenhum combate declarado ou direto entre EUA e URSS. Figueira (2011), ao apontar as peculiaridades desse período, relata que:

[...] apesar de durante quarenta anos o mundo conviver com a iminência de uma grande guerra esse perigo objetivamente não existiu, visto que havia uma aceitação da distribuição global e desigual de forças pelas superpotências. Esta configuração, entretanto, viria a ser alterada a partir de 1970 quando ocorreu uma crise no sistema internacional (FIGUEIRA, 2011, p. 52).

Durante a Guerra Fria o papel das Forças Armadas Brasileiras e Latino-Americanas estavam bem definidos pelos EUA, a potência hegemônica nas américas, qual seja, o combate ao comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto eles ficavam responsável pela defesa das Américas frente a ameaças externas e a influência Soviética. Santos (2004) destaca que, desde o final da Segunda Guerra Mundial,

[...] o papel das Forças Armadas na América Latina tem sido definido (e até mesmo imposto) pelo *hegemon* ocidental e seu bloco militar aliado, a Otan. Assim, durante a Guerra Fria, os países latino-americanos deveriam lutar contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto os Estados Unidos defenderiam o hemisfério ocidental contra possíveis agressões externas do bloco soviético (SANTOS, 2004, p. 115).

Com o fim da Guerra Fria e o advento de uma nova ordem mundial, onde aqueles inimigos definidos em objetivos anteriores deixaram de existir ou representar perigo houve a necessidade de uma redefinição de objetivos e conceitos. As “novas ameaças”, segundo Santos (2004) passaram a ser o:

[...] (terrorismo, tráfico de drogas, pobreza extrema, crescimento populacional desordenado, desigualdade de renda, questão ambiental e proliferação de armas de destruição em massa) substituíram "o perigo comunista" presente na Guerra Fria. Para os países latino-americanos, isso implicou, dentro das fronteiras nacionais, uma mudança no papel atribuído às Forças Armadas – para o assim chamado "papel de polícia" (SANTOS, 2004, p. 116).

Com o “papel de polícia” incluído entre as novas funções, as Forças Armadas da América Latina passariam a lutar contra o narcotráfico, o crime organizado, e eventualmente controlar a violência e os distúrbios urbanos. Já no campo externo deveriam juntar-se às forças de paz das Nações Unidas, quando assim solicitadas (SANTOS, 2004, p. 116).

O afastamento dos militares do centro do poder político, em parte resultou do Golpe Civil/Militar de 31 de março de 1964 e dos 21 anos de Governos Militares, o que ainda causa constrangimentos na convivência entre civis e militares, principalmente após a redemocratização ocorrida em 1985 e da edição da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual foi apelidada de “Constituição Cidadã”. Em outra parte, o afastamento dos militares do poder deu-se em consequência desse novo papel que se procura para as FA no século XXI, apesar da relutância em empregar os militares em atividades policiais, principalmente em atuação urbana com o argumento de serem elas treinadas com finalidades opostos ao que se espera na atuação em segurança pública. Esse passado acarretou numa perda de prestígio e uma indefinição quanto a função social das FA (CASTRO, 2012, p. 175).

Em 1996, a Presidência da República constituiu uma comissão composta por oficiais generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e de representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que possuía *status* de ministério e de representantes da Casa Civil e Militar da Presidência da República. A essa comissão foi dada a incumbência de elaborar uma Política de Defesa Nacional, com o objetivo de superar a Doutrina de Segurança Nacional instituída pela Escola Superior de Guerra (ESG). Documento oriundo do período militar, que ainda estava vigente e orientava o comportamento das Forças Armadas na persecução dos objetivos nacionais, objetivos esses estabelecidos pelo então regime de exceção que vigorou entre 1964-1985. Tal documento tornou-se incompatível com a democracia recém conquistada e assim foram traçadas diretrizes para a consecução da Política de Defesa Nacional¹⁷.

Até 1999, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica constituíam ministérios independentes com acesso direto ao Presidente da República que por força constitucional é seu Comandante

¹⁷ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>. Acesso em 25 Fev. 2017.

Supremo¹⁸. Ainda no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio da Lei Complementar nº 97/1999, o MD foi criado com o objetivo de modernizar e integrar a ação operacional das FA a um único comando a ser exercido pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)¹⁹, cargo que seria ocupado por um oficial general do último posto de uma das FA. Com a criação do referido ministério a Marinha, o Exército e a Aeronáutica perderam seus *status* de ministérios passando a serem denominados Comandos e ficando subordinados administrativa e operacionalmente ao MD, que na concepção de sua criação deveria ser ocupado por um civil liberando os militares para suas atividades-fim.

A criação do MD no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso veio ao encontro dos anseios dos civis na tentativa de melhorar o trato com os militares, já que um ministro civil facilitaria a discussão dos assuntos de interesse militares e ainda serviria de anteparo entre os demais órgãos de estado e os militares, sendo esses últimos reconhecidamente dotados de pouca habilidade política. Com esse afastamento também se resolvia um problema ao se afastar do centro do poder político os militares, o receio de que os mesmos pudessem serem cooptados por políticos a participarem de conspirações contra a democracia, como ocorreu em outras ocasiões na história.

Para Oliveira (2004), a extinção do EMFA e a perda de *status* de ministérios pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica e o novo ministério a ser chefiado por um civil:

[...] reunindo as três Forças que passaram a ser comandos militares, respondia certamente ao anseio político-institucional de se constituir um aparato de controle civil sobre os militares, de buscar elementos de negociação em nível político por intermédio de um ministro civil que poderia transitar de maneira confortável nos trâmites do jogo de interesse junto ao Legislativo e Executivo para um incremento harmonioso entre as Forças e, de proporcionar uma aproximação dos representantes políticos civis com relação às questões militares na mediação de um ministro civil (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

O organograma abaixo mostra como ficou a estrutura do MD e podemos ver a posição ocupada hoje pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na estrutura de defesa do país e do conseqüente afastamento dos despachos regulares com o Presidência da República, que passaram a ser realizados pelo MD. Com a criação do MD foi alterada as relações de poder

¹⁸ Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

¹⁹ Ao EMCFA cabe assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, na organização, o preparo e o emprego, visando o cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

entre civis e militares, abrindo um vasto campo de possibilidades e oportunidades para o amadurecimento da relação entre as FA e o Poder Político aperfeiçoando a subordinação dos militares ao Poder Civil, após a devolução do poder aos civis e a nova ordem constitucional.

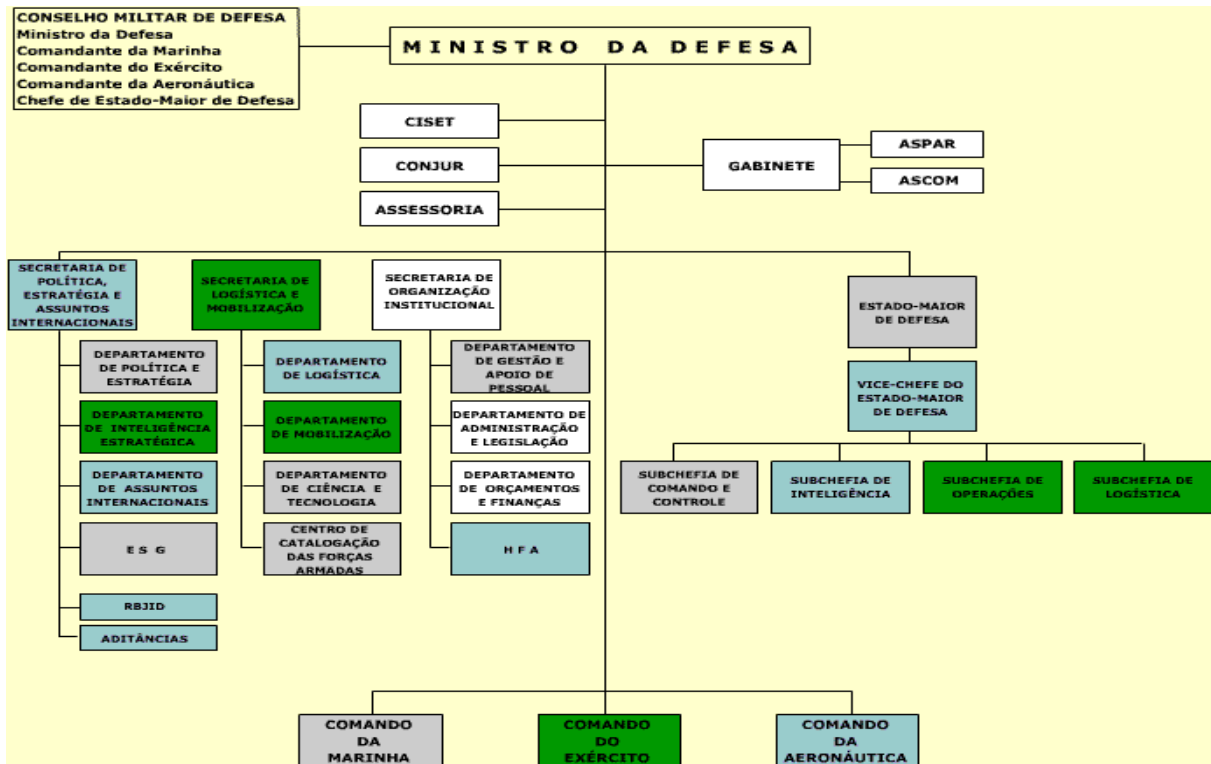


Figura 1: Organograma do Ministério da Defesa do Brasil

Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/brasil/mdefesa/organograma.htm>>. Acesso em: 27 Abr. 2017.

A criação do MD também possibilitou o estabelecimento de uma única orientação político-estratégica, resultando em trabalhos coordenados e mais eficiente no emprego dos recursos financeiros, tecnológicos e um melhor aproveitamento dos recursos humanos. A centralização administrativa das FA em um único ministério permitiu também a realização de compras unificadas de equipamentos de uso comum, o que contribuiu para a ampliação da integração, a sinergia e a interoperabilidade de equipamentos e de procedimentos. Em 2010 houve a criação do cargo de Chefe do EMCFA como mais uma inovação na estrutura da hierarquia do MD, sendo o cargo ocupado por um comandante indicado pelo MD e nomeado pelo Presidente da República. Conforme a redação da lei o EMCFA passou a ser um órgão de assessoramento permanente, tendo como chefe um oficial general do último posto, da ativa ou da reserva, dispondo de um comitê integrado pelos chefes de Estados-Maiores das três FA, sob a coordenação do chefe do EMCFA.

Oliveira (2004) observa que os militares se sentiam pouco valorizados pela sociedade civil, mesmo sendo eles muitas vezes os únicos representantes do estado nos mais distantes rincões do país. Uma das possibilidades consideradas pelos militares contra a criação do MD seria o receio de que com a perda do *status* de ministério poderia haver por parte da sociedade civil uma postura “revanchista”, em virtude das ações dos militares quando na posse do poder político. Esse seria mais um elemento que contribuiu para o estremecimento quanto a aceitação dos militares a se subordinarem a uma liderança civil sobre as FA, que passaria a ser exercido pelo MD (OLIVEIRA, 2004, p. 63-65).

Numa primeira leitura esta ação do governo federal pode ser entendida como uma forma de adequação da estrutura administrativa militar às novas tendências do mundo moderno, transformando as FA numa instituição mais profissional e adequada aos fins que lhe cabem, entretanto, pela estrutura constante do organograma acima pode-se constatar o afastamento dos militares de seu Comandante Supremo. Uma das possíveis explicações desse afastamento dos militares seria devido a tradição intervencionista das FA²⁰, e após o advento da promulgação da CF/1988 e implementação das mudanças acima, os militares seriam afastados definitivamente da arena política brasileira, sendo confinados de vez na caserna.

Em mais um capítulo dessa convivência, nem sempre muito pacífica entre civis e militares, uma nova rusga se originou com a edição pela Presidenta da República Dilma Rousseff do Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, no qual o Executivo retirou dos Comandantes Militares das três FA a competência para a edição de atos normativos relativos a pessoal, passando-os para o MD. A polêmica se originou principalmente pois esse decreto deslocou a competência para o MD de atos normativos tradicionais na caserna, que eram executados pelos comandantes, principalmente os relativos a promoção ao oficialato e aos postos de oficiais gerais.

A inquietação na caserna se deu pelo receio de haver influências políticas na promoção dos oficiais gerais, que hoje são promovidos após escolha interna de cada FA, baseado no mérito. Esse temor, em parte foi confirmado na visão de alguns, após o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, em reunião no dia 17 de maio de 2016, em Brasília – DF, ter

²⁰ O Exército Brasileiro durante sua história interveio em diversos episódios: em 1889 da Proclamação da República; em 1930 do impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes e na ascensão ao poder de Getúlio Vargas; em 1937 do Estado Novo; em 1945 fim da ditadura do Estado Novo; em 1955 “Golpe Branco”, do Marechal Lott - Posse de JK e JANGO; em 1961 da renúncia de Jânio Quadros e Posse João Goulart e o Parlamentarismo; e em 1964 do golpe civil/militar.

aprovado uma resolução sobre a conjuntura nacional e assumindo alguns de seus erros e constatando que foram

[...] descuidados com a necessidade de reformar o Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; *modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista*; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação²¹. (Grifo nosso)

Em cerimônia em 1º de julho de 2016, o então Presidente da República Interino Michel Temer em solenidade no Palácio do Planalto revogou o referido decreto e restituiu o poder retirado aos Comandantes das FA através da edição do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, em uma cerimônia na qual o MD Raul Jungmann explicou que a revogação do Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015 representava

[...] o fim de um voto de desconfiança nas Forças Armadas do Brasil e na defesa nacional, isso por que esse decreto que o presidente Michel Temer revogou, politizava as FFA e colocava de lado o sistema de mérito para a promoção dos oficiais gerais em todas as três Forças, ora, isso significaria colocar em risco a profissionalização das Forças Armadas que tem um sistema de promoção por mérito, neutro, constitucional e é seguramente exemplo para todas as Forças Armadas da América do Sul estamos reconquistando o papel de Estado, despolitizado e voltado para aquilo que manda a constituição, como papel das nossas Forças Armadas²².

Com essa alteração legislativa a competência para a expedição de atos normativos relacionados a pessoal foi restituída aos comandantes das três FA, assim a promoção dos oficiais gerais voltou ao controle das próprias FA e continuam a serem baseadas exclusivamente no mérito e afastando, na visão das FA, qualquer possibilidade de interferência político-partidárias.

1.2 A CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

A Segurança Nacional e a Defesa Nacional são interdependentes e são as razões de existência de um Estado Democrático. No caso do Brasil a “segurança” foi alçada ao um direito individual e coletivo na CF/1988. São atribuições que se exercidas pelo Estado legitimam uma das mais importantes prerrogativas da autoridade pública que é o monopólio legítimo e legal

²¹ Resolução do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, de 17 de maio de 2016, sobre a conjuntura nacional. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu----es-sobre-conjuntura-Maio-2016.pdf>>. Acesso em: 6 Jul. 2016.

²² Cerimônia no Palácio do Planalto para restituição de poderes aos Comandantes das Forças Armadas e revogação do Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ST0UiBehGtM>>. Acesso em: 6 Jul. 2016.

do uso da força, para manter a ordem democrática, tanto na esfera interna como na externa.

As aspirações de um Estado em ter em sua plenitude segurança e defesa são legítimas. Segundo a Organizações das Nações Unidas segurança é

[...] uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque militar, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras (PINTO, ROCHA, SILVA, 2004, p. 170).

Já a Escola Superior de Guerra conceitua segurança como sendo o estado de

[...] garantia da sobrevivência e estabilidade dos indivíduos, comunidades, nações e grupos de nações, em clima que permita o seu desenvolvimento e a realização do seu potencial, em um ambiente saudável para as gerações presente e futuras (PINTO, ROCHA, SILVA, 2004, p. 170).

O EB apresentou em reunião sob a coordenação de MD no ano de 2002, que tinha o objetivo tratar da Política de Defesa Nacional, uma outra definição, para a Força Terrestre Segurança Nacional “é a condição que visa a obtenção e a manutenção dos objetivos e interesses da Nação, por meio da integração e do emprego coordenado das várias expressões do Poder Nacional” (PINTO, ROCHA, SILVA, 2004, p. 170).

Para Santos (2004), a Segurança Nacional está relacionada a situação na qual “a existência, a independência, a soberania e a integridade territorial do Estado estão sob ataque externo. Isso implica um ataque físico sobre o território, a população e as propriedades do Estado”. Já Defesa Nacional “é a política governamental que engloba uma série de medidas e instrumentos para assegurar a segurança nacional” (SANTOS, 2004, p. 118).

O EB entende Defesa Nacional como sendo “o conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas” (PINTO, ROCHA, SILVA, 2004, p. 171).

No Brasil a segurança e a defesa nacional são assuntos pouco discutido pela sociedade e pelos seus representantes nos poderes legislativos e executivos. O Congresso Nacional desempenha um papel sem protagonismo sobre o assunto, conforme adverte Santos (2004):

Congresso Nacional, ainda desempenha um papel limitado no processo de tomada de decisão da política de defesa e de outras questões militares. Esse controle incipiente e horizontal do Congresso sobre as Forças Armadas é exercido por meio de audiências públicas e convites aos comandantes das Forças Armadas, partindo principalmente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (na Câmara e no Senado), da Comissão da Amazônia e, dependendo da questão em tela, de outras comissões

específicas, como a do Meio Ambiente e a da Previdência (SANTOS, 2004, p. 121).

Uma demonstração dessa falta de interesse está no “[...] programa dos candidatos ao Congresso Nacional nas últimas eleições, por representação proporcional ou majoritária, assim como nenhuma plataforma eleitoral dos candidatos a postos executivos discutiram esse tema”. Nenhum dos candidatos incluiu em seu programa de governo propostas e projetos sobre segurança e defesa nacional, em que pese a violência causada pelo tráfico de drogas fruto da falta de uma vigilância mais intensa e eficaz das fronteiras (SANTOS, 2004, p. 121).

Vê-se, portanto, que o conceito de segurança está associado a um estado de proteção e o conceito de defesa envolve ações, atitudes e medidas. Enquanto a defesa envolve medidas que incluem, prioritariamente, a aplicação direta do instrumento militar, estabelecidas com base em um quadro definido de ameaças não-ortodoxas, para as quais não se aplica resposta militar tradicional, como, por exemplo, o crime organizado e a instabilidade política e social.

1.3 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS RECOMENDAÇÕES PARA REVISÃO DO ENSINO

Historiadores e pesquisadores ultimamente tem caracterizado o movimento ocorrido em 31 de março e 1º de abril de 1964, como sendo um “Golpe Civil/Militar”, tendo em vista a participação naquele movimento de diversos setores da classe média integrantes da burguesia industrial e ligados ao capital externo, os quais temiam que as medidas nacionalistas e progressistas do presidente João Goulart se recrudescessem, tendo em vista que tais medidas contrariavam seus interesses econômicos (ARAÚJO; SANTOS; SILVA, 2013, p. 15).

Os apoios desses setores da sociedade civil facilitaram a tomada do poder pelos militares, tanto que houve até comemoração quando o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional declarou a vacância do cargo de presidente da República e, o general Castelo Branco tomou posse como novo presidente do Brasil e, Jango partiu para o seu exílio no Uruguai.

O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as

esquerdas (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 16).

O Grupo de Trabalho (GT) da CNV, por intermédio da Sra. Rosa Cardoso e da Sra. Carolina de Campos Melo membro e pesquisadora, respectivamente, ao apresentaram a contextualização, fundamentação e as razões do Golpe Civil/Militar de 1964 na reunião ampliada da CNV com Comissões da Verdade e Instituições Conveniadas, em Brasília, em 25 de fevereiro de 2013. O foco principal do GT foi contextualizar o golpe até maio de 1967. O período abordado cobre eventos relacionados ao momento da ruptura com o regime anterior e sua institucionalização a partir de abril de 1964, incluindo a assinatura do Ato Institucional nº 1, e prosseguindo até a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), um ano e dois meses depois.

O GT enfatiza que o ocorrido em 1964 não foi um golpe das oligarquias ou elites políticas e econômicas nacionais contra um governo trabalhista e popular tendo como testa de ferro parcela das FA. Foi um golpe fundado na violência tradicionalmente exercitada no Brasil contra os destituídos. Na visão do GT:

O projeto que gestou 1964 visava a construção de um Estado de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Associado e Hegemônico na América Latina. A violência política utilizada pelas Forças Armadas brasileiras buscou sua legitimidade e está associada a três casos clássicos de ação anti-insurrecional – Indochina, Argélia, Vietnã – e aos padrões norte-americanos de contra-insurgência. O uso dessa violência permitiu ao regime militar construir o estatuto de um Estado sem limites repressivos. Com três consequências: inoculou a tortura como forma de interrogatório nos quartéis militares a partir de 1964; fez da tortura força motriz da repressão praticada pelo Estado brasileiro até pelo menos 1976; possibilitou ao Estado praticar atos considerados inéditos em nossa história política: a materialização sob a forma de política de Estado de atos de tortura, assassinato, desaparecimento e seqüestro (CUNHA, 2013, p. 15).

O período dos Governos Militares (1964-1985) foram marcados por muitos movimentos de resistência sendo que o mais conhecido foi o da Guerrilha do Araguaia²³, com participação de várias organizações tratadas pelo regime como guerrilheiras. Em julgamento de um dos casos de violação, à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)²⁴, ao apreciar o caso *Gomes*

²³Foi um movimento de luta armada que ocorreu na região do Araguaia (divisa entre os estados de Tocantins e Pará), entre os anos de 1972 e 1975. Este movimento era contrário à ditadura militar implantada no Brasil, através de golpe, em 1964. Disponível em: <http://www.historiadobrasil.net/resumos/guerrilha_araguaia.htm>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

²⁴ A Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em São José da Costa Rica, é um órgão judicial internacional autônomo do sistema da Organização dos Estados Americanos, criado pela Convenção Americana dos Direitos do Homem, que tem competência de caráter contencioso e consultivo. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/113486>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

Lund e Outros contra a República Federativa do Brasil²⁵, por unanimidade, responsabilizou o Estado Brasileiro pelo descumprimento da obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a inada de ser responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial; violação do direito à liberdade de pensamento e de expressão consagrado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos; afetação do direito a buscar e a receber informação, bem como do direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido na Guerrilha do Araguaia.

A CIDH dispôs que o Estado Brasileiro dentre outras ações deveria continuar com as ações desenvolvidas em matéria de capacitação e implementar, em um prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas, em conformidade com o estabelecido na sentença imposta pela referida Corte. Em cumprimento parcial da sentença da CIDH e em conformidade com o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi criada a CNV, por iniciativa do Executivo Federal e aprovação do Congresso Nacional através da Lei nº 12.528/2011. A CNV teve como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo como um de seus objetivos efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional através de uma catarse que cicatrizará as feridas causadas pelos 21 anos de ditadura civil/militar.

O currículo das escolas militares foi objeto de debate durante os trabalhos CNV onde em seu relatório final na parte de Conclusões e Recomendações, os relatores propõem quanto aos processos seletivos, tanto para as Forças Armadas quanto para as Forças Auxiliares: “[5] Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos” (BRASIL, 2014, p. 967).

21. É necessário que a formação dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública seja precedida por processos de recrutamento que levem em conta o conhecimento dos candidatos sobre os princípios conformadores do Estado democrático de direito e sobre os preceitos teóricos e práticos relacionados à promoção dos direitos humanos. Também nos processos de avaliação contínua a que os efetivos dessas forças e órgãos são submetidos, esse conhecimento deve ser considerado, de modo a assegurar a compatibilidade de sua atuação com aqueles

²⁵ Em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à Corte uma demanda contra o Brasil, que se originou na petição apresentada, em 7 de agosto de 1995, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional e pela *Human Rights Watch/Americas*, em nome de pessoas desaparecidas no contexto da Guerrilha do Araguaia e seus familiares. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/justicagovbr/01-derecho-a-la-vida-web>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

princípios e preceitos fundamentais (BRASIL, 2014, p. 967).

Para a educação nacional seja nos níveis básicos ou superiores, os relatores propõem a promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação, como sendo o

[...] **compromisso da sociedade com a promoção dos direitos humanos deve estar alicerçado na formação educacional da população.** Assim, deve haver preocupação, por parte da administração pública, com a adoção de medidas e procedimentos para que, na estrutura curricular das escolas públicas e privadas dos graus fundamental, médio e superior, sejam incluídos, nas disciplinas em que couberem, conteúdos que contemplem a história política recente do país e incentivem o respeito à democracia, à institucionalidade constitucional, aos direitos humanos e à diversidade cultural (BRASIL, 2014, p. 967. Grifo nosso).

Para o Historiador Carlos Fico²⁶, em um Estado Democrático de Direito é primordial que a sociedade brasileira tenha ciência do que está sendo ensinado no interior das Academias e Colégios Militares. A sociedade brasileira não pode ficar à margem de como está sendo formados aqueles que são os responsáveis por salvaguardas, tanto da Constituição quanto das Instituições Democráticas Brasileiras.

Em consonância com aquele historiador, os relatores da CNV acataram os pareceres dos especialistas que fizeram parte dos estudos atinentes à educação militar e propuseram que haja uma modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos.

22. O conteúdo curricular dos cursos ministrados nas academias militares e de polícia deve ser alterado, considerando parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), a fim de enfatizar o necessário respeito dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública aos princípios e preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos. Tal recomendação é necessária para que, nos processos de formação e capacitação dos respectivos efetivos, haja o pleno alinhamento das Forças Armadas e das polícias ao Estado democrático de direito, com a supressão das referências à doutrina de segurança nacional (BRASIL, 2014, p. 968).

Dentro desse contexto, importante se faz que os efetivos militares tenham uma educação interdisciplinar que conjugue a Formação Militar com a Formação em Direitos Humanos, haja vista que os integrantes das FA cumprem um papel importantíssimo, tanto no que diz respeito as ações internas de garantia da lei e da ordem, quanto nas missões no exterior. A importância de uma formação sólida e com respaldo nos direitos humanos desses agentes que são servidores públicos, que segundo Weber, possuem o monopólio legítimo do uso da força física (WEBER,

²⁶ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1982).

Segundo Althusser (1918-1990), o Estado deve ser compreendido como a superestrutura da sociedade composta pelos Aparelhos repressivos e os Aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, as instituições FA figuram como Aparelho Repressivo do Estado, onde “Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER, 1985, p.43).

Althusser faz uma distinção fundamental: o Aparelho Repressivo de Estado «funciona pela violência», enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado «funcionam pela ideologia». Dentro da perspectiva teórica de Althusser qualquer Aparelho de Estado, seja repressivo ou ideológico funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia. É que em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona prevalentemente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia, não havendo aparelho puramente repressivo (ALTHUSSER, 1985, p.43).

Assim tanto as FA quanto as forças policiais funcionariam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução dos valores que projetam no exterior, pois os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. Não há aparelho puramente ideológico.

A escola, **seja ela civil ou militar**, é um **espaço dinâmico político por excelência**. Ela é politicamente determinada, seu processo educativo é político e os seus resultados também são políticos. Assim ela exprime as relações de força vigentes na sociedade (LUDWIG, 1998, p. 07. Grifo do autor).

As instituições militares devem adequar-se as demandas do século XXI, tanto do ponto de vista político quanto social, haja vista que são as principais instituições que, em última instância salvaguardam todas as prerrogativas institucionais dentro da vigência de um Estado Democrático de Direito. Conjugando na prática pedagógica militar ações de interdisciplinaridade cujos objetivos sejam a formação de um profissional comprometido com seus deveres institucionais, mas, acima de tudo, com sua própria cidadania, pois como temos visto nas recentes propagandas institucionais do EB, “O militar é um cidadão como qualquer outro”²⁷ e,

²⁷ Propaganda veiculada diariamente, em horário nobre, numa das maiores redes de televisão brasileira, a Rede Globo, com o intuito de reaproximar os militares da sociedade civil.

neste sentido ele deve possuir uma educação plural condizente com o atual quadro do Estado Democrático de Direito; uma educação crítica reflexiva que o possibilite entender a complexidade da realidade brasileira compreendendo-se como um protagonista de direitos e deveres, instrumentalizando-o para a compreensão do seu estar no mundo com os outros.

Para tanto necessário se faz que o currículo das escolas de formação militares sejam objetos de pesquisa da comunidade acadêmica, para que juntos, todos, militares e sociedade brasileira possam repensar suas práticas e atualizar sua metodologia em consonância com o atual momento democrático que se encontra a sociedade brasileira.

Acreditamos que disciplinas como Sociologia, Filosofia e Direitos Humanos são essenciais para se pensar nesse “novo” militar que a sociedade moderna demanda. Um profissional das armas em sua finalidade precípua, mas antes de tudo, um profissional com uma formação humana e com total compromisso com ordem democrática. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, já faz alusão para essa formação consciente a partir do ensino médio, onde,

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a **construção da cidadania do educando**, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. **Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social** (PCNEM, p. 318. Grifo nosso).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (UNESCO) a busca pelo desenvolvimento humano sustentável e equitativo forma, concomitantemente a democracia, a cultura da paz e a equidade quanto às questões de gênero e idade. Nesse sentido os quatro pilares do conhecimento são: aprender a ser; a fazer; a conviver e a conhecer. Para o militar que queremos precisamos não só saber o que se passa dentro dos muros da caserna, mas que as portas da caserna sejam abertas para toda a comunidade acadêmica possa não só pesquisar, mas opinar sobre os rumos que a pedagogia militar esteja tomando, até porque temos um fenômeno educacional que vem preocupando os especialistas em educação, que é a crescente militarização da educação básica brasileira, onde em vários estados brasileiros, escolas públicas vem se “transformando” em Colégios Militares, como no caso recente do Estado de Goiás.

No Brasil o número de escolas básicas públicas geridas pelas Polícias Militares já chega a 93 instituições. O Estado que mais possui escolas assim em todo o país é o Estado de Goiás,

onde a Secretaria de Educação²⁸, recentemente, anunciou que várias escolas públicas estaduais ainda passarão a ser administradas pela Polícia Militar, como foi o caso da Escola Estadual Fernando Pessoa, em Valparaíso/GO.

No início do 2º semestre de 2015 foram mais oito colégios que voltaram às aulas naquele estado nesses moldes. Atualmente apenas nove estados brasileiros não possuem colégios de educação básica públicos geridos pelas Polícias Militares. Goiás passou a ser o líder no quesito, com 26 escolas neste formato (2015), seguido de perto por Minas Gerais — que possui 22 colégios militares²⁹.

Essa influência das especificidades do ensino militar no ensino público brasileiro suscita algumas perguntas: Onde começa a “militarização” dos alunos e onde termina o ato de educar? Quais os limites que separam estas práticas? Há limites? Se há, eles são respeitados? Este ambiente permeado pelo *ethos* militar permite a formação de cidadãos críticos e autônomos? Como nos diz o Filósofo Immanuel Kant³⁰, “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.

1.4 O ESTADO DO CONHECIMENTO: DAS PESQUISAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS MILITARES PROFISSIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

1.4.1 As pesquisas tipo Estado do Conhecimento ou Estado da Arte e sua importância

Com o aumento do número de universidades públicas e privadas nos últimos tempos e com os programas de afirmação e acesso das classes menos favorecidas aos bancos escolares cresceu em grande quantidade os números de alunos desses sistemas, vindo também a aumentar o número de pesquisas realizadas sobre diversos temas, em diversas áreas do conhecimento. Como recurso metodológico, utilizam-se os estudos do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento das produções acadêmicas, como forma de organização, sistematização e catalogação de pesquisas sobre certo tema.

²⁸ Há que ressaltar a diferença entre os Colégios das Polícias Militares e das Escolas Públicas que estão passando para a gestão militar. Disponível em <http://colegiomilitarhugo.g12.br>. Acesso em 13 Fev. 2014.

²⁹ Modelo de colégios geridos pela Polícia Militar está em expansão no país. Jornal Folha de São Paulo. Em números. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml>>. Acesso em: 14 Mai. 2016.

³⁰ Immanuel Kant (1724-1804) foi um Filósofo prussiano. Amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna.

Os estudos do tipo Estado da Arte permitem sistematizar um determinado campo do conhecimento, reconhecendo os principais resultados das investigações realizadas, identificar as temáticas e as abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos não explorados abertos as pesquisas futuras. Paralelo a isso, também houve grande evolução das tecnologias, possibilitando sobremaneira a divulgação por parte de seus autores e o acesso dos leitores sobre os trabalhos realizados, a *internet* tornou-se uma grande aliada, um meio rápido e eficiente de socialização dos conhecimentos produzidos nos meios acadêmicos, através dos diversos portais institucionais e pessoais, que divulgam conteúdos e ideias.

O objetivo é fazer um levantamento que nos mostre como anda nos meios acadêmicos, as pesquisas acerca da formação militar no EB em geral e especificamente dos oficiais combatentes realizadas pela AMAN, tradicional academia militar responsável pela formação dos oficiais combatentes da Força Terrestre, aqueles que acenderão aos postos de oficiais gerais e serão os comandantes e que guiaram a Força quanto a suas funções constitucionais. Esse estado da arte servirá como um balanço, indicando tendências e possíveis direções para novas pesquisas.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (RAMANOWSKI; ENS, 2006, p.39 apud NOGUEIRA, 2014, p. 25).

Pesquisamos em sites de universidades públicas e privadas, em bancos de dados sobre teses e dissertações e em bibliotecas eletrônicas. Utilizamos o banco de Teses da CAPES. Utilizamos a busca na internet pelas palavras-chave: formação militar, educação militar, currículo militar e gestão escolar militar. Tendo em vista não haver muitas pesquisas sobre o assunto, não nos limitamos ao estudo de uma categoria específica, ou seja, buscamos temas abrangentes que tivessem como sujeitos. Por fim foi feita a análise dos resumos com elaboração de uma síntese e identificação do tema, ano de defesa, problema, metodologia, referencial teórico e o local de publicação e realização da pesquisa.

1.4.2 Análise dos resultados da produção científica sobre a Formação Militar

A produção acadêmica acerca do objeto de estudo Educação Militar, Formação Militar, Currículo Militar e Gestão Escolar, apesar de bastante incipiente, apresenta uma tendência a crescimento. Seleccionamos trabalhos entre teses, dissertações de mestrado, monografias e artigos científicos, por ser aqueles que mais se aproximam do objeto de estudo proposto. As temáticas são variadas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 – TRABALHOS SOBRE EDUCAÇÃO/ENSINO MILITAR

Fonte: Organização do Autor.

LEGENDA: T = Tese; D = Dissertação; A = Artigo.

ANO	TIPO	ÁREA	TÍTULO	AUTOR	LOCAL
1992	D	Educação	A Formação do Oficial Brasileiro e a transição democrática.	Antônio Carlos Will Ludwig	UNICAMP
2004	D	Educação	O Estudo da Guerra e a Formação da Liderança Militar Brasileira.	Tânia Regina Pires de Godoy Torres de Oliveira	UFSC
2006	D	Ciência Política	Guardiões da Nação: Formação Profissional, Experiências Compartilhadas e Engajamento Político dos Generais de 1964.	Eduardo Munhoz Svartman	UFRGS
2006	M	Psicologia Social	Desafios da Internalização de Valores no Processo de Socialização Organizacional: Um Estudo da Formação de Oficiais do Exército.	Daniela Schmitz Wortmeyer	UERJ
2008	D	História e Cultura Política	A Política de Ensino do Exército Brasileiro na Nova República: O Projeto de Modernização (1985-2000).	Ednéia Fázio	UNESP
2008	D	História	Uma Carreira: As formas de Acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no Período de 1905 a 1946.	Fernando da Silva Rodrigues	UERJ
2011	A	-	A Formação Profissional do Oficial do Exército na Primeira Metade do Século XX: A Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa.	Fernando da Silva Rodrigues	UERJ

2012	M	Educação	A Escola Militar do Realengo e a Formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904-1929).	Marcus Fernandes Marcusso	UFSC
2012	D	Ciências Sociais	A Escola de Sargento das Armas: Um Estudo Sociopolítico sobre a Formação de Praças do Exército.	Aline Prado Atassio	UFSC
2013	M	Educação	Ensino Militar no Brasil: Um Estudo sobre o Estado da Arte do Ensino Militar em Nível Superior.	Juliano Farias Nascimento	UTP
2014	A	-	Educação Militar no Brasil: Um Breve Histórico.	Jefferson Gomes Nogueira	UNESP

Antônio Carlos Will Ludwig apresentou tese de doutorado em educação do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, onde trabalhou o tema: A FORMAÇÃO DO OFICIAL BRASILEIRO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA defendida no ano de 1992. O objetivo central do pesquisador era evidenciar como os atuais cursos de formação de oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica preparam um tipo profissional adequado às expectativas dos seguimentos hegemônicos da sociedade. Utilizou três perspectivas teóricas complementares: primeiro, a teoria da reprodução educacional e sua possível aplicação ao sistema de ensino militar; segundo, as teorias do intervencionismo castrense, cujos principais representantes detectam uma inclinação dos funcionários fardados para o apoio aos setores dominantes da estrutura social, reforçando a pertinência da teoria da reprodução à educação militar; terceiro, a análise ideológica do papel constitucional das FA na tarefa de assegurar a ordem e a lei prevista na Carta Magna de 1988.

A análise da prática pedagógica responsável pela formação dos oficiais das três Forças, é estabelecida, segundo o autor, para preservar os interesses dos setores hegemônicos da sociedade. Conclui que a democratização da prática pedagógica castrense, constitui um expediente adequado para a superação do papel intervencionista, frequentemente exercitado pelos militares no decorrer da história e em sua ótica favorecedor dos setores privilegiados da estrutura social.

A tese de doutorado de Tânia Regina Pires de Godoy Torres de Oliveira, do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP teve como tema: O ESTUDO DA GUERRA E A FORMAÇÃO DA LIDERANÇA MILITAR BRASILEIRA (1996-2004), defendida em 2004. As palavras-chave do trabalho foram 1. Educação castrense no Brasil, 2. Pragmatismo no ensino de História Militar nas instituições militares brasileiras, 3. Identidade militar brasileira, 4. Papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. A proposta do trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, acerca do estudo da guerra por meio do ensino militar de História Militar ministrada nas Escolas de Formação de oficiais das FA.

Ao dar um enfoque privilegiado para o estudo da guerra no ensino de História, a formação do líder guerreiro no Brasil segue a linha de preparo do soldado profissional, em seu desempenho na guerra, mas este direcionamento educativo demonstra ser insuficiente, pois não considera os aspectos peculiares dos militares brasileiros, em um processo educacional com enfoque sempre positivo e exemplar no trato da História da guerra, o que não efetiva o preparo de sua oficialidade no exercício profissional vinculado à realidade da sociedade brasileira, na qual não se interessa pelas questões referentes à defesa, já que a nação sofre pouquíssimos riscos contra sua integridade territorial e sua soberania e, por isso, considera mais relevante a atuação dos militares em ações subsidiárias e cívicas do que aquelas relacionadas à prática da guerra.

Eduardo Munhoz Svartman apresentou tese de doutorado onde faz uma análise da formação profissional dos Oficiais Gerais que participaram ativamente do movimento de 1964, com o tema: GUARDIÕES DA NAÇÃO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL, EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS GENERAIS DE 1964, tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, maio de 2006, não apresentou as palavras-chave. O Autor investiga a atuação política de um grupo de 24 generais, identificados com o polo intervencionista controlador do Exército Brasileiro, que esteve envolvido nas conspirações que levaram à derrubada do governo João Goulart, em 31 de março de 1964.

Para o investigador esse grupo tratou de estabelecer as relações entre formação profissional, formação política e a ação política extramilitar destes generais de 1964, a partir do estudo de suas trajetórias nas esferas militar e política e de compreender que a experiência formadora desses agentes se deu tanto nos espaços institucionais de formação do oficialato do exército, quanto nos variados espaços de atuação políticas ocupadas pelos agentes estudados.

Identifica que estes atores tiveram uma formação profissional intensamente politizada e acumularam experiências que os distinguiam das demais frações do EB, em função da recorrente ocupação de cargos públicos na esfera política, do elevado grau de internacionalização e de atribuir as derrotas eleitorais da União Democrática Nacional (UDN) às manipulações do populismo e à infiltração comunista.

A sua ação política extramilitar se caracterizava por posições antioligárquicas, anticomunistas e favoráveis a uma modernização nacional autoritária.

Daniela Schmitz Wortmeyer em sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ defendida no ano de 2006, teve como tema: DESAFIOS DA INTERNALIZAÇÃO DE VALORES NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO. Teve como palavras-chave socialização organizacional, valores, formação militar. Este trabalho focalizou o processo de socialização organizacional dos futuros oficiais combatentes de carreira do EB, o qual ocorre em um curso de formação de quatro anos na AMAN.

O principal objetivo foi analisar a eficácia deste processo para a internalização dos valores responsabilidade, iniciativa, disciplina, honestidade e lealdade pelos sujeitos. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, grupos focais e observação participante. Os resultados demonstraram a eficácia da socialização para a internalização da disciplina e da lealdade aos pares e sua ineficácia para a internalização da lealdade aos superiores. Não foi possível avaliar a internalização da responsabilidade, da iniciativa e da honestidade pelos sujeitos, tendo em vista as condições de intensivo controle que caracterizam o processo em pauta. Foram levantadas as principais estratégias de socialização empregadas pela organização e seus efeitos sobre o ajustamento dos indivíduos ao papel.

Os resultados sinalizam alguns desafios que se apresentam à organização, sob o horizonte de seus pressupostos culturais, para a formação eficaz de seus futuros chefes.

A tese de doutorado de Ednéia Fázio da Faculdade de História, Direito e Serviço Social Universidade Estadual Paulista, Franca - SP trabalhou o tema: A POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA NOVA REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO (1985-2000) defendida em 2003. As palavras-chave do trabalho foram 1. Educação militar, 2. Ensino militar, 3. Política educacional. Analisou a política de ensino do Exército após o processo de redemocratização no Brasil. Enfocando a política de ensino, por ser responsável

pela formação dos militares e o principal caminho para se introduzir as modificações na instituição.

O interesse pelo EB se deu por causa da maior participação política na história brasileira em detrimento da participação mais técnica e insular das Forças irmãs e pela falta grave de trabalhos sobre esta instituição e a educação castrense. A importância que se dá neste trabalho para o fim da ditadura militar, reside no fato de que, acreditamos ser esta passagem e a maneira como foi processada, uma das principais causas, responsáveis pela reformulação designada de reforma militar ou reestruturação, visando uma nova orientação para o ensino militar que forma os quadros profissionais e uma identidade própria diferenciando os militares dos civis.

O período de análise abrange os anos de 1985-2000, o qual corresponde, respectivamente, ao fim do governo militar e a Lei do Ensino do Exército nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999, atualmente o instrumento regulador da Política de Ensino militar. Tomou-se como objeto imediato de análise, o Projeto de Modernização de Ensino do Exército que passou a vigorar em 1996, tendo como objetivo a reformulação da legislação básica, a revisão da metodologia para elaboração e revisão de currículos, a reformulação do sistema de avaliação e a revisão de perfis, além da Lei do Ensino do Exército de nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999, que fundamenta os princípios que consolidam a Modernização do Ensino castrense, entre eles, a integração à Educação Nacional, e o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, que definiu a equivalência de estudos entre os cursos universitários superiores do Exército com a educação superior nacional.

Fernando da Silva Rodrigues em sua tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro trabalhou o tema: **UMA CARREIRA: AS FORMAS DE ACESSO À ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1905 A 1946**, Rio de Janeiro – RJ, defendida em 2008. As palavras chaves foram: 1. Militares. 2. Política. 3. Ensino e discriminação. A pesquisa sobre política e cultura no universo militar procurou investigar como, na História das Instituições de Ensino Superior Militar, a reforma de seus regulamentos e normas internas visou a construção de um projeto de modernização profissional do EB, moldando atores políticos a fim de consolidar a Instituição e o regime republicano através da reorganização constante do modelo de ensino empregado nas suas Escolas de Formação de Oficiais.

As constantes mudanças no sistema de educação estavam contextualizadas pelos momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante a primeira metade

do século XX, e, principalmente, pelo medo do movimento comunista que interferiu na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos 1930. Com efeito, o estudo propõe compreender quais modelos de organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais ao longo da primeira metade do século XX.

A dissertação de mestrado apresentada por Marcus Fernandes Marcusso do programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP teve o tema: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO E A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1904-1929), São Carlos – SP defendida em 2012. Trabalhou as palavras-chave: 1. Primeira República, 2. Formação do Oficial do Exército do Realengo. Analisou a Escola Militar do Realengo (EMR), no período de 1913 a 1929, e o ensino ministrado nela com o intuito de caracterizar o tipo de oficial que o esse ensino procurou formar.

Analizou também o ensino ministrado da Escola Militar da Praia Vermelha, antecessora da EMR na formação de oficiais, e o estudo das condições do EB e da educação militar no período anterior à fundação da EMR, entre 1905 e 1913. Partiu do pressuposto de que, entre 1913 e 1929, a EMR serviu como laboratório do Exército para as experiências acerca de qual instrução/educação militar seria a ideal para formar seu quadro de oficiais. Os estudos possibilitaram a identificação de três períodos de “experimentos educacionais” na EMR. O primeiro período, de 1913 a 1918, foi marcado, essencialmente, pela escassez de recursos de toda espécie: humanos, materiais e disciplinares.

O segundo período, de 1918 até 1922, foi marcado por uma onda modernizadora que tinha como objetivo formar um oficial com conhecimentos técnicos e profissionais mais avançados, com uma rígida disciplina e preparo para exercer a função de comandar tropas. O terceiro e último período se inicia em 1922 com a penetração dos oficiais franceses na EMR com a elaboração de um novo regulamento para a escola militar que propunha a formação de um oficial que mantivesse seus conhecimentos técnicos e profissionais, uma rígida disciplina, e o preparo para exercer a função de comandar tropas, mas que via como pressuposto para a incorporação dessas habilidades uma formação cultural científica mais ampla do que a vinha sendo oferecida.

Uma classe raramente estudada, as praças, foi a tese de doutorado apresentada por Aline Prado Atassio do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP teve o tema: A ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS: UM ESTUDO SOCIOPOLÍTICO SOBRE A

FORMAÇÃO DE PRAÇAS DO EXÉRCITO, São Carlos – SP defendida em 2012. Trabalhou as palavras-chave: 1. Organização militar, 2. Militares, 3. Escolas militares, 4. Sargentos.

O trabalho visou descobrir quem são e o que desejam os futuros sargentos, formados pela Escola de Sargentos das Armas (ESA). O trabalho aborda um tema pouco estudado nas Ciências Sociais brasileira, que é o próprio sargento, daí sua importância. Dentre os enfoques do trabalho estão a história dos sargentos, a formação desses ao longo do tempo e o cotidiano dos alunos da EsSA. O estudo apresenta estatísticas que visam mostrar a origem social dos alunos e entrevistas que apresentam as histórias dos alunos e suas aspirações com a carreira.

O resultado da pesquisa nos mostrou que os sargentos são, em sua maioria, advindos de famílias de classe baixa, vindos da região sul e sudeste, com idade entre dezenove e vinte e cinco anos, sem parentes militares e com ensino médio concluído, porém sem grandes oportunidades de avançar nos estudos e garantir uma carreira fora do Exército. Comprovou a tese de que o Exército serve, historicamente, como um meio de ascensão social daqueles que se encontram mais abaixo da pirâmide social brasileira.

Juliano Farias Nascimento apresentou a dissertação de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, com o tema: ENSINO MILITAR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE DO ENSINO MILITAR EM NÍVEL SUPERIOR, Curitiba – PR defendida em 2013. As palavras chaves foram: 1. Ensino Militar, 2. Paradigma do Consenso, 3. Paradigma do Conflito, 4. Estado da Arte. A dissertação se insere, de maneira geral, no desafio de perscrutar o Ensino Militar no Brasil, tendo em vista a sua inserção nos Paradigmas do Consenso e do Conflito.

Para tanto, investiga a historicidade do referido ensino em nosso país, explicitando a constituição tanto das FA, quanto das Forças Auxiliares (FAux). Onde se pode perceber a influência dos ditos Paradigmas no decorrer da história do ensino em tais instituições. Passa, então, a investigar, com o intuito de explicitar metodicamente as duas vertentes teóricas: o Paradigma do Consenso e o Paradigma do Conflito, identificando os seus principais teóricos e as características fundamentais de cada um dos Paradigmas. Na medida em que a presente investigação utiliza o Procedimento Metodológico chamado de Estado da Arte, também é feita uma explicitação deste referido Procedimento, com a intenção fundamental de ancorar teoricamente a presente investigação.

Quando, então, passa-se para a coleta dos dados referentes a produção científica a respeito do Ensino Militar no Brasil e, subsequentemente, à análise dos dados coletados tendo

em vista, não apenas, mas fundamentalmente, a observação ou não dos Paradigmas do Consenso e do Conflito na referida literatura científica produzida em nosso país. Por fim buscase efetivar uma reflexão crítica a respeito dos resultados encontrados.

Jefferson Gomes Nogueira publicou na Revista Camine: Caminhos da Educação, Franca, V 6, n. 1, 2014, um artigo original como a temática EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO, as palavras chaves são: 1. História da educação, 2. História da educação militar, 3. Exército Brasileiro. O pesquisador abordou a história da educação militar no Brasil, tendo como objetivo compreender a sua evolução histórica, que caminha com a evolução da história do próprio EB.

O trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Educação realizada junto à UFMS, intitulada “Educação Militar: uma leitura da educação no Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)”. Buscou-se na origem da educação militar os elementos que permitiram compreender o ethos militar aplicado na prática pedagógica dos Colégios Militares (CM).

Com o tema A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL DO EXÉRCITO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: A INFLUÊNCIA DOS JOVENS TURCOS, DA MISSÃO INDÍGENA E DA MISSÃO MILITAR FRANCESA, Fernando da Silva Rodrigues, Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ publicado em 2011, com as palavras chaves: 1. Missão militar, 2. Profissionalização. Segundo o pesquisador no início do século XX, dentro do EB havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional.

No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado em que se encontrava. Podemos dizer que dentre as providências importantes tomadas, foi à ação modernizadora dos Jovens Turcos movimento divisor de águas dentro de um Exército por demais ligado ao modelo teórico científicista do século XIX, um Exército que buscava a sua profissionalização, e, posteriormente, a ação da “Missão Indígena” e da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo.

Foram onze pesquisas selecionadas, que de alguma forma trabalham a Educação e a Formação Militar, seja dos colégios militares ou de outras escolas de formação do EB. Pela

pouca quantidade pode-se constatar que as temáticas militares ainda não motivam os Programas de Pós-graduação, apesar das apontadas relevâncias econômicas e sociais das FA sempre representaram para o país. Das pesquisas selecionadas temos, 06 (seis) teses de doutorado, 03 (três) dissertações de mestrados, 02 (dois) artigos científicos publicados. As áreas contempladas pelas pesquisas selecionadas são as seguintes: 04 (quatro) na área de Educação; 01 (uma) na área de Ciências Políticas; 01 (uma) na área da Psicologia Social; 01 (uma) na área da História e Cultura Política; 01 (uma) na área de História; 01 (uma) na área de Ciências Sociais; 02 (dois) artigos científicos tratando sobre a Educação Militar.

Ao analisar as pesquisas selecionadas que mais se aproximaram do objeto de pesquisa, verifica-se, ainda, um número muito baixo de pesquisas com temáticas afetas ao meio militar, principalmente relacionadas a Educação e a Formação dos Militares Profissionais da FA. Somase a isso, uma aparente percepção que os meios acadêmicos atribuem aos militares um viés autoritário, com tendências golpistas e intervencionistas, que ficou bastante evidente durante o seminário promovido pelo curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Contabilizamos entre 2005 e 2014 seis dissertações de mestrado no PPGEduc/UFMS abordando a educação militar, todas sobre o ensino assistencial prestado pelo Colégio Militar de Campo Grande, instituição que atende jovens do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio cujo principal objetivo é preparar jovens para o ingresso na carreira militar nas FA. Os assuntos abordados foram o *ethos* militar aplicado aos alunos, a avaliação diagnóstica e o desempenho escolar, a prática pedagógica, o *habitus* professoral, e a educação física e o lúdico. Como podemos observar o trabalho aqui proposto difere dos já realizados quando pretende tratar sobre a formação dos militares profissionais e de um grupo específico os oficiais combatentes formados pela AMAN, que é o berço da formação do chefe militar que galgará os principais postos da força, sendo no topo da carreira os responsáveis pelo seu preparo e emprego.

Atualmente o ensino no EB está em novo processo de transformação, com a implantação, a partir do início de 2012, do Ensino por Competências, iniciando-se pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), situada na cidade de Campinas – SP. A EsPCEEx tem como objetivo receber os jovens brasileiros oriundos de todos os rincões do Brasil que já tenham cursado o ensino médio completo e desejam seguir a carreira de oficial combatente do Exército Brasileiro, após a aprovação em concurso público³¹. O referido concurso é realizado

³¹ Disponível em: <http://www.espcex.ensino.eb.br/downloads/Edital_EsPCEEx_2015.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2016.

em duas fases, sendo a 1ª fase composta do exame intelectual e a 2ª fase composta pela comprovação dos requisitos biográficos pelos candidatos, inspeção de saúde e exame de aptidão física como condição para o ingresso na EsPCEEx. O funcionamento

[...] do curso na EsPCEEx é de internato e a frequência do aluno às atividades escolares é obrigatória, sendo considerada ato de serviço. A duração dos tempos de aula, instrução ou de outras atividades escolares é de 50 minutos e o aluno será considerado aprovado no 1º Ano do Curso de Formação e Graduação de Oficiais de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico e estará habilitado para o ingresso na AMAN [...].(Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEEx)³².

A EsPCEEx é a porta de entrada para a carreira militar bélica e o primeiro ano dos cinco anos de Formação do Oficial da Linha Bélica Militar, por isso é preparatória. Hoje o ensino na EsPCEEx passa por transformações significativas, saindo da proposta de Ensino por Objetivos para aquela do Ensino por Competências, e do Ensino Médio para o Ensino Superior. O Ensino por Competências começou a ser implantado com o objetivo de desenvolver um projeto para o Sistema de Ensino do Exército (SEE) e para o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), o projeto ainda está em curso. “Competência” foi conceituada como sendo “[...] a ação de mobilizar recursos diversos, integrando-os para decidir e atuar em uma família de situações”. Atualmente o Ensino por Competência está em fase de implantação no SEE e no SIMEB.

³²Disponível em: http://www.espcex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=515&Itemid=147&lang=pt. Acesso em: 26 Jan. 2016.

2 AS ACADEMIAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO – DA CASA DO TREM A ACADAMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

“E foram grandes teus heróis, ó pátria, — Mulher fecunda, que não cria escravos —, Que ao trom da guerra soluçaste aos filhos: “Parti — soldados, mas voltai- me — bravos”. Castro Alves

Esse pequeno excerto do poema, relata o ambiente em que partiram os filhos, pais, maridos para a guerra, deixando o lar seguro para lutar pela pátria. Partiram soldados e voltaram heróis. Na busca por novos horizontes, partimos para nossa guerra diária, em busca do conhecimento, travamos nossas batalhas e nos tornamos heróis dessa pátria chamada conhecimento. Que ao regressar da jornada, tenhamos a consciência de ter lutado o bom combate e ao final preservado a fé.

As academias de formação dos oficiais combatentes do EB foram forjadas e evoluíram nesses mais de dois séculos, fruto principalmente das experiências nos campos de batalha como veremos ao aborda-las mais abaixo. A evolução da Educação Militar no Brasil, que pode ser dividido em duas fases, sendo a primeira fase anterior a vinda Família Real Portuguesa para o Brasil, período em que o ensino era ministrado de forma precária e improvisada. Já na segunda fase que começou com a chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, necessitou-se ser executada uma grande reestruturação do Exército visando criar uma força militar mais eficiente e menos amadora, cuja principal finalidade era a de proteger a Corte e a Costa Brasileira. A origem do Ensino Militar no Brasil é bastante antiga e remontando ao fim do século XVII.

Entre 1808 e os dias atuais, a Força Terrestre teve várias academias destinadas a formação de seus oficiais, vindo a consolidar a AMAN como o celeiro de formação da oficialidade do Exército Brasileiro, as academias de formação dos Oficiais Combatentes passaram por diversas transformações, de acordo com a época e a finalidade: Ela foi a Casa do Trem (1792-1810); a Escola do Largo do São Francisco (1812– 1858); a Escola Militar da Praia Vermelha (1855-1904); a Escola de Guerra (1906-1910) Porto Alegre –RS; a Escola Militar do Realengo (1912-1944); e a Academia Militar das Agulhas Negras, desde 1944.

2.1 A CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS – UMA NECESSIDADE DOS ESTADOS MODERNOS

A remodelação das estruturas governamentais, uma necessidade advinda com a expansão do capitalismo, e a consequente criação dos estados modernos tiveram grande influência dos conceitos e princípios trabalhados por Maquiavel (2012) em *O Príncipe*, um dos mais importantes tratados políticos da história. Nicolau Maquiavel desenvolveu seu pensamento político, durante sua presença na Romanha quando atuara junto a César Bórgia (1475-1507), conhecido popularmente como Duque Valentino, filho do papa Alexandre VI.

Para ele se constituía como Estado todos os governos que tinham autoridade sobre os cidadãos, podendo este Estado ser governando na forma de uma república ou de um principado. Uma das características para ser um Estado, na sua concepção deveria ser a capacidade de impor a ordem aos seus concidadãos. Fez ele um alerta, expondo exemplos que durante toda a história, quem resistiu teve a ajuda dos exércitos e das armas para fazer valerem suas constituições:

[...] todos os profetas armados venceram e os desarmados pereceram. Pois, além do que foi dito, é preciso acrescentar que a natureza dos povos não é constante e fácil persuadi-los de alguma coisa, mas é difícil firmá-los nessa persuasão. Portanto, é preciso estar preparado para que, quando deixarem de acreditar, seja possível fazê-los acreditar a força (MAQUIAVEL, 2012, p. 61-62).

Luchetti (2006) ao expor o pensamento político de Maquiavel ressalta o controle que os governantes deveriam exercer sobre seus concidadãos, a fim de manter o Estado e a ordem:

A ordem, produto necessário da política, não é natural, nem a materialização de uma vontade extraterrena, e tampouco resulta do jogo de dados do acaso. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre, em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita (SADEK, 1995, p. 18 apud LUCHETTI, 2006, p. 21).

No pensamento político desenvolvido por Maquiavel, a presença de um exército forte, capaz, bem treinado e bem armado, traduz a necessidade primeira, para que os governantes se mantenham forte à frente do Estado. Em *O Príncipe*, Maquiavel ressalta que, a manutenção do poder e da segurança de seus concidadãos e a das fronteiras do país governando, é uma obrigação inescusável do soberano. Juntamente com o exército, outra necessidade é o estabelecimento de um conjunto de leis capazes de manter a ordem, sustentando o Estado e o próprio príncipe.

O estabelecimento de uma força armada, bem treinada, bem equipada e bem comandada para a defesa do Estado, seja ela contra desordens internas, causadas pelos próprios concidadãos ou as causadas por forças externas, que porventura tentem perturbar a ordem. O poder que uma república ou principado tem de se defender, sobretudo é necessária pela própria natureza do

homem. A natureza humana, aqui traduzida pelo pensamento de Hobbes de que “o homem é o lobo do homem”, suscita a manutenção de uma força capaz de conter o ímpeto humano e é fundamental para a manutenção do Estado e do governo. Maquiavel destaca que a natureza do povo é *varia*, sendo difícil firmá-la apenas na persuasão.

Hobbes explicita em seu pensamento político e sua concepção que a necessidade de um governo para os homens, nasce da própria necessidade do homem de sobreviver na guerra de todos contra todos. Em virtude dessa necessidade o homem passou a viver em comunidade, formando uma sociedade. Essa sociedade, a fim de regular a vida de seus cidadãos elaborou um contrato, cedendo o comando a um de sus cidadãos, o soberano, capaz de protege-los contra as diversas formas de violência. Antes de desse contrato social, os homens viviam em seu estado natural, sem se sujeitarem a qualquer tipo de lei.

2.2 A CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.

Os militares sempre participaram de alguma forma do processo político brasileiro, seja de maneira direta ou indireta. A história da criação das FA, confunde-se com a própria formação do Brasil. Após o descobrimento, Portugal tinha a preocupação de povoar e defender a nova Colônia conquistada. Portugal ao emitir as ordens para a edificação da capital, determina as características que deveriam ter as instalações:

Rei D. João III decreta a edificação da Capital como se fosse uma fortaleza defensiva¹⁵ tanto de ataques indígenas quanto de invasões estrangeiras. Há também a preocupação de colocar toda a comunidade local sob o comando de um capitão, hierarquizando a relação social do mando e obediência. O documento, que se revestia de diretrizes militar e civil, permitia ao donatário, o exercício do poder militar e a função de comandante. A existência de uma força militar composta de pessoas especializadas em artilharia e nas munições pressupõe a existência de especialistas, de origem lusitana, capazes de operarem tais atividades (LUCHETTI, 2006, p. 48)

A preocupação com a defesa da colônia por parte de Portugal, se dava não só do possível inimigo externo, mas também com relação ao possível risco representado pelos nativos, que por lei eram proibidos de portar e manusear arma de fogo, conforme o estabelecido pelo Regimento de Tome de Sousa:

Por quanto per direito e polas leis e ordenações destes reinos he mandado que se não dem armas a mouros nem a outro s imfieis porque de se lhe darem se segue muito deservico de Nosso Senhor prejuizo aos christãos mando que pesoa allgãa de quallquer calidade e condição que seja não dê aos jentios da dita terra do Brasill artilharia arcabuzes espigardas polvora nem monições pera elas beestas lamças e espadas e punhaes nem mamchis nem fouces de cabo de pao [...] (REGIMENTO TOMÉ DE SOUSA, 1548, p.348 apud LUCHETTI, 2006, p. 48)

A defesa da colônia era de responsabilidade dos donatários e dos proprietários de terra, que exerciam o poder militar, com a responsabilidade de defender a si e seu patrimônio, arcando com todas despesas com o pagamento das tropas, do armamento e da munição. Já a defesa da costa Brasileira de responsabilidade da Coroa Portuguesa, que dessa forma garantia o escoamento da safra e o monopólio do comércio. Segundo Luchetti (2006), a Milícia Colonial era de existência obrigatória e composta por todos os homens, colonos e seus dependentes, armados e equipados a suas expensas, e funcionava como uma guarda do território da colônia. A milícia era organizada com base no Regimento de Tomé de Sousa.

Para Luchetti (2006), naquela época existia três formas de organizações militares agindo na colônia: as forças regulares, as semirregulares e as irregulares. Sendo as regulares vindas de Portugal para levarem a cabo as grandes operações, podendo serem destacadas as operações de expulsão dos franceses na Guanabara e posteriormente no Maranhão. Depois a manobra que resultou na expulsão dos holandeses de Pernambuco. Já as forças semirregulares eram compostas pelas forças dos Serviços e Ordenações Gerais e guerreiros sem formação profissional-militar. As tropas irregulares eram aquelas que se organizavam por iniciativa dos povoados, moradores e colonizadores, ou seja, sem obedecer às normas legais vigentes, tanto as da colônia como na Metrópole (LUCHETTI, 2006, p. 49).

A Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 145 estabelece a fundamentação jurídica das FA. Ao Exército Imperial coube manter a integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Estabelece o texto constitucional que “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”³³. A Constituição 1891 consagrou o caráter permanente das Forças Armadas, bem como sua destinação à defesa interna e externa da nação e sua constituição amparadas na hierarquia e na disciplina. A primeira Constituição Republicana estabeleceu em seu artigo 14 que “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”³⁴.

O embrião da formação do EB se deu com as lições aprendidas nas Batalhas de Guararapes, ocorridas em 1648 e 1649. Cientes que havia chegado a hora de que as necessidades militares em pessoal deveriam ser supridas pela própria colônia, utilizando a mão de obra

³³ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 26 Jun. 2016.

³⁴ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 26 Jun. 2016.

dos próprios nativos, que àquela altura já detinha a consciência da importância de defender sua terra. Para as Batalhas de Guararapes pela primeira vez a união de índios, pardos e brasileiros, num mesmo esforço coordenado na defesa nacional contra a invasão dos holandeses. Foi aquela batalha de fundamental importância para que a instituição fizesse um diagnóstico do que ela era e do que ela pretendia ser.

A importância da referida batalha foi tanta que o EB consagrou o dia 19 de abril como “O dia do Exército Brasileiro”, em homenagem a 1ª Batalha dos Guararapes transcorrida em 19 de abril de 1648, nas proximidades do Recife, esse episódio resultou na vitória do "Exército Patriota", integrado por combatentes das três raças formadoras da nacionalidade brasileira, contra as tropas de ocupação do invasor holandês que, dominava boa parte da Região Nordeste. Em Guararapes, disse o eminente historiador Gilberto Freire, "escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil verdadeiramente mestiço, na raça e na cultura". Segundo o General Flamarion Barreto em conferência proferida durante a Semana da Pátria de 1966, "O Brasileiro nasceu nos Guararapes"³⁵.



Figura 2: Tela de Victor Meirelles: "retrata o lugar, onde se deu a batalha, conforme se refere a História".
Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/aaex/lt_01.htm>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

³⁵ Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/aaex/lt_01.htm>. Acesso em: 26 Jun. 2016.

Em sua Ordem do Dia, referente ao Dia do Exército de 19 de abril de 2016, o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do EB exulta a data como sendo a que lançou o sentimento de nacionalidade,

A epopeia dos Guararapes, que hoje celebramos, amalgamou negros, brancos e índios, grupos étnicos matrizes de nosso povo, em torno do nascente sentimento de nacionalidade que os lançou, de armas em punho, a defender aquela terra que já identificavam e amavam como a sua pátria³⁶.















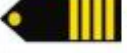








































	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA
OFICIAIS GERAIS	 Marechal-do-Ar	 Marechal	 Almirante
	 Tenente-Brigadeiro	 General de Exército	 Almirante-de-Esquadra
	 Major-Brigadeiro	 General de Divisão	 Vice-Almirante
	 Brigadeiro	 General de Brigada	 Contra-Almirante
OFICIAIS SUPERIORES	 Coronel	 Coronel	 Capitão-de-Mar-e-Guerra
	 Tenente-Coronel	 Tenente-Coronel	 Capitão-de-Fragata
	 Major	 Major	 Capitão-de-Corveta
OF.INT.	 Capitão	 Capitão	 Capitão-Tenente
OFICIAIS SUBALTERNOS	 1º Tenente	 1º Tenente	 1º Tenente
	 2º Tenente	 2º Tenente	 2º Tenente
	 Aspirante-a-Oficial	 Aspirante-a-Oficial	 Guarda-Marinha
 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial	
GRADUADOS	 1º Sargento	 1º Sargento	 1º Sargento
	 2º Sargento	 2º Sargento	 2º Sargento
	 3º Sargento	 3º Sargento	 3º Sargento
	 Cabo	 Cabo	 Cabo
 Tafelero-Mor	 Tafelero-Mor	 Marinheiro	
 Soldado 1ª Classe	 Tafelero 1ª Classe		
 Tafelero 1ª Classe	 Tafelero 2ª Classe		

Figura 3: círculos e escalas hierárquicas das Forças Armadas Brasileiras

Disponível em: <<http://cursodiogenes.com.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 27 Abr; 2017.

³⁶ Ordem do Dia, referente ao Dia do Exército de 19 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/16541/7263485/NE+EB+2016.pdf/a642bad6-5b20-4c57-9cd7-40d58629a802>>. Acesso em: 27 Jun. 2016.

O organograma acima mostra a organização dos círculos e das escalas hierárquicas em vigor. As FA hoje, tem um leque de atuação legal, que vai da preservação da unidade territorial, da soberania, da coesão nacional, da segurança. Possui autonomia administrativa, jurídica, de emprego militar, uma organização pautada na hierarquia e disciplina, e autonomia para gerir o ensino militar.

O último Estatuto dos Militares das FA aprovado pela Lei Federal nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que regula todos os direitos e obrigações dos seus membros, tendo definido em seu artigo 2º que as FA são essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, sendo instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

2.3 A SOCIEDADE, A IDENTIDADE E O ESPÍRITO MILITAR

A sociedade Militar tem um caráter de sociedade fechada por seu particularismo e seu isolamento dentro da comunidade nacional, definindo assim sua essência. É uma sociedade composta por membros de diferentes seguimentos da escala social, de diversas regiões do país, com costumes e culturas diferentes. Essa sociedade é constantemente chamada de “Família Militar”, cujos laços são formados com a convivência diária de seus membros, e pelo exercício de um dos atributos mais importante, se não o mais importante, o qual o militar deve possuir e o exercitá-lo diariamente, qual seja, a lealdade. Essa lealdade deve ser dirigida a seus companheiros, mas principalmente à Pátria, razão de ser dessa sociedade. O termo “Família Militar” é uma construção ideológica que confere a identidade a identidade dessa sociedade.

Para Girardet (2000), os membros da sociedade militar possuem um sentimento identitário de participação de uma *ordem* no sentido mais antigo dessa palavra. Para Girardet, essa sociedade, realmente se comporta com uma

[...] família em que a autoridade era mais ou menos paterna e que tinha seu caráter próprio impresso por seu chefe ou por um antigo coronel mais temido ou mais amado que seus antecessores. Mas todos os regimentos possuíam em comum o espírito militar e, se é possível expressar assim, o espírito antiburguês (GIRARDET, 200, p. 63).

Uma das cerimônias mais emblemáticas e de maior simbolismo da caserna é o ato da incorporação de seus membros. Nesse ato solene, celebrado pela instituição, ao incorporar um “civil” as suas fileiras passando a chamá-lo de soldado, passa para ele a mensagem que a

partir desta data, será ele separado da massa de seus concidadãos, sendo incluído em uma nova ordem. A condição de soldado o coloca em um plano moral diferente dos demais, passando a impor às suas consciências outras exigências, submetendo-lhe a outras leis, em geral mais rigorosas e pedindo-lhe, em nome do Estado, nada menos que o sacrifício da própria vida.

As próprias características dos exércitos, para Girardet (2000), concorrem para o isolamento dos seus integrantes dos demais cidadãos da nação, “[...] leis particulares, tradições, usos e até preconceitos habilmente preservados tendem para o mesmo fim: quebrar todos os vínculos que unem o Exército à sua fonte, todos, até os mais tenazes” (GIRADET, 2000, p. 64).

As FA, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na “hierarquia” e na “disciplina”,

[...] As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, Art. 142).

A educação militar no Brasil, segundo Ludwig (1998), tem por propósito formar um aplicador da violência estatal adequado ao jogo de forças existente no seio da sociedade capitalista, para isso utiliza um *ethos* apropriado para atingir esses fins. Para adequar-se ao modo de ser militar, o soldado precisa conhecer a biografia da Pátria e dos seus heróis, não apenas para cultuar essas personalidades, mas para deixar-se envolver por seu espírito de renúncia e sua tenacidade.

Definir o significado de *ethos* não é tarefa fácil e muito menos exata. Podemos definir *ethos* como um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação a outros homens na sociedade em que vive, a fim assegurar a convivência harmônica na consecução do bem-estar social dessa dada sociedade. É um modo de ser, uma espécie de síntese dos costumes de um povo, indica os traços característicos de um grupo social específico do ponto de vista sociocultural em diferença a outros grupos. Desse modo formando uma identidade social de uma determinada categoria social.

Em sociologia e antropologia, *ethos* são referentes aos costumes e traços comportamentais que distinguem um povo, uma nação, uma cultura. O *ethos* pode exprimir um conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou artístico de qualquer natureza. Nogueira (2014) assevera que para alguns filósofos ética e *ethos* são tratados como sinônimos

e para outros *ethos* é tratado com a derivação de ética, citando o conceito etimológico do termo *ethos* adotado Chauí (2003).

Na língua grega existem duas vogais para pronunciar e grafar nossa vogal *e*: uma vogal breve, chamada *épsilon*, e uma vogal longa chamada *eta*. *Éthos*, escrita com a vogal longa, significa costume; porém, se escrita com a vogal breve, *éthos*, significa caráter, *índole natural*, *temperamento*, conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa. Nesse segundo sentido, *éthos* se refere às características pessoais de cada um, as quais determinam que virtudes e que vícios cada indivíduo é capaz de praticar (CHAUÍ, 2003, p. 320, apud NOGUEIRA, 2014, p. 69).

O *ethos* militar é introjetado na personalidade do militar por meio das práticas rotineiras e eminentemente militares, como os discursos oficiais, as falas dos comandantes e superiores hierárquicos que são assimiladas prontamente, sem questionamentos pelos subordinados sob pena de ferir de morte os pilares de sustentação das instituições militares, qual seja; a hierarquia e a disciplina, que são fundamentos da carreira militar, os pilares de sustentação de todas as ações de comandantes e comandados. Esses valores são marcados na alma do soldado pelo culto as tradições militares, aos vultos militares e aos símbolos nacionais como, a bandeira e o hino nacional.

Para Nogueira (2014) o “*ethos*, como elemento imprescindível ao discurso, está carregado de perspectivas quanto ao que se fala, quanto a mensagem que se transmite. Esse *ethos* está ligado à própria enunciação e não a um saber extra discursivo sobre o locutor” (NOGUEIRA, 2014, p. 69). Ainda para Nogueira (2014):

Essa perspectiva de análise do discurso através da retórica, ou seja, da mensagem que traz em si elementos que dentro de um determinado contexto histórico, pode ser aproveitada nessa empreitada de se compreender a formação do *ethos* militar, pois a retórica, os discursos oficiais, a fala dos comandantes e dos superiores são mensagens assimiladas prontamente, sem nenhuma margem ou possibilidade de questionamentos. Tidas como verdades absolutas as palavras ou discurso de uma autoridade militar são introjetadas nos sujeitos, pois uma postura que se cobra cotidianamente do militar é a de “não ponderação”. Ao militar não cabe à prerrogativa de “questionar o ato do superior hierárquico” e a premissa básica é que o superior sempre tem razão (NOGUEIRA, 2014, p. 70).

Weber (2002), ao trabalhar o conceito de *Ethos* para designar o comportamento dos protestantes atribuiu ao modo de vida desse grupo, seus costumes e seus hábitos, a criação de um “espírito do capitalismo, definindo esse comportamento:

De fato, o que nos é aqui pregado não é apenas um meio de fazer a própria vida, mas uma ética peculiar. A infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Essa é a essência do exposto. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um *ethos*. Essa é a qualidade que nos interessa (WEBER, 2002, p. 46 apud NOGUEIRA, 2014, p. 71).

Uma boa compreensão do que seja esse *ethos* militar é expressa no *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares, que traz as principais "ideias-força" referentes aos valores, deveres e ética militares, visando a contribuir para o continuado aprimoramento das virtudes militares. O referido *Vade-Mécum* apresenta como valores a serem cultuados diuturnamente pelos militares, o patriotismo, o civismo, a fé na missão do Exército, o amor a profissão, o espírito de corpo e o aprimoramento técnico-profissional.

Já a carreira militar não deve ser encarada como uma simples ocupação, um emprego, deve ser encarada como um ofício exclusivista e absorvente, dos mais nobres e necessários à defesa e segurança Pátria:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre³⁷.

Para Castro (2004), o processo de construção da identidade social e do espírito militar foi forjado através de um intenso processo de socialização profissional militar, que ocorre em relativo isolamento ou autonomia, diferente das demais socializações profissionais. Esse processo contribui para uma grande coesão e homogeneidade da caserna, o chamado no meio militar de “espírito-de-corpo”. Esse processo causa para as instituições militares um alto preço, o distanciamento entre os militares e o mundo civil.

Castro (2004) cita que para Berger e Luckmann o processo de socialização militar é de natureza tão intensa que o indivíduo acaba “mudando de mundos”. Para Vidich e Stein o processo de ensino aprendizagem para a criação de um soldado é como se houvesse uma “dissolução” de sua identidade anterior de “civil” e a criação de uma nova identidade, a de militar:

Revela a tentativa de romper com os antigos valores e sensibilidades civis, para implantar mais facilmente uma estrutura de caráter o mais novo possível. É essa tentativa de romper a sensibilidade adquirida que determina a “domesticação” do recruta, e a atribuição, a ele, de uma posição muito inferior no mundo militar. Ele deve perder grande parte de sua identidade anterior para que então se torne consciente de sua personalidade em termos de seu papel militar (CASTRO, 2004, p. 35).

³⁷ Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/vadem-mercum/86-cerimonial/vade-mecum/120-valores-deveres-e-etica-militares>>. Acesso em: 15 Fev. 2016.

A Educação Militar possui especificidades necessárias para formar e preparar o militar para ser empregado em situações quase sempre extremas, seja em atuação interna ou externa, o que justifica um *ethos* próprio que visa introjetar no soldado um conjunto de valores composto pelo culto as tradições, vultos e aos símbolos nacionais. A introjeção desses valores durante a formação do militar, tem por objetivo criar o Espírito Militar. São valores que devem cultuados, porém devem sempre o Estado Democrático de Direito, que tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, conforme a Constituição Federal de 1988. A identidade do profissional militar brasileiro, aqui mais especificamente do EB, historicamente foi forjada durante os principais acontecimentos políticos brasileiros, desde 1889, com a proclamação da república.

2.4 A EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL – ORIGEM E EVOLUÇÃO

A origem do ensino militar no Brasil é tão antiga quanto a própria educação civil, remontando ao final do século XVII, segundo Pirassinunga (1958) encontramos o primeiro vestígio do ensino militar, em 1698, na cidade do Rio de Janeiro, nas lições mandadas dar aos contestáveis e Artilheiros dessa Praça, sobre uso e manejo da artilharia. Este ensino foi ordenado pelo Rei em Carta Régia de 22 de outubro de 1699.

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu officio. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quiserem aprendê-la do que ir o mesmo Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9, apud NOGUEIRA, 2014, p. 1-17).

A história do EB confunde-se com a trajetória da construção e da consolidação do Brasil como nação independente e da construção da identidade nacional. O processo evolutivo da Educação Militar no Brasil pode ser dividido em duas fases, a saber: a primeira anterior a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, entre 1699 a 1808, período em que o ensino era ministrado de forma precária e improvisada. Já na segunda fase, que começou com a chegada da Corte Portuguesa e da Família Real a Colônia em janeiro de 1808³⁸, veio a

³⁸No século XIX Napoleão Bonaparte tornou-se soberano do império da França, tendo como objetivo apoderar-se de toda a Europa. Naquele momento da história, Portugal era governado Dom João. Portugal e Inglaterra eram velhos cúmplices, o que deixou Dom João em uma posição delicadíssima com relação a Napoleão. A saída encontrada, em conluio com os ingleses, foi a mudança da Corte Portuguesa para a então Colônia. Em novembro

demandar um amplo planejamento e uma grande reestruturação do Exército, com o objetivo de formar uma força militar mais eficiente e menos amadora, a fim de garantir a segurança da corte e a defesa do litoral da Colônia (NOGUEIRA, 2014, p. 26).

Rodrigues (2002) descreveu a impressão que D. João VI teve ao verificar as condições das instituições militares encontradas na colônia e as providências tomadas pelo soberano, no sentido de reorganizar, dar eficiência e conferir maior preparo das forças militares.

[...] encontrou instituições militares na maior estagnação; órgãos essenciais estavam em Lisboa e por isso criou, imediatamente, o Conselho Supremo Militar (1808), impulsionou a fabricação de armas, contratando espingardeiros alemães e criou uma fábrica de pólvora (1808). As tropas não estavam uniformemente instruídas, nem possuíam nenhuma ligação que pudesse servir de socorro em casos urgentes de necessidade militar [...] (RODRIGUES, 2002, p. 51).

Gomes (2007), ao retratar a vinda da Corte e da Família Real para o Brasil fez um diagnóstico das condições do ensino na então Colônia, incluindo evidentemente o ensino militar, que naquela época era incipiente.

Antes da chegada da corte, toda a educação no Brasil colônia estava restrita ao ensino Básico e confiada aos religiosos. As provas eram muitas vezes ministradas dentro das igrejas, com plateia para assistir ao desempenho dos alunos. Ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já tinham suas universidades, no Brasil não havia uma só faculdade. D. João mudou isso ao criar uma escola superior de Medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o ensino de Engenharia Civil e Mineração (GOMES, 2007, p. 217).

Luchetti (2006) pontua que o ensino militar no Brasil Colônia era precário e as aulas eram ministradas de forma avulsas e descentralizadas. O primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil foi o Curso Prático de Fortificação instalado em 1699 na cidade do Rio de Janeiro.

Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros (LUCHETTI, 2006, p. 64).

Nogueira (2014), cita ainda, como curiosidade que as primeiras aulas foram dadas na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, ministradas pelo Capitão-Engenheiro Gregório Gomes, em

de 1807, sob proteção da força naval inglesa, D. João, sua linhagem e a nobreza que o rodeava mudaram-se para o Brasil. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/a-vinda-da-corte-portuguesa-para-o-brasil/>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

cumprimento a ordem do Rei de Portugal, enviadas através da Carta Régia de 15 de janeiro de 1699:

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa capitania em que há engenheiro, haja aula em que possa ensinar a fortificar, havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para ver se (sic) adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação. Se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas, e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça pública para que venha a notícia a todos. Eu vi-a “Rei”. Conde de Alvor (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9, apud NOGUEIRA, 2014, p. 1-17).

Segundo Ludwig (1998), ao analisar o processo de formação dos militares no decorrer da história brasileira, tem contribuído para forjar indivíduos com perfil ideológico autoritário e com tendências intervencionistas.

[...] o corpo de oficiais, são os elementos desse grupo que geralmente participam das articulações golpistas, mobilizam contingentes de apoio aos conspiradores e lideram subalternos no combate aos movimentos perturbadores da ordem social (LUDWIG, 1998, p. 7).

Ludwig (1998) explicita que com o envolvimento do Exército na Guerra do Paraguai e nos episódios de Canudos e Contestado, houve, por parte de alguns oficiais, um impulso modernizador das FA, com a colaboração da França e da Alemanha. Além da modernização através das atividades de instrução, e também transmitiram outras características. Dos franceses os colegas brasileiros herdaram a tradição aristocrática. Já dos alemães herdaram o espírito de casta e uma mentalidade de *junker*³⁹, pouco compatíveis com democracia, o que explica a tradição intervencionista dos militares brasileiros.

O processo de ensino-aprendizagem da oficialidade brasileira, segundo Ludwig (1998), aqui incluída a Marinha e a Aeronáutica, está voltado para produzir um profissional aplicador da violência adequado ao jogo político de forças existentes na sociedade brasileira, estando de

³⁹ Junker eram denominados os membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o 2.º Reich (1871-1918). Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Junker>>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

um lado a classe dominante, a burguesia nacional, liderada pela indústria, preocupada com sua sobrevivência, sempre em busca de lucros imediatos e benefícios estatais.

Essa mesma burguesia nutre imenso medo da organização do povo, principalmente quando ele se organiza em sindicatos, partidos políticos e associações. Do outro lado, há a classe dominada, o povo pobre, historicamente desprotegida, espoliada, raramente protegida e constantemente cerceada em suas manifestações por melhores condições de vida.

Historicamente, segundo Ludwig (1998), os militares sempre estiveram ao lado da burguesia, e quando essas duas classes se chocavam, entrava em cena o aplicador da violência preparado pelos métodos e objetivos da própria burguesia, em prol dessa própria burguesia.

Rodrigues (2008) evidencia que ao longo da história do Brasil, a educação brasileira passou por diversas reformas educacionais, sendo que a educação militar se manteve à margem desse processo, sendo que

[...] as reformas no sistema de ensino militar em nenhum momento acompanharam qualquer reforma de ensino feita no país, principalmente a reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar do Brasil. Ao contrário, causaram um isolamento com relação ao sistema de ensino civil e problemas de equiparação nas estruturas do ensino militar e civil brasileiro, que até hoje permanecem (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Esse processo de ensino do EB hoje está consolidado por marcos legais e tem conforme o artigo 3º da Lei nº 9.786/1999, os seguintes princípios fundamentais: I - integração à educação nacional; II - seleção pelo mérito; III - profissionalização continuada e progressiva; V - pluralismo pedagógico; VI - aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; VII - titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino. Como se vê, a Educação Militar no Brasil tem origem histórica anterior ao nascimento do Brasil como nação independente e destacada importância na nossa consolidação como nação.

A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, não prevendo qualquer forma de fiscalização e controle por parte do legislativo ou executivo nas atividades de ensino da caserna. Ficou a cargo da própria instituição aprovar, conduzir, especificar, regular, designar, todas as atividades de ensino, incluindo aí a elaboração dos currículos escolares, seja dos alunos dos colégios militares do ensino fundamental ao ensino médio, aos cadetes da AMAN, que serão os futuros oficiais e comandantes das frações pelos mais diversos rincões deste país.

2.5 A EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR E DAS ACADEMIAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ao fazermos um histórico, mesmo que breve, da evolução do ensino e das academias destinadas a formação dos oficiais combatentes do EB, verifica-se que a história da educação militar se desenvolveu paralelamente a educação civil, já que apesar de todas as reformas realizadas na educação civil brasileira, não foram estendidas a educação militar, como se viu na reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar brasileiro. O desenvolvimento da educação militar contribuiu muito para o desenvolvimento e consolidação do Brasil como nação independente.

2.5.1 A Casa do Trem e seu pioneirismo (1972-1810)



Figura 4: Tela “Casa do Trem”

Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

A “Casa do Trem”, assim chamada pelos portugueses ao se referirem aos apetrechos militares como “trens”, a edificação foi construída em 1762 pelo Capitão-General do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais General Gomes Freire de Andrade. Sua destinação era abrigar o Material Bélico do Exército Demarcador do Tratado de Madrid, 1750, o qual atuara

na Campanha do Sul (1751-59), onde ocorreu a Guerra Guaranítica (1754-56), que culminou com a expulsão dos jesuítas e índios dos Sete Povos das Missões, com a ajuda do exército da Espanha. O ensino militar acadêmico nas Américas e o ensino acadêmico geral no Brasil remontam a Casa do Trem que foi

[...] a pioneira no ensino acadêmico militar nas Américas. Data de 1792, dez anos antes da instalação da Academia de West Point (1802) pelo Congresso dos EUA, e destinada a formar oficiais das quatro armas do Exército de então. É, também, pioneira do ensino acadêmico no Brasil. A Academia Real de Guardas-Marinha (1782 em Portugal) só chegou ao Brasil em 1808, 16 anos depois da instalação da Real Academia (1792)⁴⁰.

Foi também a Casa do Trem que, além de ter servido de berço para a indústria, o nascedouro do ensino acadêmico civil no Brasil,

[...] segundo a Congregação da Escola de Engenharia da UFRJ, teve lugar, em 17 de dezembro de 1792, o início do ensino formal de Engenharia Civil no Brasil. Antes de se tornar Academia Militar, a Casa do Trem serviu de berço à indústria pesada no Brasil e atendeu a atividades industriais civis⁴¹.

Foi nas instalações da Casa do Trem, que a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho destinada a formação de oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros para o Exército brasileiro foi instalada em 1792⁴², por ordem do Vice-Rei o Conde de Resende, destinada a formação de oficiais, a fim de suprir as necessidades de pessoal, funcionaria neste local até 1810. Luchetti (2006), aponta a remodelação do ensino militar, ocorrida em 1792, como condição para a transformação das aulas, a fim de valorizar o mérito intelectual e a liberdade da escolha das armas:

Posteriormente, em 1792, no vice-reinado de D. Luiz de Castro, o ensino militar sofre remodelação ao serem estabelecidas as condições para a transformação da Aula Militar do Regimento da Artilharia na Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da cidade do Rio de Janeiro. Instalou-se a Academia na Casa do Trem. Pelos estatutos da Academia, o plano de ensino compreendia o curso Matemático e os Exercícios Práticos, os quais possibilitavam a formação de oficiais a todas as Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) e a conseqüente valorização do mérito intelectual e da liberdade na escolha da Arma, segundo a aptidão do aluno (LUCHETTI, 2006, p. 66).

⁴⁰ BENTO, Cláudio Moreira. Escolas de formação de oficiais das Forças Armadas do Brasil. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

⁴¹ Idem.

⁴² Construção destinada a abrigar o Material Bélico do Exército Demarcador do Tratado de Madrid em 1750, conforme o Informativo Guararapes, Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

Segundo Nogueira (2014), em Carta de 21 de dezembro de 1792, o Conde de Resende remete a D. Martinho de Melo e Castro o Estatuto da Academia e da sua inauguração.

Remeto á V. Exa. Os Estatutos da nova Aula Militar que no dia 17 do presente mês, por ser o dos Anos de Sua Majestade, mandei abrir nesta Cidade, á qual assisti com um grande numero de oficiais e concurso de muitas pessoas, que além dos matriculados, a quem com antecedência havia prevenido e feito avisar para assistirem a este ato, poderão aproveitar-se dos Estudos da mesma Aula (PIRASSINUNGA, 1958, p. 29, apud NOGUEIRA, 2014, p. 43).

Nogueira (2014) pontua ainda, que em 1795 foi desmembrado a Real Academia e formado a Academia Militar destinada, exclusivamente, para formar oficiais da Arma de Infantaria pelo fato da não adaptação dos alunos infantis às aulas ministradas na Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho. Seria uma Academia exclusivamente para os alunos infantis, denominada de Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, que também funcionaria da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1795. Tinha como características a rigidez no tratamento aos alunos (NOGUEIRA, 2014, p. 151).

Em 1808 D. João VI que naquela época governava o Reino de Portugal em nome de sua mãe, D. Maria I, fugindo da eminente invasão de Portugal pelo Exército Francês de Napoleão Bonaparte, desembarca no Brasil, instalando-se em Salvador na Bahia. Dom João se depara com a precariedade das forças destinadas a segurança territorial e incumbiu seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da criação de um Exército, pois “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos” (VIANNA, 1956, p. 268, apud NOGUEIRA, 2015, p. 44).

Gomes (2007), ao retratar a vinda da Corte e da Família Real para o Brasil fez um diagnóstico das condições do ensino no Brasil Colônia, ali também incluído o ensino militar, que naquela época era bastante incipiente e pouco para a defesa da Família Real e das riquezas da Colônia.

[...] Antes da chegada da corte, toda a educação no Brasil colônia estava restrita ao ensino Básico e confiada aos religiosos. As provas eram muitas vezes ministradas dentro das igrejas, com plateia para assistir ao desempenho dos alunos. Ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já tinham suas universidades, no Brasil não havia uma só faculdade. D. João mudou isso ao criar uma escola superior de Medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o ensino de Engenharia Civil e Mineração (GOMES, 2007, p. 217).

Para Rodrigues (2008) as condições militares da colônia já haviam atingido em 1809, o mesmo patamar institucional das forças portuguesas, condições essas alcançadas após a criação da Academia Real Militar.

Em 4 de dezembro de 1810, criava, D. João, a Academia Real Militar, que formava oficiais de diferentes armas e organizava o Arsenal de Guerra. Em 1814, iniciou a construção do quartel da futura Praça da República, onde se localizou o Quartel-General do Exército. Várias modificações foram sendo feitas nos corpos do Exército, e desde 1809, as Forças Armadas do Brasil se apresentavam em condições institucionais iguais às portuguesas (RODRIGUES, 2008, p. 51).

Nogueira (2014) cita que foi nessa data, 5 de maio de 1808, que teve início a remodelação do ensino militar no Brasil, com restabelecimento da Real Academia de Guardas Marinha no Convento de São Bento, no Estado do Rio de Janeiro. Fruto dessa onda modernizadora foi criada a Academia Real Militar pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, pelo então Príncipe Regente D. João e destinada à formação de oficiais para a Colônia e demais partes do Reino de Portugal, que funcionava junto a Casa do Trem, tendo iniciado suas aulas em 23 de abril de 1811, aproveitando as estruturas físicas da Real Academia. Após ser remodelada, a Casa do Trem integra, desde 1922, o conjunto que forma o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro.

2.5.2 Largo de São Francisco (1812-1858)

A academia não tinha um comando unificado, era dirigida por uma junta que se reunia uma vez por mês, comparado com os padrões atuais ela seria considerada uma academia desmilitarizada. O curso na Academia se desenvolvia em caráter de externato conforme o regulamento de 1810, não era requisito indispensável para o ingresso no oficialato e nem para a ascensão na carreira militar. Castro (2004) afirma que o surgimento dessa Academia Militar se insere em dois contextos históricos,

[...] um mundial, de criação de escolas militares na França, Prússia, Estados Unidos e em outros países; e outro de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, como a Real Academia dos Guardas-Marinha (1808), as escolas de medicina no Rio de Janeiro e de Salvador (1813 a 1815), a Academia de Belas Artes (1820) e os cursos de direito de São Paulo e Olinda (1827) (CASTRO, 2004, p. 106).

Visando propiciar uma formação mais ampla dos alunos, Nogueira (2014) destaca que por ordem de D. João VI, a Academia Militar teve a incumbência de ir além de o ensino militar e oferecer,

[...] um curso completo das ciências matemáticas, de ciências de observações, quaes (sic) a física, química, a mineralogia, metalúrgica e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia, na forma que mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretário de Estado de Guerra, e imediatamente debaixo de suas ordens, à junta Militar que mando crear (sic) para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos [...] (PIRASSINUNGA, 1958, p. 61, apud NOGUEIRA, 2014, p. 46).



Figura 5: Tela retratando a Escola do Largo de São Francisco

Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

A Academia Real teve novo estatuto apresentado em 1833, com o intuito de “militarizá-la” através da organização do comando e de um novo regime militar. A intenção da reforma era implantar uma academia nos moldes das nações mais ilustradas. Em discurso na Câmara dos Deputados em maio de 1833 o ministro da Guerra, brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, observa:

Pareceu-me indispensável dar à Academia uma forma militar, subordinando todo o pessoal da mesma ao comando de um oficial general, a exemplo de todas as Academias militares das nações mais ilustradas como França, Inglaterra e Estados Unidos (CASTRO, 2004, p. 108).

Essa “militarização” permaneceu até 23 de fevereiro de 1835, quando o novo ministro da Guerra anulou o estatuto de 1833 permanecendo nessa situação até 1839, quando o estatuto da Academia sofreu uma reforma inspirada no ensino militar francês, retornando à “militarização” dos alunos. Em 1844, nova reforma devolveu a academia o seu caráter “desmilitarizado” e introduziu no EB os títulos de “bacharel” e de “doutor” estabelecendo que os alunos que tiverem os sete anos do curso completo, terão o título de bacharéis, e os que se forem aprovados plenamente em todos os sete anos receberiam o grau de doutor em ciências matemáticas.

O ensino da Real Academia Militar foi padronizado seguindo um modelo francês, conforme assevera Nogueira (2014), esse modelo de ensino foi cuidadosamente preparado e submetidos a atualizações constantes graças à adoção de livros franceses sempre atualizados. Outro fator importante é que com a Real Academia começa uma progressiva substituição dos oficiais portugueses pelos brasileiros nos postos de comando (NOGUEIRA, 2014, p. 153).

O Decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858 trouxe a extinção da Academia Real Militar e criação da Escola Central do Exército na cidade do Rio de Janeiro, que passou a funcionar em dois locais:

Em 1858, em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1º de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p. 113 apud NOGUEIRA, 2014, p. 47).

Essa separação das escolas trouxe vantagens para a Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período de 1855 a 1874, no tratou da formação dos engenheiros civis, após a desvinculação destes dos tratos militares, conforme pontua Luchetti (2006):

O movimento da Independência não contribuiu para modificar os critérios dos chefes militares quanto ao ensino e quanto à capacitação técnica da oficialidade; por outro lado, a profissão de engenheiro não era ainda uma necessidade premente do meio. O que predominava, a tudo dando estilo, era uma economia agrícola à base do trabalho escravo, sem maiores exigências quanto a obras de engenharia [...] (MOTTA, 1998, p.47 apud LUCHETTI, 2006, p. 72).

Foi nessa academia onde a engenharia militar e civil foram forjadas, conforme afirma Braga (2011) “[...] a mais antiga e tradicional Escola de Engenharia, berço da Engenharia Civil no nosso país. Ao longo dos anos e durante a grande parte do século XIX, o ensino da

Engenharia Militar e o da Engenharia Civil caminharam juntos, e a Academia do Largo de São Francisco foi mudando de nome, estrutura e currículos” (BRAGA, 2011, p. 15).

Luchetti (2006) afirma que essa divisão proporcionou uma dicotomia na forma de ensino do Exército, na Praia Vermelha focava na formação do oficial operacional e enquanto na Escola Central do Exército era proporcionada uma formação técnica e científica, formando os engenheiros civis, delimitando com clara e objetiva definição a formação de cada uma das escolas deveria proporcionar aos discentes.

Já na Escola Militar da Praia Vermelha eram formados os oficiais. As duas escolas se mantinham ligadas ao Ministro da Guerra, seguindo os mesmos preceitos definidos no regulamentos, porém eram autônomas, tinham comandos próprios, professores, instrutores e administração financeira.

2.5.3 Escola Militar da Praia Vermelha (1855-1904)



Figura 6: Tela retratando a Escola Militar da Praia Vermelha

Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

A Escola Militar da Praia Vermelha, existente no período de 1855 a 1904 teve várias denominações e funções, funcionou como: Escola Militar de Aplicação; Escola Militar; Escola Militar da Corte; Escola Militar da Capital Federal; e Escola Militar do Brasil. Formou os oficiais para o Exército Brasileiro entre 1859 e 1904. Na Praia Vermelha estudaram e se formaram tenentes e capitães que lutaram na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Nessa academia estudou o marechal Hermes da Fonseca Presidente da República (1906-14); o Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da Força Expedicionária Brasileira.

Na Escola Militar da Praia Vermelha a formação era eminentemente militar. Essa escola recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, passando por várias reformulações. Essas reformulações primavam, principalmente, na tentativa de regulamentação do currículo eminentemente militar, com rigorosa disciplina e em regime de internato, predeterminando horários rígidos e o tempo destinado ao estudo.

Com a Guerra do Paraguai, no período de 1865 a 1870, o regular funcionamento das Escola da Praia Vermelha e a do Largo de São Francisco foram afetadas, havendo diminuição e até interrupção. A Escola Militar da Praia Vermelha, que formava o oficial com perfil eminentemente militar, foi totalmente interrompido e os alunos enviados para atuarem nos campos de batalha, durante os cinco anos da guerra. Na campanha da Guerra do Paraguai participarão de todos os integrantes da escola. Já na Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco só permaneceram os alunos civis do curso de engenharia civil, que funcionou normalmente neste período.

Em 1873, através do Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874, veio uma reformulação levando a completa desvinculação das formações, a fim de profissionalizar a formação dos oficiais combatentes da Escola Militar da Praia Vermelha, que sofria influência negativa dos alunos da Escola Central do Exército, que tinham um currículo humanista. A percepção da necessidade da separação foi sentida durante a Guerra do Paraguai, que apontou a necessidade de uma melhor formação dos oficiais de Artilharia e Engenharia.

Com essa desvinculação podemos dizer que o objetivo era afastar os oficiais combatentes da ceara política:

[...] por autorização do Poder Legislativo, em 1873, e foi regulamentado pelo decreto número 5.529 de 17 de janeiro de 1874. Essa reformulação levou à desvinculação entre a formação dos militares e dos engenheiros, união que vinha se efetivando desde 1811, e foi a medida tomada para transformar os assuntos militares mais adequados ao que a profissão exigia, ou seja, para a “militarização dos estudos”, num ambiente único, sob uma única escola, e em regime de internato. Anteriormente, as duas escolas, militar e de engenharia, funcionavam em prédios diferentes, porém, sob uma mesma

diretriz superior com o curso de engenheiros civis apoiando o curso militar na arma de engenharia. Esse intercâmbio profissional favorecia a troca de interesses e, paulatinamente, essa sinergia de interesses tornou-se um incômodo porque as influências políticas civis passaram a interferir diretamente na conduta dos militares, os quais são obrigados, por lei, à obediência constitucional (LUCHETTI, 2006, p. 73).

A Escola Militar da Praia Vermelha, que funcionava em caráter de internato, sofreu grande influência de Benjamin Constant, sendo este adepto das ideias positivista de August Comte e pelos estudos da matemática e da filosofia. Esses estudos e as ideias positivistas fortaleceram-se na escola e fizeram com que, os alunos tomassem ciência das inquietações que afligia a sociedade brasileira da época, e passassem a tomarem parte delas, porém eram assuntos afetos a sociedade, e que nem sempre eram assuntos da ceara militar.

Para Luchetti (2006), essa efervescência se explicaria pelas ideias europeias e o material didático, principalmente os franceses.

Um dos canais que possibilitou o fervilhar das idéias européias no centro das escolas militares pode ser justificado, em parte, pelo material didático escolar em forma de exemplares europeus, principalmente franceses. Algumas disciplinas utilizavam compêndios nacionais, fato que não eliminou o predomínio e a preferência pelos livros estrangeiros. Esses livros possibilitaram que as idéias reformadoras européias adentrassem, aos poucos, nos costumes nacionais (LUCHETTI, 2006, p. 76).

Mais uma reforma foi levada a termo em 1890, com esta reforma passou os estudos preparatórios para três anos e o profissionalizante para cinco e seis anos, para os alunos de infantaria, de cavalaria e de sete anos para os oficiais do Estado-Maior. Essa reforma ficou popularmente conhecida como reforma Benjamin Constant. A nova sistemática de ensino afetou negativamente o ensino prático militar, fruto da grande amplitude do ensino de ciências gerais. A formação ficou excessivamente teórica em detrimento da instrução militar que era o objetivo da Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1904 foi fechada e extinta, após o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, responsável pela modernização do Exército, ter denunciado os perigosos desvios doutrinários do ensino na Praia Vermelha. A doutrina positivista introduzida na Escola Militar terminou por desviá-la da finalidade de preparar oficiais aptos à defesa interna e externa no Brasil. A Guerra Civil no Sul e a Revolta na Armada no período (1893 a 1895) e a Guerra de Canudos em 1897 demonstrou, na prática, este desvio.

A Revolta da Vacina Obrigatória, em 1904, na Praia Vermelha, foi a gota d'água, que culminou com seu fechamento e a adoção do Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar. Foram extintos os títulos de Bacharel em

Ciências Físicas e Matemáticas e o posto de Alferes. Este foi substituído pelo de Aspirante a Oficial. A Escola Militar da Praia Vermelha, através de seus corpos docente e discente, teve assinalada projeção nas campanhas cívicas que culminaram com a Abolição e a República⁴³.

A fim de afastar a formação dos oficiais, do centro de cidade, a formação passou para o bairro de Realengo, periferia da cidade, longe das agitações políticas. Com essa mudança, por intermédio do Marechal Hermes da Fonseca, criou-se uma nova mentalidade no trato do ensino militar. Implantou-se uma nova ação pedagógica voltada para a efetiva profissionalização dos oficiais, com vistas à preparação para a guerra e para missões estritamente militares.

2.5.4 A Escola de Guerra de Porto Alegre – RS (1906-1910)



Figura 7: Tela retratando a Escola de Guerra (Porto Alegre – RS)
Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

⁴³ BENTO, Cláudio Moreira. Escolas de formação de oficiais das Forças Armadas do Brasil. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/esoclas.htm>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

Em 1905, após a Campanha de Canudos, o ensino foi reformulado, sendo substituído o título de doutor pelo de aspirante a oficial. Foi criada a Escola de Guerra em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul entre (1906 e 1910), a Escola de Aplicações de Infantaria e de Cavalaria em Rio Pardo e as Escolas de Artilharia e Engenharia e de Aplicações de Artilharia e Engenharia, no Realengo. Foram implantadas pelo Regulamento 1905, representando um momento de inflexão do ensino no EB, de bacharelismo para profissionalismo militar.

O bacharelismo militar, distorção da filosofia positivista provocou o despreparo do Exército para enfrentar a Guerra Civil e Revolta na Armada e mais a Revolta de Canudos no período (1893 a 1897), quando revelou o mais baixo índice de operacionalidade de sua História. A Escola de Guerra foi o celeiro de chefes que lideraram e consolidaram a Reforma Militar (1930 a 1945). Daí saiu aspirante o Presidente Dutra, que foi Ministro (1937 a 1945) de ação administrativa marcante. Inspirado no Marechal Foch ele restabeleceu na AMAN, o equilíbrio entre a cultura geral e a profissional⁴⁴.

Entre 1906 e 1909, o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca levou a cabo uma nova remodelação do Exército, o que resultou em mais uma modernização ao criar de caráter permanente, as grandes unidades chamadas de brigadas estratégicas, organização militar mais adequada à realidade do país, pela grande extensão territorial. Foi com essa reforma que houve a introdução do serviço militar obrigatório, através da Lei de 4 de janeiro de 1908. O Ministro da Guerra enviou três turmas de oficiais para estagiar no Exército Alemão.

2.5.5 A Escola do Realengo (1905-1944)

Após a Primeira Guerra Mundial em 1918, o ensino foi unificado na Escola Militar do Realengo, existente de (1912 a 1944) foi a responsável pela formação de oficiais do Exército. A unificação no Rio ocorreu na Presidência do Marechal Hermes da Fonseca. Ele evitara como comandante da Escola Preparatória e Tática do Realengo (1898-1905), que ela tomasse parte na Revolta da Vacina Obrigatória (14 de novembro de 1904) a qual aderiu a Escola da Praia Vermelha. Funcionou também nesse espaço a Fábrica de Cartuchos do Realengo, fundada no final do século XIX. Estudaram nessa escola os oficiais que elevaram bem alto o nome do Exército, que atuaram na campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Pelos bancos

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/esoclas.htm>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

da Escola Militar do Realengo passaram os presidentes marechais Castelo Branco e Costa e Silva e os generais Geisel, Médici e João Figueiredo.



Figura 8: Tela retratando a Escola Militar do Realengo

Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm#ctrem>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

Com a criação, em 1913, da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro ocorreu o fechamento da Escola de Guerra de Porto Alegre, sendo a mesma transferida para o Realengo e todas as escolas foram unificadas, passando a elite dos oficiais do Exército serem formados nesta escola.

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo (RODRIGUES, 2008, p. 58, apud NOGUEIRA, 2014, p. 48).

Segundo Nogueira (2014), na Escola Militar do Realengo se destacava a politização de partes dos alunos, havendo uma dicotomia entre grupos: havia aqueles que visavam exclusivamente às atividades militares e outro mais politizado, com participação ativa nas agitações políticas dos anos 1920.

Historicamente, a Escola Militar no Realengo passou um período de grandes agitações políticas, de 1922 a 1930, quando muitos alunos da Escola e oficiais intermediários (capitães e tenentes) foram punidos em virtude de sua participação no Movimento Tenentista, causando uma grande tensão entre um grupo de oficiais que pretendia isolar os militares de participações políticas, preferindo ver seus membros envolvidos com a prática profissional [soldado-profissional] e outro grupo que apoiava a participação na política [soldado-cidadão] (RODRIGUES, 2008, p. 58, apud NOGUEIRA, 2014, p. 48).

Castro (2004) também relata o ambiente conturbado e politizado da Escola Militar do Realengo.

A década de 1920 iniciou-se com a Escola Militar tendo um currículo em que os assuntos profissionais ocupavam 70% do tempo de estudos. Contudo, essa situação alterou-se após a adesão dos alunos da Escola à fracassada rebelião militar de 5 de julho de 1922, famosa pelo episódio dos 18 do Forte de Copacabana. Como resultado quase todos os alunos foram expulsos, houve mudança do comando e o desaparecimento da Missão Indígena da Escola. A preponderância no currículo de matérias do ensino profissional sobre as de cultura geral passou a ser criticada (CASTRO, 2004, p. 125).

A mudança no currículo iniciada em 1920 foi fruto da modernização trazida pela Missão Francesa (1919-1937), que veio com a incumbência de atuar na formação e afastar os jovens oficiais da política, conforme (HORTA, 2012, p. 17).

Assim também ressalta Viana (2009) sobre a crescente participação na vida pública dos discentes e docentes da referida escola e suas participações em episódios da nossa história.

A importância da escola também pode ser avaliada pela crescente participação de seus integrantes na vida política brasileira, em episódios como o movimento tenentista da década de 1920; a Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder; a Revolução Constitucionalista de 1932; a implantação do Estado Novo em 1937 e sua derrubada, em 1945; a Segunda Guerra Mundial; e o golpe militar de 31 de março de 1964 (VIANA, 2009, p. 7).

Viana (2009) destaca, ainda, a influência exercida no processo de desenvolvimento e na configuração urbana da região do Realengo, atribuído a instalação da referida escola.

[...] a Escola Militar exerceu influência no processo de desenvolvimento e na configuração urbana da região, formando um patrimônio material ligado à memória, não apenas de sua própria história, mas também das origens do bairro. Esse patrimônio, embora hoje decadente, conferiu outrora à região um valor paisagístico e simbólico, representativo de diversos estilos arquitetônicos e períodos históricos (VIANA, 2009, p. 2).

Na reforma de 1928, destaca-se a primeira Lei do Ensino Militar, com a finalidade voltada para o estabelecimento das bases da organização do ensino militar. Já em 1929, na Escola Militar do Realengo foi implantada uma 5ª Arma, a Aviação, possibilitando mais uma oportunidade de curso aos

[...] alunos da Escola o acesso ao novo curso, segundo Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1929. O ensino prático era ministrado na Escola da Aviação Militar, situada no Campo dos Afonsos. Mais tarde, 20 de janeiro de 1941, pelo Decreto-Lei nº 2.961, foram criados o Ministério da Aeronáutica e a Força Aérea Brasileira, integrando os meios de aviação do Exército e da Marinha, passando a 5ª Arma, Aviação, para o novo ministério (BRAGA, 2011, p. 20).

Após a vitória do movimento revolucionário de 1930, a Escola Militar do Realengo passou a ser comandada por José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que afirmava ser,

[...] o Exército, como uma instituição democrática por excelência, verdadeira ossatura da nacionalidade é, por natureza a instituição que primeiro e mais rapidamente deve se recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais do que de qualquer regime, repousa em sua eficiência (CASTRO, 2004, p. 126).

Rodrigues (2008), em sua crítica ao cientificismo do ensino na Escola Militar do Realengo, afirma que uma das causas que mais afetava o organismo do Exército, enfraquecendo era a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar. Para Rodrigues (2008), os alunos científicos tinham muitas regalias, em comparação aos oficiais combatentes, o que ao final da formação entregava um oficial sem comprometimento e desprovido dos valores cultuados na caserna:

[...] o aluno das armas científicas (Engenharia e Artilharia) gozava de regalias que o colocavam em condições excepcionais, muito diferentes das dos oficiais combatentes (Infantaria e Cavalaria) e praças arregimentados nos Corpos de Tropa. Ao fim do curso levava um ano praticando em comissões de construção de estradas de ferro, linhas telegráficas etc. Terminado o período de seis anos, no mínimo, a Escola formava um oficial inteiramente estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendência a discutir e criticar as ordens recebidas, e que, por todos os meios, procurava esquivar-se de uma vida, cujos misteres considerava pouco compatíveis com o seu preparo teórico e o seu título científico (RODRIGUES, 2008, p. 74).

Incomodado com essa formação deficiente, o Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo, argumentava que sem dúvida, na Escola Militar eram formados oficiais bem preparados em todas ciências e aptos a tratarem de todos os assuntos.

Na visão do General Argollo a deficiência não estava nos alunos e nem no estabelecimento de ensino. O verdadeiro problema estava nos fins no qual a escola militar estava servindo. Para ele o único fim deveria ser formar verdadeiros soldados profissionais e

competentes e não cientistas. Esses oficiais preferiram a participação política que o interesse pela carreira no Exército.

O General Francisco de Paula Argollo, também criticava as diversas reformas nos regulamentos da Escola Militar, que na maioria das vezes não contribuía para melhoria do ensino e só perturbava o que já estava feito:

O Ministro conclui que, a não ser que se fizesse uma reforma radical em que as Escolas militares se reduzissem a estabelecimentos de ensino destinados a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar, e não cientistas e bacharéis, o melhor seria deixá-las como estavam, evitando as repetidas reorganizações que aconteciam desde o século XIX, e que na maior parte das vezes, em nada melhorava o sistema, apenas contribuía para perturbar ainda mais o que estava feito. Toda reforma que conservasse na Escola um curso de bacharel em Matemática e Ciências Físicas combinado com os cursos técnicos militares, sem dúvida alguma, teria como consequência, na prática, o sacrifício do ensino profissional (RODRIGUES, 2008, p. 74).

Foi na Escola Militar do Realengo onde iniciou a ideologia presente até os dias atuais na AMAN, conforme Castro (2004), José Pessoa pretendeu criar “uma ideologia, que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do passado, pelo espírito de tradição”. Para Castro (2004) essas medidas constituem um exemplo daquilo que Hobsbawn chamou de “invenção das tradições”. Uma tradição inventada na concepção de Hobsbawn significa:

um conjunto de práticas e ritos: praticas normalmente regidas por normas expressas ou tacitamente aceitas; e ritos - natureza simbólica – que procuram fazer circular certos valores e normas de comportamento mediante repetição, que implica automaticamente continuidade com o passado. De fato, onde é possível, o que tais práticas e ritos buscam é estabelecer a continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1985, p. 1 apud GOODSON, 2002, p. 77-78).

A Escola Militar do Realengo presenciou nove reformas nos estatutos do ensino militar, relacionadas a formação de oficiais. Todas as reformas estavam voltadas para a busca incessante de novos rumos, a procura de estilos e padrões adequados, no que se relaciona ao enquadramento militar e ao currículo da formação dos oficiais. Em 1931 foi idealizada a transferência da sede da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende, buscando maior espaço físico e melhor localização geoestratégica. Com essa necessidade iniciou-se a construção da nova Escola Militar de Resende em 1938.

Braga (2011) afirma que com a criação Escola Militar de Resende e o fim da campanha da Itália significou para o EB o fim da Doutrina Militar Francesa e o início da nova doutrina

baseada na ideia Norte-Americana, que obteve êxito na campanha da Força Expedicionária Brasileira (BRAGA, 2011, p. 21).

2.5.6 A Academia Militar das Agulhas Negras (desde 1944)

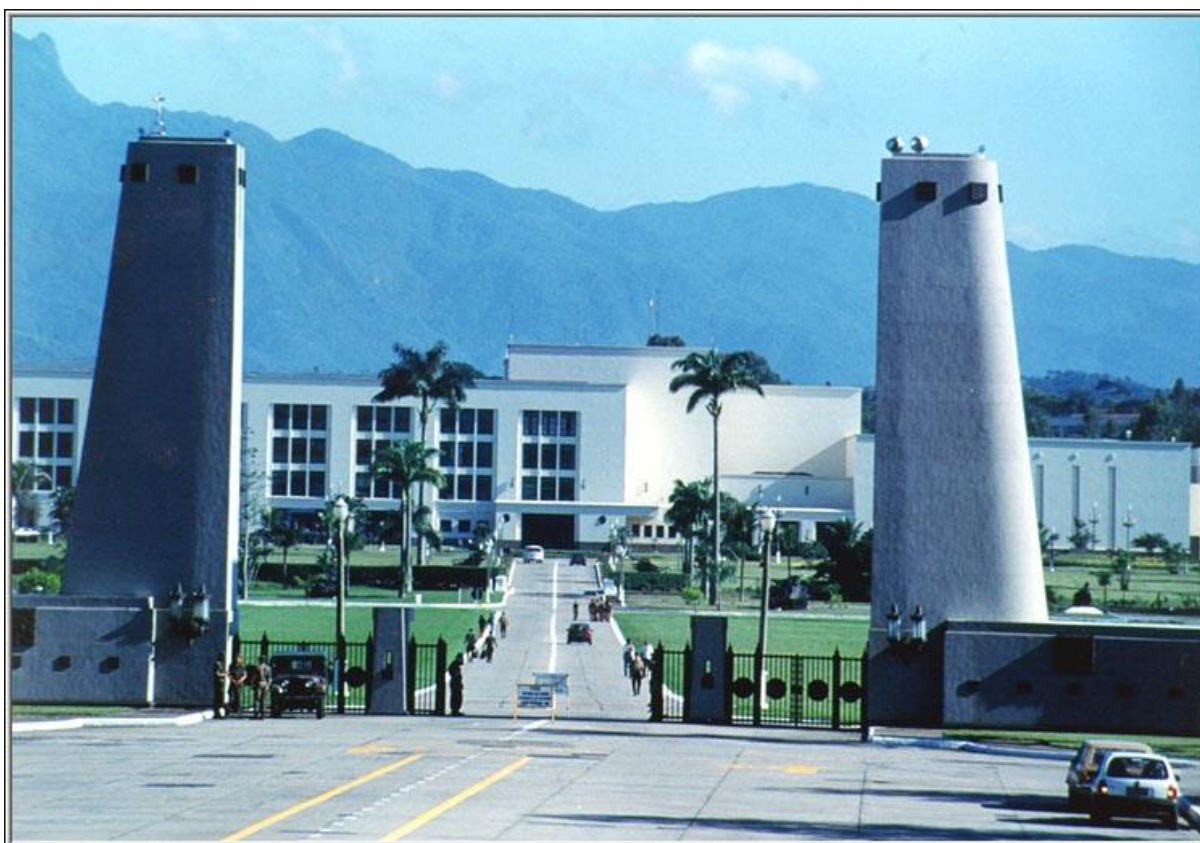


Figura 9: A Academia Militar das Agulhas Negras

Disponível em: <<https://cdn1.defesaareanaval.com.br/wp-content/uploads/2013/09/Aman.jpg>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

Em 1944 foi criada a Escola Militar de Resende e declarada extinta a Escola Militar do Realengo. Em 23 de abril de 1952, foi assinado decreto que transformou a Escola Militar de Resende em Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende no Estado do Rio de Janeiro.

A pedra fundamental da AMAN foi lançada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 23 de junho de 1938, aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, em distrito junto a Resende, hoje denominado Floriano. A inauguração da AMAN ocorreu em 1º de março de 1944, no 74º aniversário do término da Guerra do Paraguai e quando o Brasil aprestava a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália. Extinta a Escola de Realengo, em 31 de

dezembro de 1944, a AMAN passou a formar os oficiais combatentes do Exército Brasileiro até os dias atuais, com reconhecida excelência.

Em 2011, comemorou-se dois séculos da Academia Militar⁴⁵ formando oficiais para o Exército Brasileiro, como o principal centro formador da oficialidade, em suas diversas sedes, manteve-se o respeito à nacionalidade brasileira, à soberania, à unidade nacional e ao seu Código de Honra, demarcado por quatro valores inalienáveis: honestidade, probidade, lealdade e responsabilidade, presentes no espírito militar brasileiro.

Entre 1808 e os dias atuais onde a AMAN se consolidou como o celeiro de formação da oficialidade do Exército Brasileiro, as academias de formação dos Oficiais Combatentes do EB passaram por diversas transformações. Foi a Casa do Trem (1792-1810); a Escola do Largo do São Francisco (1812–1858); a Escola Militar da Praia Vermelha (1855-1904); a Escola de Guerra (1906-1910) Porto Alegre –RS; a Escola Militar do Realengo (1912-1944); e pôr fim a Academia Militar das Agulhas Negras, desde 1944.

2.5.7 A estrutura de ensino do Exército Brasileiro

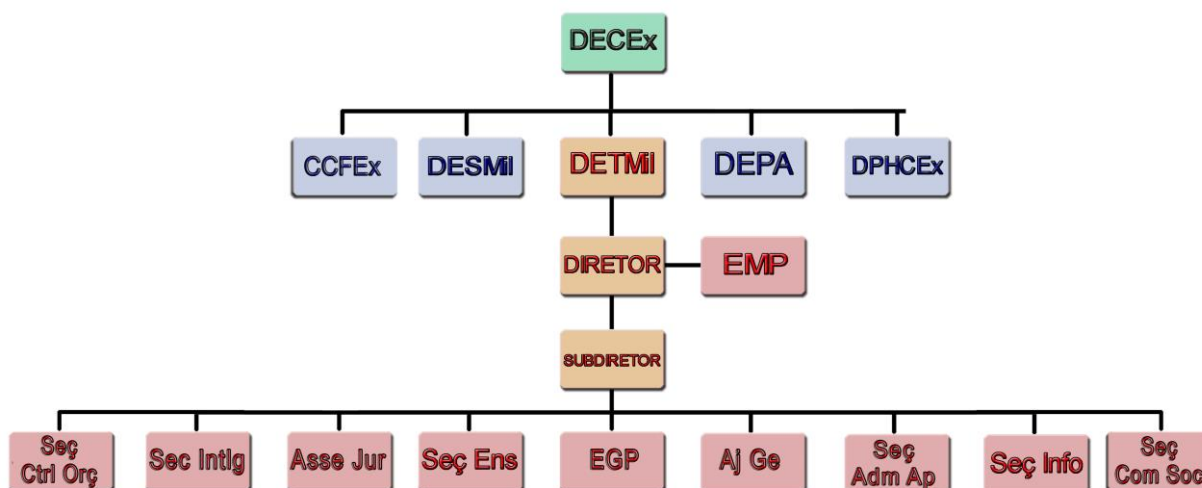


Figura 10: Organograma dos órgãos de planejamento e direção de ensino do Exército Brasileiro

Disponível em: <<http://www.detmil.ensino.eb.br/index.php/organograma>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

O Exército Brasileiro em sua estrutura possui o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), Órgão de Direção Setorial (ODS) da Força Terrestre, tem por missão

⁴⁵ Revista Verde Oliva, Ano XXXIX, nº 209, Especial, JAN/FEV/MAR 2011. Brasília: CCOMSEx, 2011. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/001238206b923b64933d4>>. Acesso em: 3 Jun. 2016.

planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas à educação, à cultura, à educação física, aos desportos e à pesquisa científica nas áreas de defesa, ciências militares, doutrina e pessoal, excluídas as atividades de ensino voltadas para a Instrução Militar e para a Ciência, Tecnologia e Inovação.

O DECEX tem os objetivos qualificar recursos humanos necessários à ocupação de cargos e ao desempenho de funções, por intermédio das Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar; proporcionar a permanente capacitação profissional dos integrantes do Sistema de Ensino do Exército; proporcionar a educação preparatória e assistencial no EB, buscando apoiar a família militar nas melhores condições; modernizar e racionalizar as atividades afetas à educação, à cultura, à educação física, aos desportos e à pesquisa científica no âmbito do EB; ampliar a integração do Sistema de Ensino do Exército, na esfera de suas atribuições, com sistemas similares; preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, do EB; projetar a imagem do EB, em âmbito nacional, a partir dos seus valores culturais; desenvolver a prática da atividade física e do desporto no Exército, visando alcançar a higidez do militar; promover ações que proporcionem ao EB uma atuação destacada em competições desportivas de nível nacional e internacional; desenvolver a produção científica nas áreas de defesa, ciências militares, doutrina e pessoal por intermédio do Sistema de Educação Superior Militar; e contribuir com o processo de formulação e atualização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre⁴⁶.

Dentro desta estrutura de educação o EB possui a Diretoria de Educação Superior (DESMil) Militar, cujas atribuições são: a formação dos oficiais de carreira das linhas de ensino militar bélico, complementar e de saúde; dos oficiais da reserva; e dos capelães militares; - o aperfeiçoamento dos oficiais pertencentes a todas as linhas de ensino militar; e o curso de altos estudos militares para os oficiais das linhas de ensino militar bélico, de saúde (médicos) e científico-tecnológico.

Já na a Diretoria de Educação Técnica Militar (DTMil) tem por missão exercer ação de comando, coordenar, controlar e supervisionar a execução e a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino subordinados, voltados para especialização, extensão, formação e aperfeiçoamento, bem como estabelecer a ligação técnica com as

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. Exército Brasileiro. Portaria n.1.138, de 23 de setembro de 2014. Brasil, 2014. Aprova o Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Exército e dá outras providências.

Organizações Militares (OM) com encargos de ensino que lhe forem determinadas para essas atividades.

A evolução da educação militar no Brasil, como vimos, pode ser dividido em duas fases, a primeira fase anterior a vinda Família Real Portuguesa para o Brasil, período em que o ensino era ministrado de forma precária e improvisada. Já na segunda fase que começou com a chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808 foi executada uma grande reestruturação do Exército, para criar uma força militar mais eficiente e menos amadora. A origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga, e remonta ao fim do século XVII.

Viu-se também que o processo de ensino do Exército Brasileiro está consolidado por marcos legais e tem conforme o artigo 3º da Lei nº 9.786/1999 os princípios fundamentais: I - integração à educação nacional; II - seleção pelo mérito; III - profissionalização continuada e progressiva; V - pluralismo pedagógico; VI - aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; VII - titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino.

Como ficou explicitado a AMAN é um estabelecimento da linha de ensino militar bélico de nível superior do EB, responsável pela formação dos oficiais combatentes, futuros chefes militares das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico. Que no desenvolver da carreira alcançaram os postos de oficiais gerais e serão os responsáveis pelo seu preparo e emprego, em crises internas e externas.

2.5.8 A atual transformação do ensino em implementação

Atualmente o ensino no EB está em novo processo de transformação, com a implantação, a partir do início de 2012, do Ensino por Competências, iniciando-se pela EsPCEEx, situada na cidade de Campinas – SP. A EsPCEEx tem como objetivo receber os jovens brasileiros oriundos de todos os rincões do Brasil que já tenham cursado o ensino médio completo e desejam seguir a carreira de oficial combatente do EB, após a aprovação em concurso público⁴⁷ realizado em duas fases, sendo a 1ª fase composta do exame intelectual e a

⁴⁷ Disponível em: <http://www.espcex.ensino.eb.br/downloads/Edital_EsPCEEx_2015.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2016.

2ª fase composta pela comprovação dos requisitos biográficos pelos candidatos, inspeção de saúde e exame de aptidão física como condição para o ingresso na EsPCEEx.

[...] funcionamento do curso na EsPCEEx é de internato e a frequência do aluno às atividades escolares é obrigatória, sendo considerada ato de serviço. A duração dos tempos de aula, instrução ou de outras atividades escolares é de 50 minutos e o aluno será considerado aprovado no 1º Ano do Curso de Formação e Graduação de Oficiais de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico e estará habilitado para o ingresso na AMAN [...] (Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEEx)⁴⁸.

É a única porta de entrada para a carreira militar bélica e o primeiro ano dos cinco anos de Formação do Oficial da Linha Bélica Militar, por isso é preparatória. Hoje o ensino na EsPCEEx passa por transformações significativas, saindo da proposta de Ensino por Objetivos para aquela do Ensino por Competências, e do Ensino Médio para o Ensino Superior. O Ensino por Competências começou a ser implantado após o Comandante do EB baixar a Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012, aprovando a Diretriz de Projeto de Implantação do Ensino por Competências no EB. O objetivo é o desenvolvimento de um projeto de ensino por competências no Sistema de Ensino do Exército (SEE) e no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), o projeto ainda está em curso.

Por intermédio da Portaria nº 80 – DECEEx, de 07 de agosto de 2013, o Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, aprovou as Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: Currículo e Avaliação. No seu artigo 3º conceitua “Competência” como sendo “[...] a ação de mobilizar recursos diversos, integrando-os para decidir e atuar em uma família de situações”. Atualmente o Ensino por Competência está em fase de implantação no SEE e no SIMEB.

⁴⁸Disponível em: <http://www.espcex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=515&Itemid=147&lang=pt>. Acesso em: 26 Jan. 2016.

3 A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

“[...] Duas grandezas [...]! Uma—é um livro [...] Outra— uma espada [...]”. Castro Alves

A relação entre o “livro” e a “espada” na vida dos futuros oficiais da AMAN é muito grande. Nas escolas militares os valores do auto aperfeiçoamento, da meritocracia e da avaliação são introjetados diariamente na personalidade discente, para que eles adquiram esses valores a companhia do “livro” é fundamental, por outro lado a “espada” os faz lembrar dos propósitos das instituições militares e do objetivo maior da jornada, que é a preparação para a guerra, assim a “espada” mantém viva a lembrança do juramento realizado, onde foi oferecido a pátria, o sacrifício da própria vida.



Figura 11: A Cidade Acadêmica

Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/acesso-a-informacao/institucional/cidade-academica>>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

A AMAN se enquadra como sendo uma instituição total na concepção de Goffman (1987), para os estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A AMAN tem todas essas características, pois funciona para seus discentes como local de residência, trabalho, lazer, educação, dentre outras. Por outro lado, temos o corpo dirigente responsável pela ordem e administração, assim identifica-se opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, os primeiros modelam e os segundos são objetos de procedimentos modeladores.

A Cidade Acadêmica⁴⁹ abriga uma população aproximada de 12.000 habitantes e dispõe de um complexo arquitetônico e paisagístico. Dentro de sua área, estão o Conjunto Principal (comando, administração, salas de aula, museu, bibliotecas e refeitórios) uma ampla praça de esportes (dois estádios, parque aquático, quadras diversas, pista de treinamento utilitário, centro de excelência em reabilitação/ academia de musculação, dois ginásios cobertos e centro hípico), uma das mais completas instalações de tiro do mundo, dependências próprias para a instrução militar, um Hospital Escolar, um auditório para 1.150 pessoas, um teatro com 2.821 lugares, vila residencial com 3 bairros, totalizando 580 moradias e instalações de apoio ao ensino, logísticas e administrativas, tudo sob a supervisão de uma prefeitura militar.

Ainda, dentro da Cidade Acadêmica existem agências bancárias, agência dos correios, igrejas, uma escola estadual, o Círculo Militar das Agulhas Negras e o Clube de Subtenentes e Sargentos das Agulhas Negras, que visam proporcionar apoio e serviços aos cadetes e aos moradores das vilas residenciais.

3.1 O POSITIVISMO NO BRASIL E NAS FORÇAS ARMADAS

A corrente filosófica do Positivismo, que na concepção de Bussola (2002), teve sua raiz histórica nas ideias de Galileu e Descartes, que acentuavam o valor das pesquisas científicas acima das demais. O positivismo nasceu como uma reação ao idealismo Hegel, defendendo um maior respeito para a experiência e os dados positivos. O positivismo no século XIX representou a realização do sonho dos homens de cultura e de dinheiro daquela época (BUSSOLA, 2002, p. 36).

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/aceso-a-informacao/institucional/cidade-academica>>. Acesso em: 6 Mar. 2017.

Um dos maiores expoentes do positivismo foi Auguste Comte (França, 1798 – 1857), grande entusiasta das realizações de seu tempo, que pregava a substituição da especulação racional da filosofia, pela pesquisa científica. Comte propôs uma coletânea de ciências cuja ramificação deveria esgotar dos os saberes humanos através dos dados coletados pela pesquisa científica. Comte cunhou um lema que dizia: “nada de filosofia, nada de pura especulação e sim, sistematização e metodologia das ciências” (BUSSOLA, 2002, p. 36).

Bussola (2002), cita três consequências do positivismo de Comte, a saber: a primeira seria a democracia moderna, cuja concepção política estava em que a soberania é atribuída ao povo, que se manifesta pelo sufrágio popular, onde a quantidade numérica se sobrepõe à qualidade. Assim um voto de um analfabeto vale tanto quanto o de um cientista; a segunda seria o liberalismo, que prega a liberdade completa do indivíduo; e pôr fim a terceira, o socialismo, que coloca a atividade econômica e a produção de bens materiais no centro da vida humana, o fim da sociedade (BUSSOLA, 2002, p. 37).

No Brasil o positivismo, segundo Bussola (2002) entrou em 1869, através de Tobias Barreto (1839-1889) e Sílvio Romero (1851-1914), que o divulgaram na Faculdade de Direito de Recife. No Rio de Janeiro entrou pela ação de Benjamim Constant (1833-1891), quando este em 1876 fundara a “Sociedade Positivista”.

O positivismo alcançou seu auge com a proclamação da República, que contava com grande quantidade deles no Governo provisório e nas Forças Armadas. Bussola (2002), ainda ressalta que era difícil encontrar um intelectual brasileiro que não fosse positivista ou que não simpatizava com a corrente (BUSSOLA, 2002, p. 39).

O objetivo do positivismo, na concepção de Silva (2008) tinha como postulado reformar as instituições políticas, estabelecendo que à educação caberia a tarefa de auxiliar a formação de novos hábitos, tanto da mente e como caráter, criando novos padrões morais e intelectuais, objetivando a construção de uma unidade nacional em torno do ideal republicano. Ainda para Silva (2008):

[..] o processo de universalização da escola burguesa e de crença nessa instituição, não visava emancipar a classe operária de sua condição social, mas mantê-la sob seu domínio a partir da defesa dos princípios que qualificam a nova escola, isto é, pública, universal, laica, obrigatória, gratuita e para todos (SILVA, 2008, p. 1).

O positivista no EB, influencia fortemente a política, desde o período imperial. Segundo Bellintani (2009), os militares brasileiros aderiram ao positivismo, a partir dele, organizaram

as escolas militares e a doutrina, disseminando sua influência por toda a corporação. Outro fator segundo o autor foi a falta de projeção social vivida pelos militares, que de certa forma auxiliaram nessa aproximação, pois apresentava uma alternativa para o papel social e político dos militares ao propor, na ausência de uma identidade profissional, uma identidade política: a doutrina do soldado-cidadão (BELLINTANI, 2009, p. 4).

A influência dos postulados positivista no Brasil, estão presentes desde a proclamação da República, tanto que o lema “Ordem e Progresso”, um ideal positivista, teve inspiração no lema positivista religioso formulado por Comte “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”⁵⁰.

3.2 CURRÍCULO: CONCEITOS E HISTÓRICO

A etimologia da palavra “currículo” deriva da palavra latina *scurrere* (correr) e refere-se a curso. Então currículo é definido como um curso a ser seguido ou apresentado para estudo. Os primeiros registros do termo “currículo” data do século XVII, já as discussões a seu respeito datam do início do século XX, em especial nos Estados Unidos, cujo conceito centra no controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Em um primeiro momento, o currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar, mas sofreu muitas modificações nos últimos anos, tendo em vista as diferentes correntes de estudos que passaram a pesquisar o assunto. O alargamento do termo currículo deu-se no início do século XX, conforme Libâneo (2004), quase sempre expressava “o conjunto de saberes e/ou experiências que alunos precisam adquirir e/ou vivenciar em função de sua formação” (LIBÂNEO, 2004, p. 169).

Kneipp (2016) explicita que os trabalhos pioneiros sobre o currículo foram realizados nos Estados Unidos, em 1918 com o livro de Bobbitt *The curriculum*, como resposta sobre a educação em massa, propunha que a escola funcionasse como uma empresa e o sistema educacional fosse capaz de “especificar, precisamente, que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa e formas de mensurar que permitissem saber com precisão se eles foram realmente alcançados” (KNEIPP, 2016, p. 57).

Goodson (2002) apud Tonkins (1986) entende o currículo como sendo:

[...] o curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis,

⁵⁰ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_e_Progresso>. Acesso em: 24 Jan. 2017.

junto com a formulação de tudo – “metas e objetivos”, conjuntos e roteiros – que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado (GOODSON, 2002, p. 117).

Para Silva (1996), o currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder:

[...] O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996, p. 23).

No Brasil, as primeiras preocupações com o currículo datam dos anos 1920. De 1920 a 1980, o campo foi marcado pelas teorizações americanas, inclusive os modelos para a elaboração dos currículos, em sua maioria de viés funcionalista, eram viabilizados através de acordos bilaterais entre o Brasil e EUA, através do programa de ajuda à América Latina. Esse quadro só começou a mudar após a redemocratização do Brasil e o enfraquecimento da Guerra Fria, abalando o referencial funcionalista norte-americano, passando a ganhar força no pensamento curricular as vertentes marxistas. Dois grupos nacionais se destacavam e passavam a disputar a hegemonia – pedagogia histórico-crítica e pedagogia do oprimido (LOPES; MACEDO, 2002, p. 13).

As discussões sobre currículo sempre tiveram grande importância e vem ocupando cada vez espaço e se destacando no campo das pesquisas em educação. A discussão sobre currículo deve ser fundamentada no princípio da complexidade e multirreferencialidade e compreendida de forma dialética e plural. A conceituação de currículo reflete o envolvimento de algum tipo de poder, não existe neutralidade na elaboração de um currículo, pois ele é um veículo de propagação da ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional da classe dominante.

Para Sacristán (2000), o currículo é “[...] é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas” (SACRISTÁN, 2000, p.15).

Para a construção de um currículo, deve-se levar em conta que tipo de sociedade e de cidadão se espera produzir. É na elaboração dos modelos e das propostas de currículo indicamos para onde queremos ir e que sujeitos queremos formar, pois é nessa elaboração que podemos

traçar objetivos que vão fazer toda a diferença. Serão com base nesses preceitos que o cidadão tomará conhecimento de sua história e compreenderá o mundo globalizado em que vivemos. Em um currículo descontextualizado, para Menezes & Araújo (2007) apud Martins (2004), não importa se

[...] há saberes; se há dores e delícias; se há alegrias e belezas. A educação que continua sendo “enviada” por esta narrativa hegemônica, se esconde por traz de uma desculpa de universalidade dos conhecimentos que professa, e sequer pergunta a si própria sobre seus próprios enunciados, sobre seus próprios termos, sobre porque tais palavras e não outras, porque tais conceitos e não outros, porque tais autores, tais obras e não outras. Esta narrativa não se pergunta sobre os próprios preconceitos que distribui como sendo seus “universais”. Desde aí o que se pretende é, portanto, colocar em questão estes universais. O que está por traz da idéia de “Educação para a convivência com o Semi-Árido” é, antes de qualquer coisa a defesa de uma contextualização da educação, do ensino, das metodologias, dos processos (MARTINS, 2004, p.31-32 apud MENEZES; ARAUJO, 2007, p. 2).

Goodson (2002), em seus estudos sobre escolarização, o currículo é uma “palavra-chave” no sentido da definição de Williams (1974). Para o autor “como qualquer outra reprodução social, ele constitui o campo de toda sorte de estratagemas, interesses e relações de dominação” (GOODSON, 2002, p. 17). Ainda para Goodson (2002), os conflitos existentes em torno da definição do currículo escrito, demonstra uma prova da luta constante em torno das aspirações e dos objetivos da escolarização. As aspirações da classe proletária não coincidem com os objetivos de escolarização de interesse da burguesia. A escola tende a reproduzir a ideologia da classe dominante, pois é essa classe a dona dos meios de produção e que mantém o domínio em grande parte dos aparelhos ideológicos e repressivos do estado.

A Política de Ensino do Exército, estabelece que o ensino é uma atividade prioritária e deve ser capaz de manter atualizados os seus recursos humanos, consoante a evolução e o progresso em todos os campos do conhecimento. Qualificar recursos humanos necessários à ocupação de cargos e ao desempenho de funções, na paz e na guerra, por intermédio das atividades de educação, de instrução e de pesquisa. Atender às necessidades em recursos humanos profissionais do Exército, situando-os na sua época, calcados nos princípios da moral e da ética militares e de acordo com os valores históricos e culturais do Exército e do povo brasileiro (BRASIL, 2002a, p. 1).

Já a Diretriz Estratégica de Ensino preconiza que o Sistema de Ensino do Exército baseia-se no princípio da continuidade, de modo a nele inserir o militar ao longo de toda a carreira. O ensino deve ser dinâmico, de forma a situar, a cada momento, o militar no seu tempo, tanto sob o enfoque da conjuntura nacional, quanto mundial. O ensino no Exército, além de

preparar os recursos humanos para suprir as necessidades específicas da Força, deve capacitá-los para interagir em todos os níveis com a sociedade brasileira.

Um dos objetivos da diretriz é manter um sistema de ensino próprio, estruturado em graus, linhas e ciclos de ensino, com a finalidade de qualificar recursos humanos por meio de atividades de educação, de instrução e de pesquisa (BRASIL, 2002a, p. 1). Para atender essas exigências, necessário se faz a construção de um currículo para que o discente seja capaz de desenvolver as capacidades e atributos elencados.

O conceito de currículo para o EB, está baseado nas NCC, dispondo que “é um conjunto de experiências de ensino espontâneas ou intencionais que permeiam os contextos educativos”, e se manifesta “por meio das diretrizes e normas estabelecidas pelas políticas de ensino dos órgãos gestores, do planejamento e da realização de atividades pedagógicas nos Estb Ens e OM com encargos de ensino” (BRASIL, 2014c, p. 6).

Quanto a pluralidade dos currículos, as NCC a apresentam as seguintes dimensões: I – Currículo prescrito: são as diretrizes, normas e determinações dos órgãos gestores do ensino. O currículo prescrito corresponde ao documento de currículo. II – Currículo percebido pelos docentes: é o currículo prescrito interpretado pelos docentes a partir de suas concepções de ensino-aprendizagem, compreensões pessoais dos conteúdos, das normas disciplinares e das suas percepções sobre as práticas de ensino. III – Currículo em ação: é o currículo percebido pelos discentes com interações e trocas entre eles e os docentes. IV – Currículo oculto: é o currículo em ação acrescido de resultados não intencionais do currículo prescrito. V – Currículo avaliado: é o retrato do currículo obtido após sua aplicação, considerando suas dimensões.

As NCC estabelecem como condicionantes para a realização do currículo aspectos históricos, culturais, políticos, filosóficos e religiosos que provêm da sociedade e educação brasileira, de tradições educativas específicas do ensino militar, de culturas escolares específicas e de aspectos fundamentais da cultura organizacional do EB. Em resumo os valores e tradições militares.

3.3 O PERFIL PROFISSIONAL DOS DISCENTES DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

O Perfil Profissiográfico, que determina as características profissionais, descreve a atividade laboral e com base no mapa funcional estabelece as competências a serem

desenvolvidas pelos concludentes dos cursos. Os perfis dos cursos de formação e graduação da AMAN foram aprovados pelo Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército e publicados no Boletim nº 32, de 5 de maio de 2016. No ato de aprovação o chefe do referido departamento faz referência que os referidos perfis profissiográficos foram aprovados de acordo com as NCC.

Dentro do EB existe uma ampla gama de especializações desempenhadas por seus integrantes, abrangendo os mais diversos campos de atividades, e que, na maioria dos casos, define toda a carreira militar desses indivíduos. A divisão dessas especializações é definida pela Arma, Quadro ou Serviço a que pertence um militar. As Armas englobam o militar combatente por excelência, tradicionalmente a atividade-fim da profissão. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, aglutinam-se dentro desses quadros com uma finalidade geral própria. Por fim, há os Serviços que, como o termo indica, têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico. As Armas dividem-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). Os Quadros principais são os de Engenheiros Militares; de Material Bélico; Complementar de Oficiais. Por fim temos o Serviços de Intendência e de Saúde⁵¹.

Ao todo na AMAN funcionam sete cursos de formação e graduação, são eles: infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, comunicações, intendência e material bélico. Todos esses cursos tem a mesma finalidade, que é formar o Aspirante-a-Oficial, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. E ainda desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares do EB (BRASIL, 2014c, p. 2).

Então, como se vê, os cursos têm duas finalidades precípuas, formar o Aspirante-a-Oficial que é a parte militar da formação e graduar o bacharel em ciências militares, a parte universitária da formação. Ao término do curso, o discente será diplomado como bacharel ciências militares e declarados Aspirante-a-Oficial. O curso tem a duração de cinco anos, sendo o primeiro deles realizado na EspCEEx, em Campinas (SP) – instituição responsável pela seleção nacional para ingresso na AMAN. Nos quatro anos em que cursa a AMAN, o aluno recebe uma formação humanística, científica e tecnológica – essenciais para o prosseguimento na carreira militar.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/guest/armas-quadros-e-servicos>>. Acesso em: 19 Jan. 2017.

As Ciências Militares foram incluídas no rol das ciências estudadas no país, pela Câmara de Educação Superior, órgão do Conselho Nacional de Educação, ambos vinculados ao Ministério da Educação, através do Parecer nº 1.295, de 6 de novembro de 2001, que estabeleceu normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares. No referido parecer, o relator, ao proferir seu voto, ressaltou a importância das ciências militares desenvolvidas no âmbito das três Forças Armadas e Forças Auxiliares, para ele:

[...] justifica sua inclusão no rol das ciências estudadas no Brasil, resguardando-se os aspectos bélicos, exclusivos das Forças Armadas. Quando convier aos interessados, o registro de diplomas expedidos pelo sistema militar poderá ser realizado por universidades que atendam às exigências do Parecer CNE/CES 771/2001.

O aproveitamento de estudos nas diferentes ciências realizados no sistema militar ou no sistema civil poderá ser efetivado sempre que do interesse de ambos e respeitadas a legislação e normas específicas de cada sistema⁵².

No EB, as Ciências Militares foram conceituadas em 2010, de acordo com o Comandante do Exército Brasileiro, como sendo “[...] o sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar”. Nessa mesma ocasião foi definido que “o sistema Ciências Militares integrado à Grande Área do Conhecimento da Defesa e incluído no rol das ciências estudadas no Brasil, resguardados os aspectos bélicos exclusivos das Forças Armadas [...]”. Já a finalidade das Ciências Militares para o Exército Brasileiro está na:

[...] formulação da Doutrina Militar Terrestre, o avanço do conhecimento em Defesa e a preparação de líderes militares, de pesquisadores, de planejadores e de gestores dos recursos colocados à disposição da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional, em tempo de paz e de guerra. (BRASIL, 2010, p. 1).

Também ficou determinado que as Ciências Militares deveriam abranger, as seguintes áreas de concentração: Administração; Auditoria; Balística; Cibernética; Ciências Contábeis; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social; Cultura; Defesa Nacional; Direito; Doutrina; Economia e Finanças; Educação; Educação Física; Engenharia e Construção; Estatística; Estratégia; Geopolítica; História Militar; Informática; Instrução Militar; Inteligência; Gestão; Liderança; Logística; Meio Ambiente; Mobilização; Operações Militares; Política; Projetos; Prospectiva; Recursos Humanos; Relações Internacionais; Saúde; Simulação; e Sociologia.

⁵² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

(BRASIL, 2010, p. 1-2). São áreas sensíveis e de grande importância para a transição do EB, da Era Industrial para Era do Conhecimento.

O perfil profissiográfico dos futuros oficiais, estabelece o desenvolvimento de competências profissionais comuns e específicas. Dentre as competências comuns que o futuro oficial deve desenvolver, estão a atuação como: oficial de manutenção de viatura e equipamento; oficial de comunicações e eletrônica; como oficial de informática; oficial de defesa química, biológica, radiológica e nuclear; oficial de munições, explosivos e manutenção de armamento; oficial de combate a incêndio; oficial de tiro; oficial de treinamento físico militar; e instrutor de corpo de tropa.

Atuar na condução e emprego de frações de tropa em operações convencionais, também conhecida como operações regulares; operações não convencionais, as conhecidas como operações irregulares; operações de manutenção da paz; ações subsidiárias; e operações de segurança integrada. O perfil estabelece que sua atuação deve estar sempre balizada nos preceitos da ética profissional militar e dos direitos humanos.

O perfil também estabelece eixos transversais que devem ser trabalhados na formação do futuro oficial. A educação transversal é conceituada pelo MEC como:

[...] temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 1).

Para as NCC, eixo transversal consiste numa lista de componentes de grande importância para o desempenho profissional, englobando: atitudes, capacidades cognitivas, morais, físicas, motoras e valores. Eles permeiam todo o processo formativo e orientam as ações didáticas e de avaliação. Os elementos dos componentes do eixo transversal serão desenvolvidos e avaliados no âmbito das atividades de sala de aula, situações integradoras e projetos facilitadores, por intermédio de estratégias didáticas definidas nas orientações metodológicas.

Os eixos transversais estabelecidos para serem desenvolvidos durante a formação do oficial, são compostos por atitudes, capacidades cognitivas, capacidades físicas e motoras, capacidades morais e valores. As atitudes são: abnegação, adaptabilidade, autoconfiança, camaradagem, combatividade, cooperação, decisão, dedicação, disciplina intelectual, discrição,

equilíbrio emocional, honestidade, iniciativa, lealdade, organização, persistência, responsabilidade, rusticidade e sociabilidade.

As capacidades cognitivas: atenção seletiva, comparação, compreensão de padrões lógicos, compreensão auditiva, leitora, escrita e oral de idiomas estrangeiros, objetividade, raciocínio dedutivo e sintetização. Já as capacidades físicas e motoras são: agilidade, coordenação motora, coragem física, flexibilidade corporal, força dinâmica, força estática, força explosiva, resiliência, resistência aeróbica, resistência anaeróbica e resistência muscular localizada.

As capacidades morais a serem desenvolvidas são: coragem moral, disciplina consciente e julgamento moral. Por fim temos os valores a serem trabalhados: amor à profissão, disciplina, entusiasmo profissional, espírito de corpo, hierarquia e patriotismo. E devem estarem preparados para realizar atividades jurídicas e/ou penais, e administrativas.

Dentre as competências específicas, os oficiais de infantaria e cavalaria, devem desenvolver: o planejamento, a condução, e o emprego tática de frações de tropa em operações convencionais na ofensiva, na defensiva, as com características especiais, as com características especiais de ambiente; operações não convencionais; operações de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais; ações subsidiárias; e operações de segurança integrada.

Dos oficiais de artilharia espera-se que, dado o caráter técnico da arma de artilharia, desenvolvam a capacidade de: planejar e conduzir o emprego tático de uma bateria de comando; uma bateria de obuses; uma seção de operações; uma seção de reconhecimento e inteligência; uma seção de comunicações; uma seção de logística; uma bateria de tiro; uma seção de reconhecimento, comunicações e observação, tudo em operações convencionais. Deve também desenvolver capacidades para conduzir uma fração em operações não convencionais, manutenção da paz, ações subsidiárias e de segurança integrada.

As competências específicas a serem desenvolvidas pelos oficiais de engenharia, é: planejar e conduzir o emprego tático de operações convencionais de reconhecimento; manutenção da rede mínima de estradas; técnicas de navegação e de transposição de cursos d'água; trabalho de navegação do terreno; trabalho de instalações em campanha, construção de pontes; e manutenção da paz sob a égide de organismos intelectuais.

Uma particularidade dos oficiais de engenharia, estabelecido pelo perfil profissiográfico, está o que deve também estar preparado para cooperar com o desenvolvimento nacional, através de: cooperação com a defesa civil; apoio a campanhas institucionais de

utilidade pública ou interesse social; operações de prevenção e combate ao terrorismo; de garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, na faixa de fronteira e interagências. Deve ter a capacidade de gerenciar o emprego a manutenção do material de engenharia. Planejar e conduzir o emprego tático da fração. Prestar assistência técnica as funções de combate. Tem que estar preparado para realizar atividades jurídicas e/ou penais, administrativas e tratamento d'água em campanha.

Dos oficiais de intendência as competências específicas esperadas são: planejar e conduzir o emprego de fração logística em operações convencionais e não convencionais; operação de manutenção da paz, ações subsidiárias, de segurança integrada. Deve estar capacitado para planejar e conduzir o emprego tático de frações de tropa, e como os demais oficiais realizar atividades jurídicas e/ou penais, e administrativas.

O futuro oficial de comunicações deve ser capaz de: planejar e conduzir o emprego de fração em operações convencionais comandando pelotões de comunicações; operações convencionais de resistência e integrando força expedicionária; em operações de paz sob a égide de organismos internacionais; em ações subsidiárias; ações de segurança integrada. Deve estar capacitado para planejar e conduzir o emprego tático de frações de tropa, e como os demais oficiais realizar atividades jurídicas e/ou penais, e administrativas. Quanto à educação transversal é trabalhada os mesmos componentes dos cursos anteriores.

Por fim, o oficial de material bélico, levando em considerações as especificidades do quadro, esse oficial deve: planejar e conduzir o emprego de fração em operações convencionais e não convencionais; em operações de manutenção da paz; em ações subsidiárias; e ações de segurança integrada. Deve estar capacitado para atividades jurídicas e/ou penais, administrativas, atividades de material bélico, logística de material e conduzir o emprego tático de frações.

Mesmo nas competências específicas de cada arama, serviço ou quadro, verifica-se bastante semelhança nas competências a serem desenvolvidas durante a formação e graduação do oficial da linha de ensino bélica do EB, que mais uma vez ressaltamos, será o futuro chefe militar, a ter a responsabilidade pelo preparo e emprego da Força Terrestre, seja em ações internas ou externas.

3.4 A GRADE CURRICULAR DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Quadro 2 – GRADE CURRICULAR DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Fonte: AMAN

ANO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINA	H/a
AMAN (Curso Básico)	Cibernética II	60
	Economia I	45
	Estatística	45
	Filosofia	60
	Língua Espanhola II	45
	Língua Inglesa II	75
	Língua Portuguesa II	75
	Química Aplicada II	60
	Formação Técnico-Profissional	678
	Complementação do Ensino	188
	Medidas Administrativas	168
	Total	1499
AMAN (2º Ano)	História Militar do Brasil	60
	História Militar Geral	60
	Introdução ao Estudo de Direito	60
	Língua Espanhola III	45
	Língua Inglesa III	75
	Psicologia	105
	Formação Técnico-Profissional	837
	Complementação do Ensino	184
	Medidas Administrativas	118
	Total	1544
AMAN (3º Ano)	Sociologia	60
	Direito Penal e Processual Penal Militar	60
	Ética Profissional Militar	60
	Iniciação à Pesquisa Científica	45
	Língua Espanhola IV	45
	Língua Inglesa IV	75
	Metodologia do Ensino Superior	60
	Relações Internacionais	45
	Formação Técnico-Profissional	863
	Complementação do Ensino	206
	Medidas Administrativas	114
	Total	1633
AMAN (4º Ano)	Administração	60
	Direito Administrativo	60
	Economia II	30
	Geopolítica	45
	Língua Espanhola V	45
	Língua Inglesa V	45
	Formação Técnico-Profissional	912
	Complementação do Ensino	218
	Medidas Administrativas	142
Total	1557	
TEMPO TOTAL DE FORMAÇÃO NA AMAN		6233

A grade curricular da AMAN é fruto de várias documentos e normas legais que vai de lei a portaria, das quais destacamos: a lei de ensino do EB, Lei nº 9.786/1999, e seu regulamento, Dec nº 3.182/1999; Política de Ensino do EB; Diretriz Estratégica de Ensino; Normas para a Construção de Currículos; Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais; e Perfil Profissiográfico.

Essa grade curricular deve ser capaz de conduzir a formação dos oficiais combatentes da linha bélica, sobre os quais serão depositadas as responsabilidades de conduzir um exército que deve ser forte, ágil e moderno, capaz de contribuir com a dissuasão interna e externa, como forma de expressão da política externa brasileira e sendo ao mesmo tempo o “Braço Forte” e a “Mão Amiga”, a ser estendida sempre que o país precisar, seja em solo pátrio ou no estrangeiro. O oficial formado com esse currículo deve ser capaz de administrar o uso da violência legítima delegada as FA, pelo Estado Democrático, se abstendo de qualquer resquício de violência pessoal.

O currículo da AMAN, das demais escolas de formação e especialização, produzem recursos humanos para o EB, cujos valores e tradições cultuados, dotam a corporação, que hoje detém alto grau de autonomia, com regras e normas próprias que organizam sua vida interna, desde o comportamento cotidiano de seus integrantes até o sistema de promoções na carreira. Para Castro (2012), a palavra “militar” traz uma ideia de um profissional com habilidades técnicas específicas e que durante os anos incorporou um conjunto de valores e atitudes, pautadas por uma forte disciplina (CASTRO, 2012, p. 179).

3.4.1 A Grade Curricular do 1º ano - Curso Básico

Como pode ser observado na grade curricular acima, a formação e a graduação na AMAN, se dá em quatro anos. No primeiro ano temos o Curso Básico, por onde se inicia a formação do oficial combatente, futuro comandante e chefe militar. Recebe os alunos oriundos da EsPCEX, e através de uma rotina intensa de atividades, procura adaptá-los o mais rápido possível à vida acadêmica e às características e dificuldades do combate.

Ao término do curso básico, os alunos no mês de agosto, numa marcante cerimônia, são confirmados como “Cadetes” e recebem o “Espadim”, réplica em miniatura do sabre de Caxias, “Símbolo da Honra Militar”. Nesse período, o Cadete estuda a legislação e as normas da AMAN e do EB, além de tiro, técnicas de progressão em campanha, observação e orientação, comunicações, higiene e primeiros socorros em combate, técnicas especiais, instruções especiais, fortificação em campanha, vigilância e reconhecimento, entre muitas outras disciplinas, conforme discriminado na Grade Curricular⁵³.

⁵³ Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/cc/curso-basico>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

No curso básico são estudadas as disciplinas: Cibernética II, Economia I, Estatística, Filosofia, Língua Espanhola II, Língua Inglesa II, Língua Portuguesa II, Química Aplicada II, Formação Técnico-Profissional, Complementação do Ensino e Medidas Administrativas. Aqui a nosso ver destacam-se as disciplinas de língua estrangeiras, que visam iniciar a formação do oficial para que ele, em um futuro próximo, possa ser empregado em operações de paz e em missões diplomáticas onde o país tenha representação.

A filosofia, que para Aristóteles é “a ciências dos princípios e das últimas causas” e para Platão o “uso do saber supremo e último, em proveito do homem” (BUSSOLA, 2002, p. 13), disciplina que prega e incentiva a reflexão, a fim de que entendamos o mundo onde vivemos. Para a AMAN a ação didático-pedagógica da filosofia é aplicada aos discentes do Curso de Ciências Militares visando contribuir para o desenvolvimento de atitudes coerentes com os compromissos éticos assumidos por todos os oficiais do EB. Portanto, essa ação pedagógica tem como finalidade colaborar para a educação dos cadetes, futuros chefes e líderes de uma Força Armada, dentro das características previstas para a sua formação, de acordo com o perfil profissiográfico⁵⁴.

3.4.2 A Grade Curricular do 2º ano

No segundo ano as disciplinas ministradas são: História Militar do Brasil, História Militar Geral, Introdução ao Estudo do Direito, Língua Espanhola III, Língua Inglesa III, psicologia, e repetem as disciplinas de Formação Técnico-Profissional, Complementação do Ensino e Medidas Administrativas. Aqui destacamos as disciplinas de história, tanto História Militar do Brasil, quanto a História Militar Geral tem o intuito de familiarizar o Cadete sobre a história do EB e a história de guerras travadas pelo mundo, a fim de incutir em sua personalidade o culto as tradições e ao passado do EB.

O estudo do Direito, hoje mais que no passado, é importante pelo rol de atribuições e possíveis intervenções do EB, seja nas operações de garantia da lei e da ordem, como nas operações de paz, assim deve o futuro oficial reconhecer e atuar sobre os princípios da legalidade e direitos humanos. Já a psicologia, tem por objetivo desenvolver, através dos conteúdos procedimentais, as características atitudinais, inerentes ao futuro chefe militar, bem como fornecer subsídios próprios da disciplina aplicáveis ao cotidiano militar de forma a

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/div-ens/37-de>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

trabalhar as capacidades cognitivas, necessárias a condução das diversas atividades militares.

3.4.3 A Grade Curricular do 3º ano

No terceiro ano, são trabalhadas as disciplinas de: Sociologia, Direito Penal e Processual Penal Militar, Ética Profissional Militar, Iniciação a Pesquisa Científica, Língua Espanhola IV, Língua Inglesa IV, Metodologia do Ensino Superior, Relações Internacionais, e repetem como no segundo ano as disciplinas de Formação Técnico-Profissional, Complementação do Ensino e Medidas Administrativas.

Destacamos aqui a sociologia, outra disciplina crítica e muito importante na formação humanística. Quanto ao Direito Penal e Processual Penal Militar além de satisfazer as exigências atuais nas missões da força, tem por objetivo também preparar o futuro oficial para ser encarregado de Inquéritos Policiais Militar, sob a égide da Justiça Militar da União. A Ética Profissional Militar como dissemos em outra parte, tem por objetivo transmitir a ideologia e os valores da Força Terrestre.

A AMAN define a implantação da cadeira de sociologia, que ocorreu a partir do ano de 2015, como uma necessidade, frente ao apelo contemporâneo para a capacitação dos oficiais do século XXI para atuarem no terreno humano em meio às incertezas da pós-modernidade é a chave para a inserção da sociologia no currículo dos cadetes.

De forma clara e objetiva as contribuições das Ciências Sociais são apresentadas para a formação de oficiais aptos a captar e analisar os sinais sociais e culturais emitidos a sua volta. Essa nova capacitação contribui para a rica aquisição de informações situacionais necessárias para as ações militares, visando decisões mais oportunas e adequadas no nível tático⁵⁵.

A disciplina de Relações Internacionais são uma vertente da Ciência Política que se dedica a estudar as relações entre Estados, sob o ponto de vista diplomático, econômico, militar, do direito internacional, comercial, etc. O objetivo da disciplina é trazer aos cadetes, informações qualificadas, novas reflexões dos principais acontecimentos militares, políticos e socioeconômicos do mundo, bem como, estimular o pensamento estratégico dos futuros líderes militares da Força Terrestre.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/div-ens/37-de>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

3.4.4 A Grade Curricular do 4º ano

O quarto e último ano apresenta atividades predominantemente militares a fim de concluir a formação do oficial combatente. No currículo é prevista a realização de exercícios conjuntos, que integram as Armas e que são chamados de módulos temáticos, cuja principal finalidade é de permitir ao cadete do quarto ano o exercício das funções de comando nas operações clássicas de ataque e defesa.

O Cadete é submetido as disciplinas de: Administração, Direito Administrativo, Economia II, Geopolítica, Língua Espanhola V, Língua Inglesa V, Formação Técnico-Profissional, Complementação do Ensino e Medidas Administrativas.

O Direito Administrativo é de fundamental importância para o futuro oficial, pois no desenvolver de sua carreira, ele será designado para funções administrativas que exigiram dele conhecimentos Fiscal Administrativo, Setor Financeiro, Seção de Licitações e Contratos, Ordenador de Despesas, funções que desenvolvidas na aplicação recursos públicos e sujeito a uma série de controles por parte de órgão de fiscalização e controle, interno e externo, como o Tribunal de Contas da União.

As demais disciplinas contribuiram para a formação do futuro oficial, quanto aos possíveis emprego de tropa, como em missões de paz, garantia da lei e da ordem e demais ações subsidiárias⁵⁶.

3.5 A GESTÃO EDUCACIONAL NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

A AMAN é o único estabelecimento de ensino superior que forma os oficiais combatentes de carreira das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência do EB. É uma organização militar do EB, que forma o bacharel em ciências militares e o oficial combatente da linha bélica.

Um dos aspectos relevantes das políticas educacionais, é o modelo de gestão adotado e aplicado por ela. A LDBEN, estabelece que as escolas de educação básica devem adotar um modelo de gestão democrática, tendo como princípio fundamental desse tipo de gestão, a participação. Essa participação é instrumentalizada através do Projeto Político-Pedagógico. Em

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/div-ens/37-de>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

uma escola militar, edificada sob os princípios da hierarquia e disciplina, dificilmente aconteceria uma gestão democrática.

Gestão é “[...] administração é tomada de decisão, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel” (FERREIRA 2006, p. 307).

A gestão educacional na AMAN, está regulamentado pela Portaria nº 1.357, de 6 de novembro de 2014, do Comandante do EB. O regulamento estabelece que o Comandante também é seu Diretor de Ensino e o subcomandante é o Subdiretor de Ensino. Ainda temos o Estado-Maior Geral e Assessorias, o Corpo de Cadetes, a Divisão de Ensino, o Corpo Administrativo, e o Batalhão de Comandos e Serviços, órgãos que com o Comando administram a organização militar e uma academia, com suas particularidades ser ao mesmo tempo um gestor e um chefe militar.



Figura 12: Organograma da Academia Militar das Agulhas Negras

Fonte: Anexo ao Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras

O regulamento estabelece que compete ao Diretor de Ensino planejar, administrar e avaliar o ensino e a aprendizagem; dar cumprimento ao determinado pela documentação básica do Sistema de Educação e Cultura do Exército; promover a elaboração e atualização dos documentos básicos de ensino sob sua responsabilidade, quando necessárias ou determinadas,

submetendo-as à consideração do escalão superior; incentivar e propiciar a realização do aperfeiçoamento do corpo docente, seguindo normas do órgão gestor da linha de ensino, sem prejuízo das funções escolares; e decidir sobre os pareceres emitidos pelo Conselho de Ensino.

O Diretor de Ensino conta com um órgão de assessoramento, o Conselho de Ensino, a esse conselho compete: planejar e organizar as atividades de ensino; avaliar e conduzir o processo ensino-aprendizagem nos seus múltiplos aspectos; validar as condições da estrutura acadêmica e suporte documental na condução das atividades pedagógicas; aprimorar o processo ensino-aprendizagem em toda a sua abrangência; e outros a critério do Diretor de Ensino.

O ensino propriamente dito, é conduzido pelo Corpo de Alunos, ao qual cabe: conduzir o ensino das disciplinas acadêmicas de cunho especificamente militar; sob a coordenação da Divisão de Ensino, assessorar o Diretor de Ensino nas atividades de planejamento, programação, execução, avaliação e controle do ensino; exercer ação educacional permanente sobre os cadetes, assegurando-lhes enquadramento e vivência militares.

Outro órgão de assessoramento do Diretor de Ensino, é a Divisão de Ensino, cujas atribuições são: assessorar o Diretor de Ensino nas atividades de planejamento, programação, coordenação, execução, controle e avaliação do ensino e da aprendizagem, assim como na seleção e orientação psicológica, educacional, profissional e vocacional dos cadetes; realizar o planejamento, a programação, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação do ensino e da aprendizagem, assim como a seleção e orientação educacional e profissional dos cadetes; planejar, controlar e coordenar as atividades de coordenação pedagógica e de orientação psicopedagógica.

Como podemos ver, a gestão educacional da AMAN é realizada de forma estabelecida pelos órgãos superiores a academia, o atual regulamento foi aprovado pelo Comandante do EB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o inciso XI do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e de acordo com o que propõe o Departamento de Educação e Cultura do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército. A estrutura pedagógica AMAN, é baseada na hierarquia e na disciplina.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

“[...] Nem cora o livro de ombrear coto sabre... Nem cora o sabre de chamá-lo irmão [...]”. Castro Alves

O excerto retirado do poema nos leva ao entendimento de que o saber, a cultura, o conhecimento e as armas, não devem caminhar separados, são complementares e defendem os mesmos valores. Tais princípios devem serem empregados, tanto na educação militar, como educação civil. No caso da educação militar a espada faz alusão a um objeto de repressão, de guerra, de dominação e de morte. Mais poderíamos aqui tratar de qualquer profissão, por exemplo, um médico cujo objeto de trabalho é um bisturi, um instrumento que pressupõe o uso em cirurgias, com o fim de cura. Porém se ambos, o militar e o médico, não tiver ombreado o livro e auferido dele os conhecimentos, o saber, e a cultura, os mesmos poderiam serem objetos representativos de dor, opressão e por que não dizer de morte.

Da análise e apresentação dos resultados veremos o peso “sabre” e do “livro” na educação militar. Evidenciaremos se existe um equilíbrio entre a força de uma “arma” e a força das “ideias” e, se a educação militar consegue estabelecer esse delicado equilíbrio de preparar um profissional para a aplicação da força com moderação e respeito aos direitos humanos.

Considerando a natureza da pesquisa, na primeira realizamos um levantamento nos bancos de dados de teses e dissertações das universidades públicas e privadas, a fim de localizarmos trabalhos sobre a educação e formação dos militares profissionais do EB e os resultados apresentados no estado da arte. Foi realizado também um levantamento historiográfico visando evidenciar a educação e o ensino militar no Brasil, de sua primeira fase antes da chegada da Família Real Portuguesa e após sua chegada em 1808, quando surgiu a necessidade de uma reestruturação e uma profissionalização do corpo militar, a fim de que houvesse uma defesa satisfatória da família real e da costa da colônia. E por fim realizada a análise de conteúdo dos documentos obtidos junto a AMAN e nos sítios de órgãos públicos e militares.

O material que tivemos acesso e que julgamos necessário para a consecução dos objetivos da referida, em parte foi obtida nos sites institucionais do EB e outra parte que não estava no sítio do EB, AMAN e DECEX foi solicitado através do PPGEDU/UFMS diretamente a AMAN através do OFICIO nº 031/2016/PPGEDU/CCHS/UFMS, de 23 de junho de 2016, que foi encaminhado àquela Academia e remetido por meio de Ofício nº 2-SCP/DE/AMAN, EB: 64000.254718/2016-26, de 27 de janeiro de 2016, no dia 3 de outubro de 2016.

Assim recebemos oficialmente da AMAN os seguintes documentos:

- Grade Curricular dos Cursos (GCC);
- Quadro de Distribuição de Tempo (abrangendo o Quadro de Atividades Escolares semanais e o quadro de atividades extracurriculares) (QDT);
- Calendário Anual (CA);
- Perfil Profissiográfico (PP).

Através dos sítios da AMAN, DECEX e EB tivemos acesso aos seguintes documentos:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (LDBEN);
- Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999 (Lei de Ensino do Exército Brasileiro) (LEEB);
- Decreto Federal nº 3.182, de 23 Set 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências;
- Parecer CNE/CES nº 1.295/2001, aprovado em 06/11/2001 pelo Conselho Nacional de Educação, que estabelece normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país.
- Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, que dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de oficiais das Forças Armadas;
- Portaria nº 127-DECEX, de 24 de setembro de 2014, que aprovou as Normas para a Construção de Currículos - 2ª Edição (NCC);
- Portaria nº 143-DECEX, de 25 de novembro de 2014, que aprovou as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais (NDACA).

O estudo da formação profissional militar e o currículo da formação dos oficiais realizadas pela AMAN foi realizado a partir das seguintes fontes primárias: Leis, Regulamentos, Portarias, Grade Curricular, Perfil Profissiográfico do Concludente do Curso de Formação e Graduação de Oficiais, Quadro de Distribuição de Tempos do 1º ao 4º ano.

A fase de coleta de material é primordial para a consecução dos objetivos de uma pesquisa documental. Após a coleta partimos para o estudo, catalogação e sistematização do material disponível, a fim de avaliarmos quais contribuiriam para o alcance dos desafios propostos, a leitura flutuante atenta e aprofundada dos materiais de forma a entender como se

dá os valores e objetivos levados em consideração na elaboração do currículo da formação dos discentes da AMAN e na gestão daquele espaço escolar. Aqui cabe ressaltar a grande quantidade de material disponível nos sítios militares dos estabelecimentos já citados, por serem de domínio público, não necessitarem de maiores formalidades. Quanto aos materiais não disponíveis nos sítios e julgados úteis por nós para alcançar os objetivos, a AMAN condicionou a apresentação dos mesmos a uma solicitação formal do PPGEdU/UFMS, o que foi providenciado e os materiais disponibilizados após seguir os trâmites burocráticos.

4.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Ao iniciar esta pesquisa nos imbuímos da atitude interdisciplinar uma vez que optamos por uma interdisciplinaridade histórico/sócio/cultural que segundo Mello (2004) “buscamos aquilo que nos afeta” pela familiaridade com o tema escolhido. Daí enveredamos para o universo do Exército brasileiro, sua história, a cultura pela sua natureza social e antropológica. Descrevemos situações nas quais compartilhamos em nossa vida no exército.

Assim, a teoria subjacente à historicidade aqui engendrada é encontrada no positivismo tão presente na escola de formação militar, nas atitudes dos membros pertencentes ao exército e seu manancial simbólico constituído em seu “ETHOS”. A descrição histórica da evolução histórica do exército, sua importância no cenário político brasileiro e da própria escola formadora traz à tona a cultura expressiva na história do país.

Por outro lado, ao sair do positivismo nos deparamos com o estruturalismo pós-moderno com grande ênfase ao tecnicismo e às competências assinalados no currículo da escola militar focada na formação de uma categoria profissional extremamente importante para a garantia da soberania externa do país e responsável pela manutenção da paz interna, através das chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Para Mello (2004), a fundamentação das ciências humanas se encontra no modo de ser do homem e são produzidas pelas descrições em um diálogo qualitativo. Ainda segundo a autora quanto a colheita dos dados e provas.

Em pesquisa qualitativa não se recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou refutar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando (MELLO, 2004, p. 26).

Nesse sentido a atitude interdisciplinar adotada por este pesquisador permite dialogar com a pesquisa qualitativa pois; “[...] parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2006, p. 79).

Assim o primeiro passo deste trabalho foi realizar a busca documental que arregimenta grande parte da dissertação. A pesquisa com fontes primárias foi realizada em dois momentos distintos, sendo: o primeiro momento o de coleta e seleção dos documentos a serem analisados; já no segundo momento a análise de conteúdo, buscando entender como se deu a profissionalização, a organização social do conhecimento e a elaboração do currículo da AMAN, identificando os valores e os objetivos explícitos e implícitos.

Para Bardin (2012), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens. Para a utilização desse método é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir das categorias serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo da mensagem.

A pesquisa documental pode ser definida, conforme Bardin (2012), como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (BARDIN, 2012, p. 51). Tendo como objetivo representar de outro modo a informação após a transformação.

Segundo a autora a pesquisa documental constitui uma fase preliminar de um serviço de documentação ou banco de dados. Permite a passagem de um documento primário para um documento secundário, como exemplo os resumos que permite, por classificação em palavras-chave, descritores ou índices. Esta fase “[...] possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2011, p. 124, grifos da autora).

Ressalta ainda que;

[...] três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos

documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, "abertas": por oposição à exploração sistemática dos documentos (BARDIN, 2011, p. 125-126).

A exploração do material selecionado é a fase que demanda maior trabalho do pesquisador, pois examinar a grande quantidade de material coletado e separar aquilo que contribuirá para a satisfação do objeto de pesquisa proposto, não é tarefa fácil.

Quando a Unidade de Contexto, Nogueira (2014) esclarece que

[...] deve fazer compreender a Unidade de Registro, tal qual a frase para a palavra. Ex. as unidades de registro são algumas palavras e as unidades de contexto são um ou alguns parágrafos (MEIRELES; CENDÓN, 2010 apud NOGUEIRA, 2014. p. 96).

Já “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios bem definidos” (FRANCO, 2003, p. 51 apud NOGUEIRA, 2014. p. 96).

Em Bardin (2011) para a realização da categorização pode-se empregar dois processos inversos, a saber:

[...] é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por "caixas" de que já falamos, aplicável no caso de a organização do material decorrer diretamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos; o sistema de categorias não é fornecido, antes resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por "acervo": O título conceitual de cada categoria somente é definido no final da operação (BARDIN, 2011, p. 149).

4.2 PRÉ-ANÁLISE: A COLETA, ESCOLHA E A PREPARAÇÃO DO MATERIAL

A fase de pré-análise dos documentos recolhidos, seja nos sítios oficiais dos órgãos citados e nos documentos solicitados oficialmente e remetidos pela AMAN, deu-se de forma prudente, cautelosa e criteriosa. Quanto a veracidade e a credibilidade dos documentos não houve a necessidade de uma checagem, tendo em vista terem sido obtidos de domínios públicos e oficiais. A pesquisa centrou-se na seleção adequada dos documentos obtidos, que mais contribuiriam com a elucidação dos objetivos da pesquisa.

Por se só, a fase de pré-análise não seria suficiente para o tratamento e a interpretação dos documentos obtidos. Para maior exatidão, extração e interpretação dos conteúdos explícitos e implícitos nesses documentos, julgamos necessário uma fase mais adiante, onde faremos a exploração do material, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sempre

balizado pelos objetivos propostos pela pesquisa.

Após realizarmos a pré-análise constatamos que as normas legais, aqui tratamos “normais legais” em sentido *latu sensu*, ou seja, todas as espécies normativas admitidas no direito pátrio, que vai desde emendas constitucionais, passando por leis e chegando a portarias, pareceres, etc., que as mesmas são as bases estabelecidas para elaborações doutrinárias e pedagógicas dos estabelecimentos escolares do EB. Assim extrairemos delas os conhecimentos necessários para analisarmos os valores e objetivos postos em prática na AMAN na elaboração do currículo dos discentes e na gestão daquele espaço escolar. A fim de evidenciarmos os valores e objetivos com o qual é construído o currículo da AMAN e a gestão escolar, de um espaço regido pela hierarquia e disciplina, extraímos dos documentos selecionados, os pressupostos teóricos com os quais satisfaremos os objetivos propostos pela pesquisa.

4.3 O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

A Lei nº 9.786/1999 valoriza atitudes e comportamentos nos concludentes, dentre as quais destacamos: preservação das tradições nacionais e militares; assimilação e prática dos deveres, dos valores e das virtudes militares; condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais; e o desenvolvimento do pensamento estruturado. Esses valores não são dispostos na Lei nº 9.394/1996, são atributos exigidos no ensino militar, em que pese sabermos que a referida Lei nº 9.786/1999, disciplina além da educação profissional dos militares o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos CM.

As categorias e subcategorias que selecionamos abaixo foram consideradas por serem os elementos mais representativos e trabalhados na prática diária dos valores do *ethos*, seja na caserna, seja no ambiente escolar, tanto da educação básica, quanto da educação profissional, sendo utilizados nos CM, bem como na AMAN. São consideradas tão importantes que são estabelecidos por portaria do comandante do EB, e divulgados para toda a Força e para o público em geral. Esses atributos também se encontram no Decreto nº 3.182/1999, nas NCC, nas NDACA, e nos PP.

Quadro 03 – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS REPRESENTATIVAS DO *ETHOS* MILITAR

Fonte: Organização do Autor.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Atitudes	1) Sociabilidade. 2) Cooperação.

	<ul style="list-style-type: none"> 3) Proatividade. 4) Autoconfiança. 5) Iniciativa.
Capacidades cognitivas	<ul style="list-style-type: none"> 1) Análise. 2) Compreensão verbal. 3) Expressão verbal. 4) Planejamento. 5) Raciocínio dedutivo. 6) Raciocínio indutivo.
Capacidades físicas e motoras	<ul style="list-style-type: none"> 1) Agilidade. 2) Coordenação motora. 3) Resistência aeróbica. 4) Resistência muscular localizada.
Capacidades morais	<ul style="list-style-type: none"> 1) Empatia. 2) Julgamento moral. 3) Sensibilidade moral.
Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> 1) Postura. 2) Obediência. 3) Assiduidade. 4) Pontualidade.
Lealdade	<ul style="list-style-type: none"> 1) Dever. 2) Espírito de corpo. 3) Camaradagem.
Patriotismo	<ul style="list-style-type: none"> 1) Amar a Pátria. 2) Cumprir à missão.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> 1) Espírito de corpo. 2) Fé na missão do Exército.

Muito dos valores acima, cultuados pela educação militar, também são encontrados na educação civil, em que pese como já dissemos acima, não constar explicitamente na Lei nº 9.394/1996. A diferença é que na educação militar, esses valores são considerados como os fundamentos que sustenta a instituição, principalmente a hierarquia e a disciplina⁵⁷, que legitima as relações de comando e obediência. Esse conjunto de valores produz “[...] como resultado [sentimento] institucional de se pertencer a um grupo baseado na hierarquia e na disciplina, na crença absoluta no valor da corporação, por ser ela leal a algo superior a ela própria, a nação (LEINER, 1997, p. 68).

⁵⁷ O artigo 142 da Constituição Federal de 1988, estabelece que as Forças Armadas são organizadas com base na hierarquia e disciplina.

4.4 TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO

A análise de conteúdo ora desenvolvida, deu-se em duas etapas. Na primeira etapa identificamos nos documentos apresentados, as categorias e depois realizamos a subdivisão em subcategorias. As categorias foram buscadas nas LEEB e seu regulamento, NCC, NDACA e PP. As NCC e as NDACA foram baixadas pelo chefe do DECEX, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, que regulamentou da LEEB, portanto, conferindo escopo legal aos currículos elaborados com base nelas pela AMAN. Assim os Perfis Profissiográficos elaborados para os cursos de formação da AMAN atendem, formalmente, ao princípio da legalidade, que deve nortear a expedição dos atos normativos.

Selecionados as NCC, as NDACA, e os PP, passamos a analisa-los a luz dos pressupostos estabelecidos inicialmente. Após cumprir mais uma etapa, a próxima foi a realização do levantamento das frequências das Unidades de Registros que se encontravam presentes nos documentos que selecionamos. Utilizando a técnica da análise de conteúdo em Bardin (2011), para o tratamento dos dados coletados. O conjunto de técnicas utilizados na análise de conteúdo é que permitiu a obtenção dos indicadores para a realização das inferências de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção das mensagens contidas nos documentos (NOGUEIRA, 2014, p. 101).

Realizamos uma análise comparativa entre as Normas para a Construção de Currículos, as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais e o Perfil Profissiográfico, no sentido de verificar se a Grade Curricular dos discentes da AMAN, reflete os preceitos estabelecidos nas referidas normas legais, que devem nortear a confecção do referido documento:

Quadro 4 – COMPARAÇÃO ENTRE PRECEITOS PEDAGÓGICOS DAS NCC E AS NDACA

Fonte: Organização do Autor.

NCC	NDACA	CATEGORIAS COMUNS
1. Existem disciplinas que, dependendo da natureza do curso ou estágio, possuem caráter generalizador, reflexivo e abstrato ou instrumental. Estas disciplinas são consideradas Disciplinas de Fundamentação ou de Instrumentalização.	1. O desenvolvimento dos conteúdos atitudinais deverá ser de caráter obrigatório em todas as disciplinas do curso, exceto nas disciplinas de fundamentação e de instrumentalização.	1. Instrumentalização. 2. Fundamentação.
2. O módulo de ensino pode ser definido como um agrupamento de disciplinas que favorece a	2. Os conteúdos atitudinais também podem ser desenvolvidos por intermédio do Projeto Interdisciplinar,	1. Interdisciplinaridade

interdisciplinaridade e a simulação da realidade profissional, caracterizada pela complexidade na qual a solução dos problemas demanda a integração de saberes.	Diário de Campo, Portfólio e Exercícios Militares, previstos nas Normas de Avaliação da Aprendizagem	
3. As atividades não presenciais são o conjunto de atividades escolares destinadas à realização de tarefas pelos discentes, sem a presença do docente, objetivando desenvolver a criatividade, a responsabilidade, a cooperação, a construção de hábitos e métodos de estudo, a objetividade e a dedicação.	3. A avaliação dos conteúdos atitudinais extrapola os ambientes de aprendizagem formal, ampliando-se para as atividades de interação social e no âmbito dos pares.	1. Avaliação. 2. Autonomia.
4. Padrões de Desempenho são referências estabelecidas para julgar os resultados de aprendizagem do discente. São relacionados à elaboração dos instrumentos e ferramentas de avaliação e ao processo de correção e atribuição de escores.	4. No que se refere aos conteúdos atitudinais, não haverá necessidade da indicação do Padrão de Desempenho e Critérios de Desempenho no PLANID, PLADIS e Plano de Sessão, tendo em vista que se encontrarão contemplados nas pautas utilizadas na escala de avaliação que descrevem os próprios conteúdos atitudinais.	1. Desempenho. 2. Padrão. 3. Avaliação.
5. O eixo transversal consiste numa lista de componentes de grande importância para o desempenho profissional, englobando: atitudes, capacidades cognitivas, morais, físicas, motoras e valores. Eles permeiam todo o processo formativo e orientam as ações didáticas e de avaliação.	5. Os valores, deveres e ética militar são indissociáveis e complementares, devendo ser fortalecidos para que se alcancem os objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico do Exército.	1. Valores. 2. Ética militar.
6. Autoconfiança: agir com segurança e convicção nas próprias capacidades e habilidades, em diferentes circunstâncias. Está relacionada à atitude de iniciativa.	6. Autoconfiança: agir com segurança e convicção nas próprias capacidades e habilidades, em diferentes circunstâncias. Está relacionada à atitude de iniciativa.	1. Autoconfiança.
7. Autocrítica: agir de maneira a avaliar as próprias potencialidades e limitações frente à ideias, sentimentos e/ou ações.	7. Autocrítica: agir de maneira a avaliar as próprias potencialidades e limitações frente à ideias, sentimentos e/ou ações.	1. Autocrítica.
8. Honra: agir, no sentido de se fazer respeitar perante a si mesmo e aos outros. Exemplo: Não fugir diante do perigo para preservar as tradições de sua Unidade.	8. Honra: agir, no sentido de se fazer respeitar perante a si mesmo e aos outros. Exemplo: Não fugir diante do perigo para preservar as tradições de sua Unidade.	1. Honra.
9. Camaradagem: agir, relacionando-se de modo solidário, cordial e desinteressado com superiores, pares e subordinados, por meio da escuta empática e prestação de serviços.	9. Camaradagem: agir, relacionando-se de modo solidário, cordial e desinteressado com superiores, pares e subordinados, por meio da escuta empática e prestação de serviços.	1. Camaradagem.
10. Coerência: agir em conformidade com as próprias ideias e valores, em qualquer situação.	10. Coerência: agir em conformidade com as próprias ideias e valores, em qualquer situação.	1. Coerência.
11. Cooperação: contribuir espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.	11. Cooperação: contribuir espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.	1. Cooperação.
12. Equilíbrio emocional: agir, controlando as próprias reações emocionais e sentimentos, para se	12. Equilíbrio emocional: agir, controlando as próprias reações emocionais e sentimentos, para se	1. Equilíbrio emocional.

conduzir de modo apropriado, nas diferentes situações.	conduzir de modo apropriado, nas diferentes situações.	
13. Honestidade: agir no sentido de reconhecer os direitos de propriedade de outrem. A honestidade se relaciona também com as atitudes de sinceridade e transparência na expressão de ideias e sentimentos, enfatizando a expressão da verdade. A honestidade, na cultura militar, exprime-se também no cumprimento da palavra dada.	13. Honestidade: agir no sentido de reconhecer os direitos de propriedade de outrem. A honestidade se relaciona também com as atitudes de sinceridade e transparência na expressão de ideias e sentimentos, enfatizando a expressão da verdade. A honestidade, na cultura militar, exprime-se também no cumprimento da palavra dada.	1. Honestidade.
14. Lealdade: agir, sendo fiel a pessoas e grupos, considerando as necessidades da Instituição, de modo a inspirar a confiança.	14. Lealdade: agir, sendo fiel a pessoas e grupos, considerando as necessidades da Instituição, de modo a inspirar a confiança.	1. Lealdade.
15. Proatividade: adotar medidas, por antecipação, para evitar ou resolver futuros problemas.	15. Proatividade: adotar medidas, por antecipação, para evitar ou resolver futuros problemas.	1. Proatividade.
16. Tolerância: respeitar as regras de convivência social; diferenças de gênero e de cultura; ideias, comportamentos e atitudes diferentes dos seus.	16. Tolerância: respeitar as regras de convivência social; diferenças de gênero e de cultura; ideias, comportamentos e atitudes diferentes dos seus.	1. Tolerância.
17. Sociabilidade: agir, relacionando-se com outros por meio de ideias e ações de modo adequado, considerando os seus sentimentos e ideias, sem ferir suscetibilidades.	17. Sociabilidade: agir, relacionando-se com outros por meio de ideias e ações de modo adequado, considerando os seus sentimentos e ideias, sem ferir suscetibilidades.	1. Sociabilidade.
18. Abnegação: agir, renunciando aos interesses pessoais, integridade física e conforto, em favor da instituição, grupos e / ou pessoas, no sentido do cumprimento da missão.	18. Abnegação: agir, renunciando aos interesses pessoais, integridade física e conforto, em favor da instituição, grupos e / ou pessoas, no sentido do cumprimento da missão.	1. Abnegação.
19. Adaptabilidade: ajustar-se apropriadamente a quaisquer mudanças de situações.	19. Adaptabilidade: ajustar-se apropriadamente a quaisquer mudanças de situações.	1. Adaptabilidade.
20. Comunicabilidade: transmitir de maneira eficaz os argumentos e compreender a argumentação alheia, obtendo troca construtiva de informações.	20. Comunicabilidade: transmitir de maneira eficaz os argumentos e compreender a argumentação alheia, obtendo troca construtiva de informações.	1. Comunicabilidade.
21. Decisão: optar pela alternativa mais adequada, em tempo útil e com convicção, evitando a omissão, a inação ou a ação intempestiva.	21. Decisão: optar pela alternativa mais adequada, em tempo útil e com convicção, evitando a omissão, a inação ou a ação intempestiva.	1. Decisão.
22. Dedicção: realizar as atividades necessárias ao cumprimento da missão com empenho e entusiasmo.	22. Dedicção: realizar as atividades necessárias ao cumprimento da missão com empenho e entusiasmo.	1. Dedicção.
23. Dinamismo: agir ativamente, buscando adaptar-se às contingências ambientais de maneira eficaz e proativa.	23. Dinamismo: agir ativamente, buscando adaptar-se às contingências ambientais de maneira eficaz e proativa.	1. Dinamismo.
24. Disciplina intelectual: adotar e defender a decisão superior e/ou do grupo mesmo tendo opinado em contrário.	24. Disciplina intelectual: adotar e defender a decisão superior e/ou do grupo mesmo tendo opinado em contrário.	1. Disciplina intelectual.
25. Discrição: manter reserva sobre fatos de seu conhecimento que não devam ser divulgados.	25. Discrição: manter reserva sobre fatos de seu conhecimento que não devam ser divulgados.	1. Discrição.

26. Direção: conduzir processos gerenciais, atividades administrativas e pessoas de forma a atingir os resultados almejados.	26. Direção: conduzir processos gerenciais, atividades administrativas e pessoas de forma a atingir os resultados almejados.	1. Direção.
27. Flexibilidade: ajustar-se apropriadamente às mudanças, reformulando planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências.	27. Flexibilidade: ajustar-se apropriadamente às mudanças, reformulando planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências.	1. Flexibilidade.
28. Iniciativa: agir de forma adequada e oportuna, em conformidade com as demandas da missão em tela, sem depender de ordem ou decisão superior.	28. Iniciativa: agir de forma adequada e oportuna, em conformidade com as demandas da missão em tela, sem depender de ordem ou decisão superior.	1. Iniciativa.
29. Meticulosidade: agir atendo-se às minúcias relevantes para o desempenho profissional.	29. Meticulosidade: agir atendo-se às minúcias relevantes para o desempenho profissional.	1. Meticulosidade.
30. Objetividade: destacar o fundamental do supérfluo para a realização de uma tarefa ou solução de um problema.	30. Objetividade: destacar o fundamental do supérfluo para a realização de uma tarefa ou solução de um problema.	1. Objetividade.
31. Organização: desenvolver atividades profissionais de forma sistemática e metódica.	31. Organização: desenvolver atividades profissionais de forma sistemática e metódica.	1. Organização.
32. Persuasão: convencer pessoas a adotarem ideias ou atitudes que interessem ao cumprimento da missão.	32. Persuasão: convencer pessoas a adotarem ideias ou atitudes que interessem ao cumprimento da missão.	1. Persuasão.
33. Persistência: manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas.	33. Persistência: manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas.	1. Persistência.
34. Planejamento: antecipar-se a fatos e situações, antevendo alternativas viáveis, de modo a evitar e/ou eliminar possíveis falhas na execução de uma tarefa.	34. Planejamento: antecipar-se a fatos e situações, antevendo alternativas viáveis, de modo a evitar e/ou eliminar possíveis falhas na execução de uma tarefa.	1. Planejamento.
35. Resiliência: predisposição a recuperar-se rapidamente após a ocorrência de contratemplos, choques, lesões, adversidades e estresse.	35. Resiliência: predisposição a recuperar-se rapidamente após a ocorrência de contratemplos, choques, lesões, adversidades e estresse.	1. Resiliência.
36. Responsabilidade: cumprir adequadamente as atribuições de seu cargo, função e posto, assumindo e enfrentando as consequências de suas atitudes e decisões.	36. Responsabilidade: cumprir adequadamente as atribuições de seu cargo, função e posto, assumindo e enfrentando as consequências de suas atitudes e decisões.	1. Responsabilidade.
37. Sobriedade: agir com austeridade em relação a hábitos, costumes e procedimentos na vida particular e profissional.	37. Sobriedade: agir com austeridade em relação a hábitos, costumes e procedimentos na vida particular e profissional.	1. Sobriedade.
38. Tato: agir, na relação com as pessoas, sem ferir susceptibilidades.	38. Tato: agir, na relação com as pessoas, sem ferir susceptibilidades.	1. Tato.
39. Zelo: cuidar dos bens móveis e imóveis que estão ou não sob a sua responsabilidade.	39. Zelo: cuidar dos bens móveis e imóveis que estão ou não sob a sua responsabilidade.	1. Zelo.

40. Apresentação: preocupar-se com sua imagem, com o intuito de que seja condigna com a sua condição de militar do Exército Brasileiro, zelando por sua postura, uniforme, corte de cabelo, aparência e higidez física.	40. Apresentação: preocupar-se com sua imagem, com o intuito de que seja condigna com a sua condição de militar do Exército Brasileiro, zelando por sua postura, uniforme, corte de cabelo, aparência e higidez física.	1. Apresentação.
41. Comando: conduzir militares sob a sua responsabilidade ao cumprimento adequado da missão.	41. Comando: conduzir militares sob a sua responsabilidade ao cumprimento adequado da missão.	1. Comando.
42. Combatividade: atuar sem esmorecer, e defender as ideias e causas em que acredita ou aquelas sob a sua responsabilidade.	42. Combatividade: atuar sem esmorecer, e defender as ideias e causas em que acredita ou aquelas sob a sua responsabilidade.	1. Combatividade.
43. Coragem física: agir, de forma firme e destemida, em situação de ameaça à integridade física, no sentido do cumprimento da missão.	43. Coragem física: agir, de forma firme e destemida, em situação de ameaça à integridade física, no sentido do cumprimento da missão.	1. Coragem física.
44. Coragem moral: agir de forma firme e destemida, expondo-se perante o superior, pares ou subordinados, com a possibilidade de sofrer algum prejuízo pessoal, no sentido do cumprimento da missão.	44. Coragem moral: agir de forma firme e destemida, expondo-se perante o superior, pares ou subordinados, com a possibilidade de sofrer algum prejuízo pessoal, no sentido do cumprimento da missão.	1. Coragem moral.
45. Cumprimento de missão: depender todos os esforços e sacrifícios para realizar as ações profissionais determinadas pela autoridade competente.	45. Cumprimento de missão: depender todos os esforços e sacrifícios para realizar as ações profissionais determinadas pela autoridade competente.	1. Cumprimento de missão.
46. Rusticidade: adaptar-se a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência.	46. Rusticidade: adaptar-se a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência.	1. Rusticidade.
47. Auto aperfeiçoamento: agir voluntariamente no sentido de melhorar seus conhecimentos, capacidades, atitudes e valores.	47. Auto aperfeiçoamento: agir voluntariamente no sentido de melhorar seus conhecimentos, capacidades, atitudes e valores.	1. Auto aperfeiçoamento.
48. Criatividade: produzir novos dados, ideias e /ou realizando combinações originais, na busca de uma solução eficiente e eficaz.	48. Criatividade: produzir novos dados, ideias e /ou realizando combinações originais, na busca de uma solução eficiente e eficaz	1. Criatividade.
49. Curiosidade intelectual: investigar voluntariamente as peculiaridades e as inovações dos aspectos técnicos da sua atividade profissional.	49. Curiosidade intelectual: investigar voluntariamente as peculiaridades e as inovações dos aspectos técnicos da sua atividade profissional.	1. Curiosidade intelectual.
50. Autoconhecimento: capacidade de construção de um conceito sobre si mesmo, sobre a sua própria identidade.	50. Autoconhecimento: capacidade de construção de um conceito sobre si mesmo, sobre a sua própria identidade.	1. Autoconhecimento.
51. Contextualização moral: capacidade que permite realizar a reflexão moral, aplicando os valores a situações particulares, considerando aspectos específicos das pessoas envolvidas, e os motivos das suas ações.	51. Contextualização moral: capacidade que permite realizar a reflexão moral, aplicando os valores a situações particulares, considerando aspectos específicos das pessoas envolvidas, e os motivos das suas ações.	1. Contextualização moral.

52. Disciplina consciente: capacidade que permite ao discente agir em conformidade com normas, leis e regulamentos que regem a Instituição, voluntariamente, sem necessidade de coação externa.	52. Disciplina consciente: capacidade que permite ao discente agir em conformidade com normas, leis e regulamentos que regem a Instituição, voluntariamente, sem necessidade de coação externa.	1. Disciplina consciente.
53. Empatia: capacidade que permite compreender os sentimentos, ideias e valores das pessoas, de uma comunidade específica ou da sociedade.	53. Empatia: capacidade que permite compreender os sentimentos, ideias e valores das pessoas, de uma comunidade específica ou da sociedade.	1. Empatia.
54. Julgamento moral: capacidade que permite reconhecer e refletir sobre situações que apresentam interface com valores. Permite ainda julgar a situação com isenção de ânimo, sem se envolver emocionalmente, a partir de determinados valores, parâmetros técnicos e dos objetivos estabelecidos para a atividade ou missão.	54. Julgamento moral: capacidade que permite reconhecer e refletir sobre situações que apresentam interface com valores. Permite ainda julgar a situação com isenção de ânimo, sem se envolver emocionalmente, a partir de determinados valores, parâmetros técnicos e dos objetivos estabelecidos para a atividade ou missão.	1. Julgamento moral.
55. Sensibilidade moral: capacidade de se sentir moralmente afetado por conflitos e captar os aspectos das situações. A sensibilidade moral supera a empatia, pois consiste em se colocar no lugar do outro.	55. Sensibilidade moral: capacidade de se sentir moralmente afetado por conflitos e captar os aspectos das situações. A sensibilidade moral supera a empatia, pois consiste em se colocar no lugar do outro.	1. Sensibilidade moral.
56. Amor à profissão: apreciar as atividades próprias da carreira militar. Inclui o sentimento de respeito e consideração à Instituição, a suas características, papel histórico e missão constitucional.	56. Amor à profissão: apreciar as atividades próprias da carreira militar. Inclui o sentimento de respeito e consideração à Instituição, a suas características, papel histórico e missão constitucional.	1. Amor à profissão.
57. Aprimoramento técnico-profissional: Relaciona-se com a atitude de constante procura por conhecimentos relacionados à atividade profissional.	57. Aprimoramento técnico-profissional: Relaciona-se com a atitude de constante procura por conhecimentos relacionados à atividade profissional.	1. Aprimoramento técnico-profissional.
58. Civismo: valorização dos símbolos nacionais, tradições históricas, heróis nacionais e chefes do presente e do passado.	58. Civismo: valorização dos símbolos nacionais, tradições históricas, heróis nacionais e chefes do presente e do passado.	1. Civismo.
59. Disciplina: observância e o acatamento das leis, regulamentos e normas são considerados relevantes.	59. Disciplina: observância e o acatamento das leis, regulamentos e normas são considerados relevantes.	1. Disciplina.
60. Espírito de corpo: É a alma coletiva fortalecedora da organização militar ou grupo. Está relacionado à atitude “camaradagem”.	60. Espírito de corpo: É a alma coletiva fortalecedora da organização militar ou grupo. Está relacionado à atitude “camaradagem”.	1. Espírito de corpo.
61. Fé na missão do Exército: perseguição incondicional dos ditames estabelecidos como cláusulas pétreas da Instituição Militar Exército Brasileiro.	61. Fé na missão do Exército: perseguição incondicional dos ditames estabelecidos como cláusulas pétreas da Instituição Militar Exército Brasileiro.	1. Fé na missão do Exército.

62. Hierarquia: obediência à ordenação da autoridade em diferentes níveis, postos e graduações, inerente às Forças Armadas.	62. Hierarquia: obediência à ordenação da autoridade em diferentes níveis, postos e graduações, inerente às Forças Armadas.	1. Hierarquia.
63. Patriotismo: sentimento de amor desinteressado à Nação, ao orgulho de ser brasileiro, à fé no destino histórico do País.	63. Patriotismo: sentimento de amor desinteressado à Nação, ao orgulho de ser brasileiro, à fé no destino histórico do País.	1. Patriotismo.

O quadro acima demonstra os princípios empregados pelo EB na construção dos currículos, sejam esses currículos dos cursos e estágios de especialização, passando pelo currículo dos CM e pelo currículo da AMAN, onde como dito são formados os oficiais combatentes da linha bélica, futuros chefes militares que no futuro exerceram os cargos de direção e emprego da Força Terrestre.

Os preceitos constantes do quadro acima são utilizados pelo EB, para desenvolver no discente da AMAN a visão sistêmica sobre sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nos diversos quartéis espalhados pelos mais distantes rincões desse país continental, de leste a oeste, de norte a sul, do Oiapoque ao Chuí. Para Ludwig (1998), esses valores empregados nos bancos escolares, tem o objetivo de inculcar no psiquismo dos discentes a ideologia da corporação introjetando na rotina e formação dos alunos, a doutrina do EB.

Por meio dessas atividades o aluno assimila os valores de obediência, submissão, dependência, paternalismo, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia. Adquire também a concepção de mundo e de vida em sociedade eminentemente estável e harmoniosa, isto é, uma cosmovisão determinista funcionalista (LUDWIG, 1998, pp. 22-23).

Dos atributos comuns das NCC e das NDACA, destacamos os principais a hierarquia e a disciplina, preceitos basilares do EB que devem ser respeitados por superiores e subordinados, devem ser internalizados pelos discentes através da disciplina consciente e exteriorizados através de atitudes e valores, traduzindo-se na ética militar. Outros atributos também são muito valorizados na caserna, destacamos os seguintes: patriotismo, civismo, lealdade, auto aperfeiçoamento e dedicação.

Ao estudar o *ethos* militar na formação dos alunos do CM observa-se uma questão interessante, a preocupação do EB em formar discentes apolíticos, talvez por isso verifica-se nas NCC e nas NDACA pouco ou quase inexistente conteúdos direcionados a uma formação mais crítica nas normas utilizadas na construção curricular da educação militar, enquanto que para a educação civil é desejável a formação dentro de um Estado Democrático de Direito, de cidadãos com atitude politicamente ativa, consciente e responsável.

As categorias abaixo incidem nas Normas para Construção Curricular, nas Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais e nos Perfis Profissiográficos:

Quadro 5 – CATEGORIAS SELECIONADAS NOS DOCUMENTOS NCC, NDACA E PP

Fonte: Organização do Autor.

CATEGORIAS	NCC	NDACA	PP
Autoconfiança	03	08	07
Avaliação	17	130	05
Cooperação	03	10	07
Decisão	04	10	07
Dedicação	02	04	07
Disciplina	03	25	07
Disciplina consciente	01	03	07
Espírito de corpo	02	04	07
Fé na missão do Exército	02	02	00
Hierarquia	01	05	07
Honra	01	03	07
Interdisciplinaridade	04	01	00
Lealdade	01	04	07
Patriotismo	01	03	07
Resiliência	01	03	07
Responsabilidade	05	13	07
Rusticidade	01	03	07
Valores	14	31	07

As categorias selecionadas, praticamente se repetem em todas os documentos, ressaltamos as que mais se repetiram e chamaram nossa atenção: a autoconfiança, a avaliação, a cooperação, a decisão, a disciplina, a dedicação, a hierarquia, a interdisciplinaridade, a responsabilidade e os valores.

A categoria “avaliação” foi a que mais se repetiu demonstrando um reflexo natural, por se tratar de um currículo que premia a meritocracia, assim uma avaliação constante reflete os méritos e acirra a competição entre os alunos. Para as NCC a avaliação “ permite estabelecer parâmetros ideais de uma atividade ou produto, que são comparados a elaborações realizadas pelos indivíduos ou instituições, para emitir um julgamento de valor” (BRASIL, 2014, p. 26).

Já as NDACA ao tratar sobre a “avaliação” preceituam que a

“[...] observação sistemática do comportamento e das opiniões do discente é a maneira mais comum de avaliar se os conteúdos atitudinais são aplicados na prática cotidiana”

e complementa a “avaliação [...] informa como se encontra o desenvolvimento das atitudes, capacidades morais e valores [...] e orienta para as melhores estratégias a serem utilizadas para alcançar o desenvolvimento dos conteúdos estabelecidos no curso” (BRASIL, 2014, p. 10).

A próxima categoria “valores”, são as principais "ideias-força" que visam contribuir para o continuado aprimoramento das virtudes militares como dissemos mais acima são os preceitos praticados que objetivam conduzir ao *ethos* militar, ou seja, a ética castrense. O culto aos “valores” é tão importante na caserna, que no processo de transformação por que passa a Força Terrestre, ele consta como um dos “Vetores de Transformação”.

As categorias “disciplina” e “hierarquia”, as quais já explanamos em outra parte desse trabalho, são pilares de sustentação das nossas FA, as duas vigas mestras a suportar um dos mais importantes aparelhos repressivos e ideológicos de Estado. A importância da hierarquia e da disciplina para as FA é tão grande que foram introduzidas no texto constitucional, no artigo 142 da CF/88. Schirmer (2007), conceituam a “disciplina” como sendo a,

[...] rigorosa e estrita sujeição aos preceitos regulamentares, mesmo àqueles que pareçam insignificantes; é o respeito e a consideração que habitualmente o subordinado tem para com o superior, não só em atos de serviço, mas também fora das paredes dos quartéis⁶⁰ [...] (SCHIRMER, 2007, p. 35).

A disciplina é a rigorosa obediência às leis, aos regulamentos, normas e disposições. Pressupõe a correção de atitudes na vida pessoal e profissional. Exige a pronta obediência às ordens dos superiores e o fiel cumprimento do dever. É um dos fundamentos da dominação racional metódica que caracteriza as instituições políticas e econômicas modernas. Weber (1982) busca as origens históricas da disciplina no Ocidente em duas diferentes ordens institucionais; no exército e no monastério.

Já para Foucault (1984), a rígida disciplina e a organização hierárquica são técnicas de poder que,

[...] implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente. (FOUCAULT, 1984, p. 106).

As NCC e as NDACA conceituam a hierarquia como a “obediência à ordenação da autoridade em diferentes níveis, postos e graduações, inerente às Forças Armadas”. (BRASIL,

2014, p. 29). A hierarquia não é um atributo exclusivamente militar, ela existe no seio da organização social como, “[...] formas de classificação, sistemas de representações, ou qualquer outra área que se pretende mostrar ordenada a partir de escalas de alguma forma cumulativas, praticamente em todas as sociedades, ao menos desde o registro de sua história escrita” (LEIRNER, 1997, p. 47).

A categoria “hierarquia” é traduzida como a ordenação da autoridade em diferentes níveis. É alicerçada no culto da lealdade, da confiança e do respeito entre chefes e subordinados, na compreensão recíproca de seus direitos e deveres e na liderança em todos os níveis. Na vida militar a hierarquia ganha contornos e dimensões exclusivas, presentes só na sociedade militar. Para Leirner (1997), pode-se adiantar que a hierarquia

[...] além de ser um princípio geral, norteia *toda* a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se (LEIRNER, 1997, p. 53).

Interessante aqui destacar a presença da categoria “interdisciplinaridade”, que é uma prática educacional desejável e incentivada nos dias de hoje na educação civil e presente na educação militar. As NCC trazem o conceito de interdisciplinaridade como sendo a,

[...] interação de duas ou mais disciplinas, que pode ir desde o simples compartilhamento de algumas ideias para resolver uma situação-problema, até a incorporação recíproca de metodologias de coleta e organização de dados. A interdisciplinaridade visa superar a fragmentação do ensino, desenvolvendo a formação integral dos discentes. No âmbito do ensino militar já ocorrem áreas profissionais interdisciplinares (BRASIL, 2014c, p. 8).

Para os profissionais das armas uma formação interdisciplinar é muito importante, pois com essa formação pode-se superar a fragmentação do saber e colaborar na construção do caráter e personalidade. Uma formação adequada criará condições para que quando necessário o uso da força, seja ela utilizada na medida certa e que o respeito aos preceitos dos direitos humanos, seja uma linha clara e intransponível, para aquele que comanda e que tem a responsabilidade de mostrar e exigir que seus subordinados cumpram seu dever e ao mesmo tempo também respeitem esses mesmos preceitos.

Interdisciplinaridade é o adjetivo que qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento, é o processo de ligação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade para se realizar implica na existência de um conjunto de disciplinas

interligadas e com inter-relação definida, que seriam melhores apresentadas que de forma isolada, dispersa ou fracionada. Com o crescente desenvolvimento científico-tecnológico, originou-se o nascimento de diversos ramos científicos, ocasionando um fracionamento crescente dos ramos do saber, isolando-os cada vez mais, causando um distanciamento entre disciplinas correlatas.

Para haver a interdisciplinar Mello (2004) destaca algumas qualidades e práticas para que devem existir em sala de aula, o profissionalismo do professor, a competência em sua área de atuação, seu método do saber e o diálogo constante com os colegas são determinantes para uma efetiva prática interdisciplinar. O processo interdisciplinar envolve e exige integração e engajamento de educadores:

[...] num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, objetivando a formação integral do aluno, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global do mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da sociedade atual (LÜCK, 1994, p. 64).

As categorias “autoconfiança” e “honra” são atitudes relacionadas a si mesmo, referente a personalidade do discente. A “autoconfiança” é evidenciada pelo discente no agir com segurança e convicção nas próprias capacidades e habilidades, em diferentes circunstâncias. Está relacionada à atitude de iniciativa. A “honra” surge no agir, no sentido de se fazer respeitar perante a si mesmo e aos outros.

A “disciplina consciente” se insere no campo da moral é a capacidade que permite ao discente agir em conformidade com normas, leis e regulamentos que regem a Instituição, voluntariamente, sem necessidade de coação externa. A disciplina consciente é interativa, marcada por participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, formação do caráter e da cidadania. A disciplina deve formar o aluno como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

As categorias “cooperação” e a “lealdade” estão inseridas nas atitudes relacionadas à convivência social do discente. A cooperação é uma atitude que é evidenciada quando o discente contribui espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe. Já a lealdade aparece no agir, sendo fiel a pessoas e grupos, considerando as necessidades da Instituição, de modo a inspirar confiança.

Já as categorias “dedicação”, a “resiliência”, a “responsabilidade” e a “decisão” são atitudes relacionadas a atividade profissional dos discentes. A “dedicação” é evidenciada

quando ele realiza as atividades necessárias ao cumprimento da missão com empenho e entusiasmo. A “resiliência” é a predisposição a recuperar-se rapidamente após a ocorrência de contratempos, choques, lesões, adversidades e estresse. A “responsabilidade” se traduz no cumprimento adequado das atribuições de seu cargo, função e posto, assumindo e enfrentando as consequências de suas atitudes e decisões. Já a “decisão” aparece na escolha pela alternativa mais adequada, em tempo útil e com convicção, evitando a omissão, a inação ou a ação intempestiva.

A responsabilidade e o poder de decisão são adquiridos com a internalização de valores praticadas diuturnamente pelo EB, através do ensino e outras atividades. Para as NCC a responsabilidade é um atributo que é evidenciado quando o discente cumpre e faz “cumprir adequadamente as atribuições de seu cargo, função e posto, assumindo e enfrentando as consequências de suas atitudes e decisões”, já o poder de decisão é a capacidade de “optar pela alternativa mais adequada, em tempo útil e com convicção, evitando a omissão, a inação ou a ação intempestiva” (BRASIL, 2014, p. 20).

A responsabilidade e o poder de decisão são atributos de grande importância em várias vertentes. Uma delas é que o discente da AMAN como dissemos em outra parte, será o futuro chefe militar responsável pelo emprego da tropa. A outra é que a esse mesmo chefe é delegado atipicamente funções administrativas, também chamadas de atividades meio, ficando responsável por valores e bens da União, devendo geri-los com eficiência e honestidade.

As categorias “espírito de corpo”, a “fé na missão do Exército” e o “patriotismo” são considerados valores. O “espírito de corpo” é o orgulho dos homens de farda por integrar o EB, que é evidenciado na atuação em uma das OM, e no exercício de suas atividades profissionais, por meio de suas competências, junto aos seus superiores, pares e subordinados. Deve ser entendido como um “orgulho coletivo”, uma “vontade coletiva”. O espírito de corpo reflete o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre seus integrantes e se exterioriza por meio de: canções militares, gritos de guerra e lemas evocativos; uso de distintivos e condecorações regulamentares; irretocável apresentação e, em especial, do culto de valores e tradições de sua Organização Militar.

Por seu turno a “fé na missão do Exército” advém da crença inabalável na missão do EB, e das FA, em defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e participar de operações internacionais. Resume-se no sentimento de amar o Exército Brasileiro. O “patriotismo” pode ser entendido como o amor incondicional à Pátria. Esse amor impele o militar a estar pronto a defender sua

soberania, integridade territorial, unidade nacional e paz social. É caracterizado pela vontade inabalável do cumprimento do dever militar, mesmo que isto prescinda o sacrifício da sua própria vida. Esse valor pode ser sintetizado em “Servir à Pátria”.

A categoria “rusticidade” é relacionada as atitudes em relação ao EB, sendo essas atitudes evidencias pelos discentes quando ele se adapta a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência.

Como ficou explicitado, a educação militar insere-se na educação brasileira. A educação no EB é regulada por lei específica, não sofrendo interferência direta dos órgãos de regulação e fiscalização da educação civil, em que pese a educação militar obedecer a LDBEN. As normas para a elaboração dos currículos são desenvolvidas com base na LEEB e seu regulamento.

Após análise do arcabouço jurídico-normativo em torno da educação militar, centramos nossa análise no conteúdo documental das Normas para Construção Curricular e das Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais desenvolvidas pelo EB e dos Perfis Profissiográfico dos cursos de bacharelado em ciências militares da AMAN. Através das categorias selecionadas foi possível mostrar os valores trabalhados pelo EB, a fim de internalizar nos discentes, sejam nos cursos de especialização ou formação, seja dos alunos dos CM ou da AMAN, os preceitos da ética militar e da ideologia da instituição.

O atual Perfil Profissiográfico da AMAN, elaborado com base nas Normas para Construção Curricular e das Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais, foi aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército⁵⁸ através da Portaria nº 152-EME, de 16 de novembro de 2010, é uma síntese do que o EB espera do discente durante a sua formação e na vida nos corpos de tropa nas organizações militares espalhadas pelo Brasil. A referida portaria estabelece que as finalidades dos cursos da AMAN é formar o Aspirante-a-Oficial das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência e Material Bélico, habilitando para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares do EB.

Como se vê para que o discente atinja os objetivos acima, a instituição como dissemos utiliza de suas “ideias-força”, cultuando valores como o patriotismo, o civismo, a fé na missão

⁵⁸ Órgão de Direção Geral é o responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional e das atribuições subsidiárias do Exército e de operações de paz.

do Exército, o amor a profissão, o espírito de corpo e o aprimoramento técnico-profissional. Contribui também para se atingir aqueles objetivos o acatamento integral dos deveres e a ética militar e o aprimoramento das virtudes militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há duas coisas neste mundo santas: — O rir do infante, — o descansar do morto... O berço — é a barca, que encalhou na vida. A cova — é a barca do sidéreo porto..”. Castro Alves

Como retrata a poesia, após dois anos navegando em águas calmas e as vezes tortuosas nos aproximamos do final da jornada, a barca se aproxima de atracar no porto e a jornada de ser concluída. A jornada iniciada em 2014, quando o desafio foi proposto para os anos de 2015 e 2016, tendo como horizonte distante e desafiador para todos nós, independentemente da experiência que cada um carregava naquele momento, a defesa da dissertação no início de 2017. Pois bem, o ano de 2017 chegou e com ele a hora de apresentarmos os resultados da jornada que hora se aproxima do fim. Posso garantir que a jornada foi difícil, porém valeu a pena cada dia dessa batalha e que o viajante que embarcou em 2014 chega agora em 2017, na hora do desembarque com a certeza do cumprimento do dever e com a esperança renovada no poder transformador da educação e reverenciando o filósofo Immanuel Kant, para quem “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.

No desenvolvimento da pesquisa constatamos que as forças armadas latino-americanas sempre sofreram e continuam sofrendo influências da política externa dos EUA. No período da Guerra Fria (1940 a 1989) o mundo foi polarizado pela URSS com seu sistema político e econômico socialista e pelos EUA com sistema político e econômico capitalista. Nesse período por influência da superpotência capitalista, a missão delimitada para a forças armadas latino-americanas era a luta contra o comunismo dentro de suas fronteiras, enquanto os EUA defendiam o hemisfério ocidental contra possíveis agressões externas da URSS e seus aliados.

Superada a Guerra Fria e com o advento de uma nova ordem mundial, onde aqueles inimigos definidos em objetivos anteriores deixaram de existir ou representar perigo houve a necessidade de uma redefinição de objetivos e conceitos. As novas ameaças passaram a ser o terrorismo, o tráfico de drogas, a pobreza extrema, o crescimento populacional desordenado, a desigualdade de renda, a questão ambiental e a proliferação de armas de destruição em massa. Para os países latino-americanos isso implicou dentro das fronteiras nacionais, uma mudança no papel atribuído às forças armadas – para o assim chamado “papel de polícia”.

Com o “papel de polícia” as forças armadas latino-americanas passaram a serem empregadas contra o narcotráfico, o crime organizado, eventualmente controlar a violência, os distúrbios urbanos e no campo externo deveriam juntar-se às forças de paz das Nações Unidas, quando assim solicitadas para alguma intervenção.

Importante evolução também ocorreu na definição moderna dos conceitos de Defesa e Segurança Nacional. Estaremos falando de “Segurança Nacional” quando houver ameaça externa que afete a existência, a independência, a soberania e a integridade territorial do Estado. Isso implica um ataque físico sobre o território, a população e as propriedades do Estado. Já a “Defesa Nacional” refere-se a um conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas.

Estudar o currículo da AMAN e a formação profissional de seus discentes é importante para que seja evidenciado se a formação atual prepara o oficial para atuar no cenário acima, cheio de incertezas e com ameaças diversas. Procuramos compreender os documentos que abrangem a matriz curricular, a gestão escolar e as inovações curriculares documentais para o Estado Democrático de Direito.

Para compreendermos os documentos que abrangem a matriz curricular empregada pela AMAN, na formação do oficial combatente do EB, cuja formação profissional foi objeto desta pesquisa, analisamos um arcabouço jurídico normativo composto por legislação federal e normas internas. O ensino no EB é regulado pela Lei nº 9.786/1999, tendo como princípios e objetivos a integração à educação nacional, a seleção pelo mérito, a profissionalização continuada e progressiva, a avaliação integral, contínua e cumulativa, o pluralismo pedagógico, o aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência, as titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino.

Para a construção da Grade Curricular e do Perfil Profissiográfico dos discentes, a AMAN utiliza como principais as Normas para Construção de Currículos que foram aprovadas pela Portaria nº 127, de 24 de setembro de 2014 e as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais que foram aprovadas pela Portaria nº 143, de 25 de novembro de 2014, ambas do Departamento de Educação e Cultura do Exército.

Fruto das normas acima surge o perfil profissiográfico e o currículo da formação dos discentes, cujos os valores e objetivos é formar o Aspirante-a-Oficial, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado e graduar o bacharel em Ciências Militares, iniciando a formação do chefe militar. E ainda desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares do EB.

Após a análise do conteúdo e do processo de categorização das referidas normas, as categorias selecionadas que mais se repetiram foram: a autoconfiança, a avaliação, a cooperação, a decisão, a disciplina, a dedicação, a hierarquia, a interdisciplinaridade, a responsabilidade e os valores. Esses valores são introjetados na personalidade do militar por meio das práticas rotineiras e eminentemente militares, como os discursos oficiais, as falas dos comandantes e superiores hierárquicos que são assimiladas prontamente, sem questionamentos pelos subordinados e pelo culto as tradições militares, aos vultos e aos símbolos nacionais como, a bandeira e o hino nacional.

A profissão de militar das FA está alicerçada na hierarquia e disciplina e requer de seus integrantes requisitos que vão além da concepção normal daquilo que se entende por uma relação de trabalho entre empregado e empregador. Da conjugação do perfil profissiográfico e da grade curricular a AMAN deve formar um profissional apto para cumprir suas missões, sujeitando a situações peculiares e que caracterizam a essência da profissão. O risco de vida, os preceitos rígidos de hierarquia e disciplina, a dedicação integral e exclusiva, a disponibilidade permanente, o pronto emprego, a mobilidade geográfica, o vigor físico, a proibição de filiação a partidos políticos, a proibição de sindicalização e greves, o vínculo com a profissão e a supressão de direitos sociais (horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, FGTS, entre outros) são características daqueles que voluntariamente optaram pelo serviço em prol da pátria e necessárias à garantia da existência e perpetuação das FA.

A AMAN na elaboração de seu currículo segue um caminho normatizado por leis, decreto e normas internas o que grosso modo concluímos que o currículo obedece aos predicados do estado democrático de direito, ao ser elaborado com obediência ao princípio da legalidade e os preceitos de direitos humanos. Apesar disso apontamos oportunidades de inovações e melhorias que a nosso ver contribuiria para uma melhor formação e maior transparência do processo.

Uma das críticas que fazemos que também pode ser encarada como uma oportunidade de melhoria, diz respeito a falta de uma maior integração com a educação civil, já que a educação no EB ao ser regulada por lei própria ficou fora da fiscalização e controle do Estado, por intermédio do MEC, o que gera desconfiças quanto aos fundamentos históricos e filosóficos empregados pela educação militar na elaboração de seus currículos, dos valores e objetivos empregados na prática pedagógica. Importante lembrar que a Lei nº 9.786/1999 que regulamentou o ensino no EB, também trouxe a regulamentação do ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, prestado por intermédio dos colégios militares.

A sugestão para melhorar a integração com a educação civil é estreitar a convivência entre civis e militares. Essa integração poderia se dar abrindo vagas para a participação de civis em cursos nos estabelecimentos educacionais militares, como acontece no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e no Instituto Militar de Engenharia (IME) onde os alunos cursam a graduação e optam ou não pela carreira militar. Também poderia ocorrer a oferta de vagas em programas de graduação e pós-graduação direcionadas a militares, de forma que esses trariam suas experiências para o seio acadêmico, com isso ocorreria uma importante troca de valores e grande socialização de conhecimentos.

Outra crítica é quanto à característica da sociedade militar de ser fechada e isolada dentro da comunidade nacional, o que não contribui para uma maior interação com a sociedade em geral e passa uma ideia de ser o militar antipático, fechado e se achar melhor que as demais categorias do serviço público ou privado. Para superar essa constatação poderia as FA abrir espaço para maior integração com a sociedade, seja com atividades onde seria mostrado sua finalidade ou franqueando os meios acadêmicos acesso a seu patrimônio histórico e cultural.

Uma medida salutar seria as FA prestarem contas referente a formação, o preparo e o emprego de seus militares ao Congresso Nacional, cujas casas são integradas por representantes eleitos pelo povo. Essa prestação de contas a nosso ver seria uma medida de extrema transparência e ao mesmo tempo colocaria o parlamento ciente das necessidades e os tornariam corresponsáveis perante a nação pelas falhas existentes hoje, tanta na segurança interna, quanto nas vulnerabilidades da defesa externa. As falhas e vulnerabilidades hoje existentes, são responsáveis pelo caos que vivemos hoje na segurança pública das grandes cidades, fruto em grande parte do tráfico de drogas, armas e contrabandos.

Constatou-se também na pesquisa a falta de engajamento e participação da sociedade brasileira na discussão sobre a Segurança e a Defesa Nacional, seja através dos representantes eleitos, da sociedade civil organizada ou também dos meios acadêmicos. O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, sabidamente países produtores de drogas como a cocaína e a maconha, que são traficados para o Brasil, soma-se a isso o tráfico de armas, o contrabando, o descaminho e os crimes ambientais como tráfico de animais exóticos para os grandes centros e até para o exterior.

Essa falta de participação nos assuntos de segurança e defesa nacional poderia ser suprida pela criação de um fórum, que seria composto pelas universidades do estado, pelas forças de segurança e das organizações da sociedade civil organizada, onde cada um traria sua experiência e sugestões para a construção de uma solução equilibrada e que atenda os pleitos e

anseios de todos, o que contribuiria com a segurança e a defesa nacional, gerando a tão sonhada paz social que tanto desejamos. Vislumbra-se um papel de vanguarda que poderia ser ocupado pelo UFMS e pelas FA nesse processo, por ter essas instituições unidades na linha de fronteira o que facilitaria as pesquisas de campo.

A junção de FA, meio acadêmico e sociedade também seria importante para o desenvolvimento de novas tecnologias genuinamente nacionais, o que agrega valor e desenvolve a indústria nacional, como os exemplos citados do avião cargueiro Embraer KC-390 e do veículo blindado Guarani, que são desenvolvidos parcialmente com tecnologias nacionais com potencial de grande geração de *royalties* para o Brasil.

No desenvolvimento da pesquisa ficou evidente a importância histórica das FA para consolidação do Brasil, como nação independente e para a construção da identidade nacional. A origem do ensino militar no Brasil é tão antiga quanto a própria educação civil, remontando ao final do século XVII, em 1698, na cidade do Rio de Janeiro, nas lições mandadas dar aos contestáveis e Artilheiros dessa Praça, sobre uso e manejo da artilharia ordenado pelo Rei em Carta Régia de 22 de outubro de 1699.

Em que pese o passado recente de uma ditadura militar que durou vinte e um anos, que inegavelmente ainda causa constrangimentos, a educação e a formação militar merece mais estudos por parte das universidades, a fim de se conhecer melhor essa educação e saber se a mesma está contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a democracia e o respeito aos direitos humanos, até mesmo como forma de prevenção para que períodos autoritários não se repitam.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

ARAÚJO, Lucineide Martins; MENEZES, Ana Célia Silva. **Currículo, contextualização e complexidade**: espaço de interlocução de diferentes saberes. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). Currículo, contextualização e complexidade: elementos para se pensar a escola no semiárido. Juazeiro: RESAB, 2007, p. 33-47. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-lucin-ana-celia.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

ARAÚJO, Maria Paul; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ATASSIO, Aline Prado. **A Escola de Sargento das Armas**: um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do Exército. 2012. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1421>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_959_a_976.pdf>. Acesso em 01 Mar. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. **Lei do ensino no Exército**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Decreto Federal nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. **Regulamento da lei do ensino no Exército**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3182.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº. 715a, de 6 de dezembro de 2002. **Aprova a política de ensino do Exército Brasileiro.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ceadex.eb.mil.br/legislacao/I/1.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº. 716b, de 6 de dezembro de 2002. **Diretriz estratégica de ensino do Exército Brasileiro.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ceadex.eb.mil.br/legislacao/II/1.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. **Conceitua ciências militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.deceex.ensino.eb.br/port_/port_2010/port734_deceex_de_19_ago_2010.pdf>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº 127c, de 24 de setembro de 2014. **Aprova as normas para a construção de currículos - 2ª Edição.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.deceex.ensino.eb.br/port_/leg_ensino/4_revisao_curricular/sepbe41_14_port_n127_deceex_ncc.pdf>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº 1.357d, de 6 de novembro de 2014. **Aprova o regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras.** Brasília, DF. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=228&act=sep>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Portaria nº 143e, de 19 de dezembro de 2014. **Aprova as normas para desenvolvimento e avaliação dos conteúdos atitudinais - 1ª Edição.** Brasília, DF. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=230&act=sep>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Positivismo e o Exército Brasileiro.** In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0315.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

BUSSOLA, Carlo. **Filosofia para o curso básico universitário.** Vitória: Fundação Carlo Bussola, 2002.

BRAGA, Gustavo Lisboa. **Da Casa do Trem à AMAN.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BRUSTOLIN, Vitélio Marcos. **Dimensões e aplicações do orçamento de defesa do Brasil.** mural internacional, V. 5, n. 1, jan-jun2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/7574>>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

CASTRO, Castro. **O espírito militar.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **Grupo de trabalho golpe civil militar de 1964**. Brasília, 2013. fev. 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Golpe_64_250313.pdf>. Acessado em: 21 Jun. 2014.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18 ed. Campinas: Papyrus, 2012.

_____. (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

_____. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. Campinas: Papiro, 16ª ed. 2009.

_____. (Org.) **Dicionário em construção**. interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1990-2000)**. 2003. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93294>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **Forças armadas e educação: o Colégio Militar de Campo Grande – MS (1993-2010)**. 2011. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7280>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Microfísica do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília. Plano, 2003.

GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar: de 1815 até nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

HORTA, José Silvério Bahia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil 1930-1945**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KNEIPP, Nadir Gonçalves de Lima. **Concepções de professores sobre avaliação em uma escola militar**: limites e possibilidades em ensino por competências. Dissertação de Mestrado em Educação - Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2016. Disponível em: <http://epesm.aman.ensino.eb.br:8080/arquivos/artigos_cientificos/EsPCEEx/ENSINO_POR_COMPETENCIAS_E_AVALIACAO_CLASSIFICATORIA_HIDRIDO_VIAVEL.pdf>.

Acesso em: 01 Mar. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (Orgs.). **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDWIG, Antônio Carlos Wil. **A democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro**: histórico, quadro atual e reforma. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/OFFJHEQAOKPW.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Nova Fronteira. São Paulo, 2012.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904 1929)**. 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2620>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

MELLO, Lucrécia Stringhetta. **Pesquisa interdisciplinar**: um processo em constru(a)ção. UFMS. Campo Grande, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete temas transversais. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo; SILVA, Eliane Paganini da; SILVA, Luana Cristine Franzini da. **A educação moral**: de Durkheim à Piaget. Luminária, v. 16, n. 02, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/luminaria/article/view/332/278>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

NASCIMENTO, JULIANO FARIAS. **Ensino Militar no Brasil**: Um Estudo Sobre o Estado da Arte do Ensino Militar em Nível Superior. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://tede.utp.br:8080/jspui/bitstream/tede/582/1/ENSINO%20MILITAR%20NO%20BRA_SIL.pdf>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação militar**: uma leitura da educação no sistema dos colégios militares do Brasil (SCMB). Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. UFMS. Campo Grande, 2014. Disponível em: <<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/1589/cursoId:60>>.

Acesso em: 01 Mar. 2017.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação militar no Brasil: um breve histórico**. Revista Brasileira de História Militar, v. 4, p. 1-17, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/download/1052/1124>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. 2004. 269 f. Tese de Doutorado em Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2309>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de Doutorado em História. UERJ. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=138798&co_midia=2>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

ROMANAWASKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte” em Educação**. Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, Set/Dez. 2006. Revista do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da PUCPR. PUCPR. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

SACRISTÁN, Jose Cimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol.19, n.54, pp.115-128. ISSN 1806-9053. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000100007>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

SILVA, João Carlos da. **O Amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870- 1930)**. 2008. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436734&go=x&code=x&unit=x>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese de Doutorado da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7622/000549806.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu. **A herança sociológica**. Educação & Sociedade, n. 78, 77-87, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **Realengo e a Escola Militar: Um Estudo Sobre a Memória e Patrimônio Urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPPHPBC/Cpdoc/FGV, 2009. Disponível em: 01 Mar. 2017.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1982.

WORTMEYER, Daniela Schmitz. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional**: um estudo da formação de oficiais do Exército. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp053973.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

ANEXOS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

OFICIO nº 031/2016/PPGEDU/CCHS/UFMS

Campo Grande, MS, 23 de junho de 2016

Do: Programa de Pós-Graduação em Educação
Prof.^a Dr.^a Jacira Helena do Valle Pereira Assis

Para: Exmo. Sr. Gen Bda ANDRÉ LUIS NOVAES MIRANDA
Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Assunto: Solicitação (faz)

1. Informamos que **PAULO SÉRGIO XAVIER** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para elaboração de sua dissertação, ele desenvolve uma Pesquisa intitulada: **O CURRÍCULO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lucrécia Stringheta Mello.

2. Para dar continuidade a sua pesquisa, uma das técnicas de coleta de informação é a realização de uma pesquisa documental. A partir deste procedimento, pretende-se analisar a construção do currículo da formação na Academia Militar das Agulhas Negras.

3. Diante do exposto, solicito a essa Academia a possibilidade de fornecer ao acadêmico deste programa os seguintes documentos:

- a. O currículo da Academia Militar das Agulhas Negras, do 1º ao 4º ano.
- b. A Ementa do Curso de Graduação em Ciências Militares.
- c. O fornecimento do material didático das disciplinas eminentemente militares.
- d. A legislação que serve de referência para a elaboração do currículo do Curso de Ciências Militares.
- e. Qualquer outro documento ou informação julgada relevante para a pesquisa.

4. O material poderá ser encaminhado através dos Correios para o endereço: Rua Amélia Gelelaite Mônaco, 158, Residencial Sírío Libanês II – CEP 79.115-357, Campo Grande - MS ou pelo e-mail: sgtxavier1993@yahoo.com.br. O acadêmico se compromete a arcar com os custos de eventual envio através do Serviço de Correios.

(OFICIO nº 031/2016/PPGEDU/CCHS/UFMS, de 23 de junho de 2016.....Fl 1/2)

5. É importante salientar que a utilização dos dados se dará apenas dentro dos objetivos desse projeto de pesquisa, não sendo destinados a outros fins e o pesquisador se compromete, ainda, em socializar a devolutiva dos resultados da investigação às instituições.

Sem mais, despedimo-nos à disposição para quaisquer informações pelo telefone/fax (67) 3345-7616.

Atenciosamente,



Prof^a. Dr^a. Jacira Helena do Valle Pereira Assis
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Educação – PPGEDU/CCHS/UFMS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
(Academia Real Militar/1811)
Rodovia Presidente Dutra, KM 306 - RESENDE (RJ) - CEP 27534-970
FONE (24) 3388-4500 - E-mail: rp@aman.ensino.eb.br

Ofício nº 2-SCP/DE/AMAN
EB: 64000.254718/2016-26
URGENTÍSSIMO

Resende, RJ, 27 de outubro de 2016.

À Sr^a

Prof^a. Dr^a. Jacira Helena do Valle Pereira Assis

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGedu/CCHS/UFMS
Rua Amélia Gelelaite Mônaco, 158 - Residencial Sírio Libanês II
79115-357 Campo Grande – MS

Assunto: **currículo da Academia Militar das Agulhas Negras.**

Senhora Professora,

Em atenção ao Ofício Nº 031/2016/PPGEDU/CCHS/UFMS, informo a V. Sa. que os documentos infrarrelacionados foram remetidos para email (sgtxavier1993@yahoo.com.br) constante do referido ofício:

- a. Grade Curricular dos cursos;
- b. Quadro de Distribuição de Tempo (abrangendo o Quadro de Atividades Escolares (semanais) e o quadro de atividades extracurriculares);
- c. Calendário Anual; e
- d. Perfil profissiográfico.

Atenciosamente,


CLAUDIO APARECIDO SACOMANI - Coronel
Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras

"150 ANOS DE TUIUTI E ILHA DA REDENÇÃO - HOMENAGEM AOS HERÓIS DA DEFESA DO BRASIL"

GRADE CURRICULAR DA AMAN

ANO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINA	H/a
AMAN (Curso Básico)	Cibernética II	60
	Economia I	45
	Estatística	45
	Filosofia	60
	Língua Espanhola II	45
	Língua Inglesa II	75
	Língua Portuguesa II	75
	Química Aplicada II	60
	Formação Técnico-Profissional	678
	Complementação do Ensino	188
	Medidas Administrativas	168
	Total	1499
AMAN (2º Ano)	História Militar do Brasil	60
	História Militar Geral	60
	Introdução ao Estudo de Direito	60
	Língua Espanhola III	45
	Língua Inglesa III	75
	Psicologia	105
	Formação Técnico-Profissional	837
	Complementação do Ensino	184
	Medidas Administrativas	118
	Total	1544
AMAN (3º Ano)	Sociologia	60
	Direito Penal e Processual Penal Militar	60
	Ética Profissional Militar	60
	Iniciação à Pesquisa Científica	45
	Língua Espanhola IV	45
	Língua Inglesa IV	75
	Metodologia do Ensino Superior	60
	Relações Internacionais	45
	Formação Técnico-Profissional	863
	Complementação do Ensino	206
	Medidas Administrativas	114
	Total	1633
AMAN (4º Ano)	Administração	60
	Direito Administrativo	60
	Economia II	30
	Geopolítica	45
	Língua Espanhola V	45
	Língua Inglesa V	45
	Formação Técnico-Profissional	912
	Complementação do Ensino	218
	Medidas Administrativas	142
	Total	1557
TEMPO TOTAL DE FORMAÇÃO NA AMAN		6233

AMAN - DE ANEXO "A" (CALENDÁRIO GERAL) AO PGE 2016

PERÍODO	1º SEMESTRE												2º SEMESTRE												FERIAS ESCOLARES																
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ																	
1º ano	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	D	E
2º ano	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	D	E
3º ano	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	D	E
4º ano	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	D	E

Adaptação

FERIAS ESCOLARES

CBAS PODT

COB B

ELETIVAS

LEGENDA

	Apresentação Al EspPCEX/4º ano		Feriado Nacional e/ou Militar		SIEsp		Semana Verde
	Apresentação Cad 2º e 3º Ano		Conferência ou Palestra		Páscoa Acadêmica		ELD - Manobra Escolar
	Escolha de A/Q/Sv do 2º ano		Férias Escolares		Treinamento Espadim / Espada		EDL - BCSv
	Aula Inaugural		Olimpiada Acadêmica / NAVAMAER		Espadim		Recuperação da Aprendizagem
	Passagem no Portão		Concurso de Ordem Unida		EPCT		Término de Ano Letivo
	Expediente somente à tarde		Aniversário da AMAN		Aspirantado		Festa Junina
	Licenciamento / Dias s/ expediente		Expediente somente pela manhã		Dias à Dspo Cmndo AMAN/CC		Início do Ano Letivo
	20, 21 e 22 de Maio - Copa AMAN de Pólo 30 Set, 1º e 2 Out - Copa AMAN de Saltos 10 a 14 Out - Prova "Melhor Cavaleiro"		Dia do C. Adm/AMAN		Tempo Disponível para Palestra/Conferência (SFC)		

Smn 20: Previsão da Semana Internacional de Cadetes

Smn 30: Previsão do Festival Sulamericano de Cadetes

C4 Conferência ou Palestra 4º ano

DATAS FESTIVAS

	8 FEV - Dia do Magistério Militar
	13 FEV - Dia do SAREX
	27 MAI - Dia do Serviço da Saúde
	29 MAI - Peacekeepers Day
	17 JUN - Dia da Veterinária
	3 AGO - Dia do OEM
	2 OUT - Dia do OCO
	15 OUT - Dia do Professor
	28 OUT - Dia do Servidor Público
	24 NOV - Dia do OAO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
(Insp G Ens Ex/1937)

Pag nº 1

Quartel no Rio de Janeiro, RJ, 05 de maio de 2016
(quinta-feira)

Aditamento ADAE Nº 003/2016 ao Boletim DECEX Nr 32

Para conhecimento deste Departamento e devida execução, publico o seguinte:

1ª PARTE - SERVIÇOS DIÁRIOS

1. SERVIÇOS EXTERNOS

Sem alteração

2. SERVIÇOS INTERNOS

Sem alteração

2ª PARTE - INSTRUÇÃO

Sem alteração.

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

Diversos

Perfis profissiográficos

APROVO, de acordo com os artigos 35 e 36 do R-126, com o número 4) da letra c. do item 5 da Portaria nº 135-EME, de 08 de novembro de 2005, e com as Normas para a Construção de Currículos – 2ª Edição (NCC-EB60-N-06.003), os perfis profissiográficos dos cursos da ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS da DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR.

**PERFIL PROFISSIOGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DA AMAN**
(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial da arma de Infantaria, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

1) Atuar como:

- a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
- b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
- c) Oficial de Informática;
- d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
- f) Oficial de Combate a Incêndio;
- g) Oficial de Tiro;
- h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
- i) Instrutor de Corpo de Tropa.

2) Conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais (operações regulares);
- b) Operações não convencionais (operações irregulares);
- c) Operações de manutenção da paz;
- d) Ações subsidiárias; e
- e) Operações de segurança integrada.

3) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

1) Planejar e conduzir o emprego tático da fração.

2) Conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais na ofensiva;
- b) Operações convencionais na defensiva;
- c) Operações convencionais com características especiais;
- d) Operações convencionais com características especiais de ambiente;
- e) Operações não convencionais;
- f) Operações de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais;
- g) Ações subsidiárias; e
- h) Operações de segurança integrada.

3) Realizar atividades de natureza jurídico e/ou penal.

4) Realizar atividades de natureza administrativa.

3. EIXOS TRANSVERSAIS**a. Atitudes**

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrção.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 04

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE INFANTARIA DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura e Equipamento.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos.
		Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr Auto.
		Supervisionar as atividades da oficina de manutenção.
		Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
	Atuar como Oficial de Comunicações e Eletrônica.	Empregar o material de comunicações.
		Aplicar a segurança das comunicações.
		Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt.
		Planejar o emprego das comunicações da U.
	Atuar como Oficial de Informática.	Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
		Aplicar a segurança da informação.
		Orientar as atividades ligadas à gerência de redes.
	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Controlar os recursos de informática.
		Assessorar o Cmdo na gestão da informação.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear (DQBN).	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
		Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DOBN.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
		Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos.
		Coordenar a difusão de normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos.
Supervisionar a Mnt 1º Esc de armamento da U.		
Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro.		
Organizar e supervisionar a escrituração da documentação pertinente.		
Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento.		
Propor medidas de segurança pertinentes.		

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 05

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Tiro.	Planejar e conduzir a linha de tiro.
		Planejar e executar a recuperação do tiro.
		Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.
	Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Elaborar o programa anual de TFM da U.
		Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares.
		Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico.
		Planejar e dirigir as competições desportivas.
		Planejar, organizar e supervisionar atividades
	Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Elaborar plano de sessão de instrução.
		Ministrar instrução.
		Avaliar a aprendizagem dos instruídos.
		Conduzir a instrução individual.
		Participar da instrução de adestramento.

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Utilizar normas de comando.
		Utilizar o terreno nas operações.
		Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.
	Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.	Operar a VBTP M113 B.
		Operar o material de comunicações.
		Operar o Mrt P 120 mm.
		Operar o Mrt Me 81 mm.
		Operar o Mrt L 60 mm.
		Operar o CSR 84 mm.
		Operar a Mtr P .50.
		Operar a Mtr L 7,62 mm.
		Operar o Fuzil 7,62 mm.
		Operar a Pst 9 mm.
	Operar o Míssil AC.	
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais na ofensiva.	Comandar a fração na marcha para o combate.
		Comandar a fração no ataque.
		Comandar a fração no aproveitamento do êxito.
		Comandar a fração no reconhecimento em força.
		Comandar a fração na perseguição.
		Comandar a fração no ataque noturno ou sob condições de visibilidade limitada.
		Comandar a fração no ataque com transposição de curso d'água.
	Comandar a fração no ataque à localidade.	
	Comandar a fração integrada a uma força	
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais na defensiva.	Comandar a fração na defesa em posição.
		Comandar a fração nos movimentos retrógrados.
		Comandar a fração na defesa em ponto forte.
		Comandar a fração na defesa de localidade.
Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais.	Comandar a fração integrada a uma força	
	Comandar a fração nas operações aeromóveis.	
	Comandar a fração nas operações de substituição.	
	Comandar a fração nas operações de junção.	
	Comandar a fração em operações conjuntas.	

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 06

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais.	Comandar a fração nas operações aeromóveis.
		Comandar a fração nas operações de substituição.
		Comandar a fração nas operações de junção.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais de ambiente.	Comandar a fração em operações conjuntas.
		Comandar a fração nas operações ribeirinhas.
		Comandar a fração nas operações em ambiente de caatinga.
Comandar frações em situação de não guerra.	Conduzir o emprego da fração em operações não convencionais.	Comandar a fração nas operações em ambiente de montanha.
		Comandar em operações contra forças irregulares.
	Conduzir o emprego da fração em operações de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais.	Comandar fração em operações de resistência.
		Comandar fração em operações sob a égide de organismos internacionais.
	Conduzir o emprego da fração em ações subsidiárias.	Atuar em cooperação com o desenvolvimento nacional (campanhas institucionais, ACISO, programas governamentais e outras).
		Atuar em cooperação com a defesa civil (desastres, apoio às ações de contingência do Sistema de Proteção Nuclear-SIPRON, apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais-PREVFOGO e outros).
		Participar de campanhas institucionais de utilidade pública ou interesse social (apoio ao combate a delitos ambientais, apoio ao IBAMA e apoio aos órgãos do governo na faixa de fronteira).
	Conduzir o emprego da fração em operações de segurança integrada.	Realizar atividades no contexto do antiterrorismo.
		Comandar a fração em operações de garantia da lei e da ordem.
		Comandar a fração em operações de garantia dos poderes constituídos.
Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Comandar a fração em operações na faixa de fronteira (ações preventivas contra delitos transfronteiriços e ambientais: patrulhamento, revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, prisões em flagrante delito).
		Comandar a fração em operações interagências.
	Realizar atividades de natureza administrativa.	Realizar atividades normativas e consultivas.
		Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou disciplinares.
		Realizar atividades de inteligência jurídica.
		Realizar atividades de gestão ambiental.
		Realizar atividades de administração financeira.
		Realizar atividades de administração patrimonial.
Realizar atividades de administração de pessoal.		
Realizar pesquisas na área de ciências militares.		

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 07

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE CAVALARIA DA AMAN**

(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

- 1) Atuar como:
 - a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
 - b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
 - c) Oficial de Informática;
 - d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
 - e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
 - f) Oficial de Combate a Incêndio;
 - g) Oficial de Tiro;
 - h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
 - i) Instrutor de Corpo de Tropa.
- 2) Conduzir o emprego da fração em:
 - a) Operações convencionais (operações regulares);
 - b) Operações não convencionais (operações irregulares);
 - c) Operações de manutenção da paz;
 - d) Ações subsidiárias; e
 - e) Operações de segurança integrada.
- 3) Planejar e conduzir o emprego tático da fração.
- 4) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

- 1) Planejar e conduzir o emprego tático da fração em:
 - a) Operações convencionais ofensivas;
 - b) Operações convencionais defensivas;
 - c) Operações convencionais de reconhecimento;
 - d) Operações convencionais de segurança;
 - e) Operações convencionais com características especiais; e
- 2) Realizar atividades de natureza:
 - a) jurídico e/ou penal; e
 - b) Administrativa.

3. EIXOS TRANSVERSAIS**a. Atitudes**

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrição.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 09

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE CAVALARIA DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura e Equipamento.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos.
		Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr e equipamento.
		Supervisionar as atividades da oficina de
	Atuar como Oficial de Comunicações e Eletrônica.	Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
		Empregar o material de comunicações.
		Zelar pela segurança das comunicações.
		Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt.
		Planejar o emprego das comunicações da U.
		Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
Atuar como Oficial de Informática.	Zelar pela segurança da informação.	
	Orientar as atividades ligadas à gerência de redes.	
	Controlar os recursos de informática.	
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN.
		Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos.
		Coordenar a difusão de normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos.
		Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U.
		Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro.
		Organizar a documentação pertinente.
		Supervisionar a escrituração da documentação
		Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de
	Propor medidas de segurança pertinentes.	
	Atuar como Oficial de Tiro.	Conduzir o tiro.
		Planejar e executar a recuperação do tiro.
		Comandar a linha de tiro.
		Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Elaborar o programa anual de TFM da U.
		Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física. dos militares
		Avaliar o TFM dos militares não suficientes, em conjunto com o médico.
		Elaborar o relatório de avaliação do desempenho
		Planejar e dirigir as competições desportivas.
	Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Planejar, organizar e supervisionar atividades
		Elaborar plano de sessão de instrução.
		Ministrar instrução.
		Avaliar a aprendizagem dos instruídos.
		Conduzir a instrução individual.
Participar da instrução de adestramento.		

b. Parte Específica.		
Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Utilizar normas de comando.
		Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais ofensivas.	Utilizar o terreno nas operações militares.
		Comandar na marcha para o combate.
		Comandar no reconhecimento em força.
		Comandar no ataque.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais defensivas.	Comandar no aproveitamento do êxito.
		Comandar em Operação de Perseguição.
		Comandar nos movimentos retrógrados (retraimento, retirada e ação retardadora).
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de reconhecimento.	Comandar na defesa em posição.
Comandar a defesa com técnicas especiais.		
Comandar no reconhecimento de eixo.		
Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de	Comandar no reconhecimento de zona.	
	Comandar no reconhecimento de área.	
	Comandar na vanguarda.	
Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais.	Comandar na flancoguarda.
		Comandar na retaguarda.
		Comandar na segurança de área de retaguarda
		Comandar em operações de transposição de curso
		Comandar em operações de ultrapassagem.
		Comandar em operações de junção.
		Comandar em operações de substituição.
		Comandar em operações de combate em localidades.
		Comandar em operações aeromóveis.
		Comandar em operações anfíbias e ribeirinhas.
Comandar em operações contra forças irregulares.		

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE ARTILHARIA DA AMAN**
(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

1) Atuar como:

- a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
- b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
- c) Oficial de Informática;
- d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
- f) Oficial de Combate a Incêndio;
- g) Oficial de Tiro;
- h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
- i) Instrutor de Corpo de Tropa.

2) Conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais (operações regulares);
- b) Operações não convencionais (operações irregulares);
- c) Operações de manutenção da paz;
- d) Ações subsidiárias; e
- e) Operações de segurança integrada.

3) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

1) Planejar e conduzir o emprego tático de:

- a) Uma Bateria de Comando em operações convencionais;
- b) Uma Bateria de Obuses em operações convencionais;
- c) Uma Seção de Operações em operações convencionais;
- d) Uma Seção de Reconhecimento e Inteligência em operações convencionais;
- e) Uma Seção de Comunicações em operações convencionais;
- f) Uma Seção de Logística em operações convencionais;
- g) Uma Bateria de Tiro em operações convencionais;
- h) Uma Seção de Reconhecimento, Comunicações e Observação em operações convencionais;

- i) Da fração em operações não convencionais;
- j) Da fração em operações de manutenção da paz;
- k) Da fração em ações subsidiárias; e
- l) Da fração em operações de segurança integrada.

2) Realizar atividades de natureza:

- a) Jurídico e/ou penal; e
- b) Administrativa.

3. EIXOS TRANSVERSAIS

a. Atitudes

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrição.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 013

- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE ARTILHARIA DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de Oficial Subalterno nas OM de Corpo de Tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura Auto.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos.
		Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr Auto.
		Supervisionar as atividades da oficina de manutenção.
		Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
	Atuar como Oficial de Comunicações e Eletrônica.	Empregar o material de comunicações.
		Zelar pela segurança das comunicações.
		Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt.
		Planejar o emprego das comunicações da U.
	Atuar como Oficial de Informática.	Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
		Zelar pela segurança da informação.
		Orientar as atividades ligadas à gerência de redes.
		Controlar os recursos de informática.
		Assessorar o Cmdo na gestão da informação.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 014

Realizar atividades inerentes à função de Oficial Subalterno nas OM de Corpo de Tropa.	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN.
		Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Aplicar as normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos.
		Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U.
		Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro.
		Organizar a documentação pertinente.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Supervisionar a escrituração da documentação pertinente.
		Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento.
	Atuar como Oficial de Tiro.	Propor medidas de segurança pertinentes.
		Conduzir o tiro.
		Planejar e executar a recuperação do tiro.
Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Comandar a linha de tiro.	
	Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.	
	Elaborar o programa anual de TFM da U.	
	Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares.	
	Avaliar o TFM dos militares não suficientes, em conjunto com o médico.	
	Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico.	
Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Planejar e dirigir as competições desportivas.	
	Planejar, organizar e supervisionar atividades desportivas.	
	Elaborar plano de sessão de instrução.	
	Ministrar instrução.	
	Avaliar a aprendizagem dos instruídos.	
	Conduzir a instrução individual.	
	Participar da instrução de adestramento.	

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Utilizar normas de comando.
		Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.
	Conduzir o emprego de uma Bateria de Comando em operações convencionais.	Utilizar o terreno nas operações militares.
		Comandar um REOP PC e AT.
		Planejar e coordenar o estabelecimento das comunicações de um GAC.
	Conduzir o emprego de uma Bateria de Obuses em operações convencionais.	Coordenar o emprego da BC nas operações convencionais.
Comandar um REOP Bia O.		
Comandar uma BO no cumprimento de missão de tiro.		
	Coordenar o emprego da Bia O nas operações convencionais.	

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 015

Comandar frações em situação de guerra integrado às funções de combate.	Atuar como oficial de ligação em operações convencionais.	Coordenar o apoio de fogo no nível U. Aconselhar o comandante da força nos assuntos relativos ao apoio de Artilharia. Supervisionar as atividades dos observadores avançados (OA).	
	Comando de uma Seção de Operações Convencionais.	Supervisionar e organizar o trabalho da C Tir GAC. Assessorar o S/3 no comando e direção do tiro do GAC. Planejar a marcha motorizada do GAC.	
	Conduzir o emprego de uma Seção de Reconhecimento e Inteligência em operações convencionais.	Assessorar o S2 quanto aos aspectos ligados à topografia. Preparar e executar o Plano de Levantamento Topográfico. Realizar o reconhecimento de itinerário, áreas de posições e PO.	
	Conduzir o emprego de uma Seção de Comunicações em operações convencionais.	Planejar o sistema de comunicações do GAC. Fiscalizar a instalação e a exploração das comunicações do GAC. Fiscalizar a manutenção do material de comunicações do GAC.	
	Conduzir o emprego de uma Seção de Logística em operações convencionais.	Planejar e executar o funcionamento da AT/GAC. Coordenar e controlar o transporte motorizado do GAC. Coordenar e controlar o funcionamento das atividades ligadas à manutenção do GAC. Assessorar o S/4 quanto aos aspectos ligados à logística.	
	Conduzir o emprego de uma Bateria de Tiro em operações convencionais.	Comandar a linha de fogo (LF) no REOP. Comandar a LF no cumprimento de missão de tiro. Operar a C Tir Bia.	
	Conduzir o emprego de uma Seção de Reconhecimento, Comunicações e Observação em operações convencionais.	Realizar o reconhecimento e execução de trabalhos topográficos e de observação. Realizar a instalação e ocupação do PO. Coordenar as comunicações no âmbito do Bia O.	
	Atuar como Observador Avançado em operações convencionais.	Realizar o pedido, condução e correção de tiro junto à tropa apoiada. Atuar como Adj-Aux CLF. Atuar como oficial de remuniamento da BO. Atuar como oficial de manutenção da BO.	
	Conduzir o emprego da fração em operações não convencionais.	Atuar em operações de resistência. Integrar força expedicionária.	
	Comandar frações em situação de não guerra.	Conduzir o emprego da fração em operações de manutenção da paz.	Realizar operações militares sob a égide de organismos internacionais.
		Conduzir o emprego da fração em ações subsidiárias.	Atuar em cooperação com o desenvolvimento nacional (campanhas institucionais, ACISO, programas governamentais, obras de engenharia e outros). Atuar em cooperação com a defesa civil (socorro às populações atingidas por desastre, apoio às ações de contingência do Sistema de Proteção Nuclear-SIPRON, apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais-PREVFOGO e outros).

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 016

Comandar frações em situação de não guerra.	Conduzir o emprego da fração em ações subsidiárias.	Participar de campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social: apoio ao IBAMA; apoio a órgãos do governo na faixa de fronteira; apoio ao combate a delitos ambientais (logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução).
	Conduzir o emprego da fração em operações de segurança integrada.	Realizar atividades no contexto do antiterrorismo. Atuar em operações de garantia dos poderes constituídos. Atuar em operações de garantia da lei e da ordem. Atuar em operações na faixa de fronteira (ações preventivas contra delitos transfronteiriços e ambientais: patrulhamento; revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves; prisões em flagrante delito). Atuar em operações interagências
Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Realizar atividades normativas e consultivas. Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou disciplinares. Realizar atividades de inteligência jurídica.
	Realizar atividades de natureza administrativa.	Realizar atividades de gestão ambiental. Realizar atividades de administração financeira. Realizar atividades de administração patrimonial. Realizar atividades de administração pessoal. Realizar pesquisas na área de ciências militares.

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE ENGENHARIA DA AMAN**

(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

1) Atuar como:

- a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
- b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
- c) Oficial de Informática;
- d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
- f) Oficial de Combate a Incêndio;
- g) Oficial de Tiro;

- h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
- i) Instrutor de Corpo de Tropa.

2) Conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais (operações regulares);
- b) Operações não convencionais (operações irregulares);
- c) Operações de manutenção da paz;
- d) Ações subsidiárias; e
- e) Operações de segurança integrada.

3) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

1) Planejar e conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais ofensivas;
- b) Operações convencionais defensivas;
- c) Operações convencionais sob condições especiais de ambiente;
- d) Operações convencionais com características especiais;
- e) Operações convencionais de reconhecimento de engenharia;
- f) Operações convencionais de Manutenção da Rede Mínima de Estradas;
- g) Operações convencionais de Técnicas de Navegação e de Transposição de Curso D'água;
- h) Operações convencionais de trabalho de organização do terreno;
- i) Operações convencionais de trabalho de instalações em campanha;
- j) Na construção de pontes;
- k) Operações de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais;

2) Cooperação com o desenvolvimento nacional;

- a) Cooperação com a defesa civil;
- b) Apoio a campanhas institucionais de utilidade pública ou interesse social;
- c) Operações de prevenção e combate ao terrorismo;
- d) Operações de garantia dos poderes constituídos;
- e) Operações de garantia da lei e da ordem;
- f) Operações na faixa de fronteira; e
- g) Operações interagências.

3) Gerenciar o emprego e a manutenção do material de Engenharia.

4) Planejar e conduzir o emprego tático da fração.

5) Prestar assistência técnica às funções de combate.

6) Realizar atividades de natureza:

- a) jurídico e/ou penal;
- b) administrativa; e
- c) tratamento d'água em campanha.

3. EIXOS TRANSVERSAIS**a. Atitudes**

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discricção.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE ENGENHARIA DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura e Equipamento.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos. Gerenciar a Mnt de 2º escalão das Vtr e Eqp. Supervisionar as atividades da oficina de manutenção. Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
	Atuar como Oficial de Comunicações e Eletrônica.	Empregar o material de comunicações. Zelar pela segurança das comunicações. Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt. Planejar o emprego das comunicações da U. Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Informática.	Zelar pela segurança da informação. Orientar as atividades ligadas à gerência de redes. Controlar os recursos de informática. Assessorar o Cmdo na gestão da informação.
	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN. Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
	Atuar como oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos. Aplicar as normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos. Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro. Organizar a documentação pertinente. Supervisionar a escrituração da documentação pertinente.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 020

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento. Propor medidas de segurança pertinentes.	
	Atuar como Oficial de Tiro.	Conduzir o tiro. Planejar e executar a recuperação do tiro. Comandar a linha de tiro. Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.	
		Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Elaborar o programa anual de TFM da U. Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares. Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico. Planejar e dirigir as competições desportivas. Planejar, organizar e supervisionar atividades desportivas.
			Comandar frações em situação de guerra.

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração de Engenharia. Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.	
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais ofensivas.	Comandar na marcha para o combate. Comandar no reconhecimento em força. Comandar no ataque coordenado. Comandar no aproveitamento do êxito e na perseguição. Comandar em operação de transposição de curso d'água. Comandar em operação de abertura de passagem.	
		Conduzir o emprego da fração em operações convencionais defensivas.	Comandar no movimento retrógrado. Comandar na defesa de área. Comandar na defesa móvel.
			Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais.	Comandar em operações aeromóveis. Comandar em operações de ataque a posições fortificadas. Comandar em operações de combate em localidades. Comandar em operações anfíbias e ribeirinhas. Comandar em operações contra forças irregulares.	
		Conduzir o emprego da fração em operações convencionais com características especiais.	

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de reconhecimento de Engenharia.	Planejar, coordenar e executar operações de reconhecimentos especializados de engenharia para obtenção e transmissão de informes do terreno. Identificar e interpretar dados especializados relevantes de engenharia, durante as operações de reconhecimento. Manipular instrumentos de tecnologia da informação inerentes a sistemas de informações geográficas, no sentido de inserir dados e a realizar procedimentos técnicos que permitam facilitar a análise, gestão ou representação do terreno e dos fenômenos que nele ocorrem. Analisar o terreno integrando as informações obtidas nos reconhecimentos com outros elementos relevantes à tomada de decisão e ao desenvolvimento de ações. Obter e processar dados, segundo o Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas e Inimigo (PITCI).
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de manutenção da rede mínima de estradas.	Planejar, coordenar e executar, com assessoramento técnico especializado, a realização de trabalhos de conservação, reparação, melhoramento, construção e operação de estradas rodoviárias e ferroviárias em campanha.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de técnicas de navegação e de transposição de curso d'água.	Comandar a fração no emprego de materiais e técnicas de navegação. Comandar a fração na montagem, operação, manutenção e proteção dos diversos meios de transposição de curso d'água. Planejar, coordenar e executar apoio de navegação e de transposição de curso d'água aos elementos das diversas funções de combate.
	Conduzir o emprego da fração em Op convencionais de trabalhos de OT.	Planejar, coordenar e executar trabalho de organização do terreno em apoio às diversas operações e situações de combate.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de trabalhos de organização do terreno.	Dimensionar corretamente o tempo de execução, bem como a quantidade de material e pessoal necessários à execução dos diversos tipos de trabalhos de organização do terreno. Interpretar, mediante análise, um plano de barreiras, retirando informações que serão úteis nos trabalhos de organização do terreno realizados pela fração.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais de trabalho de instalações em campanha.	Planejar, coordenar e executar, com assessoramento técnico especializado, a realização de trabalhos de conservação, reparação, restauração, ampliação, melhoramento, construção de instalações em campanha.
	Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Prestar assistência técnica às funções de combate. Gerenciar o emprego e a manutenção do material de engenharia. Realizar tratamento d'água em campanha.

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração na construção de pontes.	Planejar, coordenar e executar a construção, manutenção e reparação de pontes em campanha.
	Integrar força expedicionária.	Comandar fração integrada a força expedicionária.
	Conduzir o emprego da fração em operações de resistência.	Comandar fração em operações de resistência.
Comandar frações em situação de não guerra.	Conduzir o emprego da fração em operações de manutenção da paz, sob a égide de organismos internacionais.	Comandar fração em operações sob a égide de organismos internacionais.
	Conduzir o emprego da fração em cooperação com o desenvolvimento nacional.	Comandar fração e gerenciar mão-de-obra civil na realização de obras de infra-estrutura.
		Fiscalizar contratos de prestação de serviços de engenharia.
		Gerenciar o emprego e a manutenção dos equipamentos de engenharia.
		Gerenciar a segurança do trabalho em obras de engenharia de acordo com a legislação vigente.
		Gerenciar o emprego de materiais de construção, de acordo com as tecnologias das construções.
	Conduzir o emprego da fração em cooperação com a defesa civil.	Comandar fração em operações coordenadas pelo sistema nacional de defesa civil e em situação de calamidade pública.
	Conduzir o emprego da fração em apoio a campanhas institucionais de utilidade pública ou interesse social.	Atuar no apoio ao combate a delitos ambientais. Apoiar ao IBAMA. Apoio aos órgãos do governo na faixa de fronteira.
	Conduzir o emprego da fração em operações de prevenção e combate a terrorismo.	Comandar fração no emprego de técnicas de detecção e neutralização de artefatos explosivos.
	Conduzir o emprego da fração em operações de garantia dos poderes constituídos.	Comandar fração no apoio a operações tipo polícia.
Comandar frações em situação de não guerra.	Conduzir o emprego da fração em operações de garantia da lei e da ordem.	Comandar fração em operações de garantia da lei e da ordem.
	Conduzir o emprego da fração em operações na faixa de fronteira.	Comandar fração em ações preventivas contra delitos transfronteiriços e ambientais e em patrulhamento.
	Conduzir o emprego da fração em operações interagências.	Comandar fração em operações interagências.

Realizar gestão organizacional	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Realizar atividades normativas e consultivas.
		Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e disciplinares.
		Realizar atividades de inteligência jurídica.
	Realizar atividades de natureza administrativa.	Realizar atividades de gestão ambiental.
		Realizar atividades de administração financeira.
		Realizar atividades de administração patrimonial.
		Realizar atividades de administração de pessoal.
		Realizar pesquisas na área de ciências militares.

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE INTENDÊNCIA DA AMAN**
(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial do Serviço de Intendência, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

1) Atuar como:

- a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
- b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
- c) Oficial de Informática;
- d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
- f) Oficial de Combate a Incêndio;
- g) Oficial de Tiro;
- h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
- i) Instrutor de Corpo de Tropa.

2) Conduzir o emprego da fração em:

- a) Operações convencionais (operações regulares);
- b) Operações não convencionais (operações irregulares);
- c) Operações de manutenção da paz;
- d) Ações subsidiárias; e
- e) Operações de segurança integrada.
- f) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

- 1) Planejar e conduzir o emprego da fração logística em:
 - a) Operações convencionais;
 - b) Operações não convencionais;
 - c) Operações de manutenção da paz;
 - d) Ações subsidiárias; e
 - e) Operações de segurança integrada.
- 2) Planejar e conduzir o emprego tático da fração.
- 3) Realizar atividades de natureza:
 - a) jurídico e/ou penal; e
 - b) administrativa.

**3. EIXOS TRANSVERSAIS****a. Atitudes**

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrição.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).

- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE INTENDÊNCIA DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura Auto.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos.
		Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr Auto.
		Supervisionar as atividades da oficina de manutenção.
		Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
	Atuar como Oficial de Comunicações e Eletrônica.	Empregar o material de comunicações.
		Zelar pela segurança das comunicações.
		Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt.
		Planejar o emprego das comunicações da U.
		Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 026

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Informática.	Zelar pela segurança da informação.
		Orientar as atividades ligadas à gerência de redes.
		Controlar os recursos de informática.
		Assessorar o Cmdo na gestão da informação.
	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN.
		Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Aplicar as normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos.
		Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U.
		Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro.
		Organizar a documentação pertinente.
		Supervisionar a escrituração da documentação pertinente.
	Atuar como Oficial de Tiro.	Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento.
		Propor medidas de segurança pertinentes.
Conduzir o tiro.		
Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Planejar e executar a recuperação do tiro.	
	Comandar a linha de tiro.	
	Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.	
Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Elaborar o programa anual de TFM da U.	
	Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares.	
	Avaliar o TFM dos militares não suficientes, em conjunto com o médico.	
	Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico.	
	Planejar e dirigir as competições desportivas.	
Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Planejar, organizar e supervisionar atividades desportivas.	
	Elaborar plano de sessão de instrução.	
	Ministrar instrução.	
	Avaliar a aprendizagem dos instruídos.	
Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Conduzir a instrução individual.	
	Participar da instrução de adestramento.	

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra e não guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Utilizar normas de comando.
		Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.
		Utilizar o terreno nas operações militares.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 027

Comandar frações em situação de guerra e não guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração logística em operações convencionais, operações não convencionais, em operações de manutenção da paz, em ações subsidiárias e em operações de segurança integrada.	Assessorar o Cmt B Log nos assuntos relacionados com o transporte e suprimento das classes de responsabilidade da Cia Log Sup.	
		Propor medidas para o recebimento, estocagem, distribuição e controle de suprimentos sob a responsabilidade da SU.	
		Determinar a execução do transporte de suprimento conforme os planejamentos do Btl e da SU.	
		Exercer a supervisão sobre a instrução técnica de intendência na GU.	
		Coordenar com o Ch COAL o emprego da SU.	
		Planejar e supervisionar as operações de suprimento nas classes de responsabilidade da SU.	
		Planejar e supervisionar as operações de transporte de suprimento.	
		Planejar e supervisionar o emprego de elementos do Esc Sp colocados em reforço à Cia Log Sup.	
		Realizar o planejamento da defesa da SU.	
		Prestar apoio no suprimento de gêneros alimentícios (Classe I) e água no âmbito da GU.	
		Instalar e operar o P Distr O Cl.	
		Transportar a reserva de suprimentos das classes I, II, III e de outras classes, orgânica da GU, e apoiar o Pel Sup Cl I Agu no transporte de suprimentos para as unidades apoiadas.	
		Suprir a grande unidade e elementos eventualmente em reforço, em artigos de suprimento das classes III e V (Mun).	
		Realizar o transporte e a distribuição dos suprimentos das classes III e V (Mun).	
Exercer o controle do suprimento classe V (Mun), no nível da Bda/DE.			
Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Realizar atividades normativas e consultivas. Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou Realizar atividades de inteligência jurídica.	
	Realizar atividades de natureza administrativa.	Executar as atividades de alienação de material e de contratação de obras e serviços da UA, bem como pela administração de todo o material sob sua responsabilidade. Executar as atividades de avaliação e arquivamento dos documentos emitidos pela unidade gestora. Executar as atividades de aquisição de artigos de subsistência do seu setor, bem como pela administração de todo o material sob sua responsabilidade. Dirigir os trabalhos de contabilidade e finanças na sua UG.	
	Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza administrativa.	Executar as atividades de aquisição e de contratação de obras e serviços da UA, segundo a legislação em vigor.
			Coordenar as atividades relativas à remuneração de pessoal civil e militar.

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE COMUNICAÇÕES DA AMAN**

(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial da Arma de Comunicações, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

- 1) Atuar como:
 - a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
 - b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
 - c) Oficial de Informática;
 - d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
 - e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
 - f) Oficial de Combate a Incêndio;
 - g) Oficial de Tiro;
 - h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
 - i) Instrutor de Corpo de Tropa.
- 2) Conduzir o emprego da fração em:
 - a) Operações convencionais (operações regulares);
 - b) Operações não convencionais (operações irregulares);
 - c) Operações de manutenção da paz;
 - d) Ações subsidiárias; e
 - e) Operações de segurança integrada.
- 3) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

- 1) Planejar e conduzir o emprego:
 - a) Da fração em operações convencionais comandando os pelotões de Comunicações orgânicos da Cia Com / Bda e Btl Com/DE;
 - b) Da fração em operações não convencionais comandando um pelotão de Comunicações em operações de resistência e integrando força expedicionária;
 - c) De Pelotão de Comunicações em operações de paz sob a égide de organismos internacionais;
 - d) Da fração em ações subsidiárias; e
 - e) Da fração em operações de segurança integrada.

2) Realizar atividades de natureza:

- a) jurídico e/ou penal; e
- b) Administrativa.

3. EIXOS TRANSVERSAIS

a. Atitudes

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrição.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.

- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).
- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE COMUNICAÇÕES DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura e Auto.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e aos suprimentos. Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr Auto. Supervisionar as atividades da oficina de manutenção. Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos
	Atuar como Oficial de Comunicações Eletrônica.	Empregar o material de comunicações. Zelar pela segurança das comunicações. Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt. Planejar o emprego das comunicações da U. Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
	Atuar como Oficial de Informática.	Zelar pela segurança da informação. Orientar as atividades ligadas à gerência de redes. Controlar os recursos de informática. Assessorar o Cmdo na gestão da informação.
	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN. Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 031

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e suprimentos.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Coordenar a difusão de normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos. Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U. Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro. Organizar a documentação pertinente. Supervisionar a escrituração da documentação pertinente. Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento Propor medidas de segurança pertinentes.
	Atuar como Oficial de Tiro.	Conduzir o tiro. Planejar e executar a recuperação do tiro. Comandar a linha de tiro. Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.
	Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Elaborar o programa anual de TFM da U. Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares Avaliar o TFM dos militares "não suficientes", em conjunto com o médico. Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico. Planejar e dirigir as competições desportivas. Planejar, organizar e supervisionar atividades desportivas.
	Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Elaborar plano de sessão de instrução. Ministrar instrução. Avaliar a aprendizagem dos instruídos. Conduzir a instrução individual. Participar da instrução de adestramento.

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego da fração em operações convencionais comandando os pelotões de comunicações orgânicos da Cia Com / Bda e Btl Com/DE.	Realizar o planejamento e gerenciar a execução das atividades logísticas da subunidade de Comunicações orgânica de uma Brigada (Pel Cmo Ap).
		Realizar o planejamento e gerenciar a execução das diversas atividades inerentes à instalação, operação e manutenção do Sistema de Comunicações Tático da Brigada (Pel Com PC e PCR).
		Realizar o planejamento e gerenciar a execução as atividades de instalação, operação e manutenção do material rádio (Pel Rad)
		Planejar e coordenar um sistema de gerenciamento eletrônico de mensagens e de uma rede de dados com enlace físico e sem fio (Pelotão de Centro de Comunicações).
		Planejar e gerenciar as atividades de instalação, operação e manutenção dos diversos sistemas físicos (Pel Construção).
		Gerenciar o emprego de um sistema de comunicações por enlace multicanal, integrante de uma malha de comunicações interligada a grandes distâncias (Pel Com Nodal).

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 032

Comandar frações em situação de guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego da fração em operações convencionais comandando os pelotões de comunicações orgânicos da Cia Com / Bda e Btl Com/DE.	Planejar e gerenciar o emprego de um Módulo de Telemática Operacional. Planejar, coordenar e executar operações de reconhecimento especializados de comunicações.
	Planejar e conduzir o emprego da fração em operações não convencionais comandando um pelotão de comunicações em operações de resistência e integrando força expedicionária.	Planejar e gerenciar o levantamento e apropriação de recursos locais. Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia. Gerenciar um sistema de comando e controle em apoio às operações de resistência. Gerenciar um sistema de comando e controle em apoio às operações integrando força expedicionária. Planejar e gerenciar o levantamento e apropriação de recursos locais em operações de resistência e em operações como força expedicionária.
	Planejar e conduzir o emprego de Pelotão de Comunicações em operações de paz sob a égide de organismos internacionais.	Gerenciar um sistema de comando e controle em apoio às operações de paz. Planejar e gerenciar o levantamento e apropriação de recursos locais.
	Planejar e conduzir o emprego da fração em ações subsidiárias.	Atuar em cooperação com o desenvolvimento nacional. Atuar em cooperação com a defesa civil. Participar de campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social. Planejar e gerenciar um sistema de comando e controle em ações subsidiárias.
Comandar frações em situação de não guerra.	Planejar e conduzir o emprego da fração em operações de segurança integrada.	Realizar atividades no contexto de antiterrorismo. Atuar em operações de garantia dos poderes constituídos. Atuar em operações de garantia da lei e da ordem. Atuar em operações na faixa de fronteira. Atuar em operações interagências. Planejar e gerenciar o Sistema de Comando e Controle em Op GLO.
	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Realizar atividades normativas e consultivas. Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou disciplinares. Realizar atividades de inteligência jurídica.
Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza administrativa.	Realizar atividades de gestão ambiental. Realizar atividades de administração financeira. Realizar atividades de administração patrimonial. Realizar atividades de administração de pessoal Realizar pesquisas na área de ciências militares. Realizar as atividades administrativas e logísticas do material de comunicações. Aplicar as normas regulamentares na administração do material de comunicações e inspeções.

**PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO
E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS DE MATERIAL BÉLICO DA AMAN**

(PORTARIA Nº 152-EME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010)

1. FINALIDADES DO CURSO

Formar o Aspirante-a-Oficial do Quadro de Material Bélico, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações militares (OM) do Exército Brasileiro.

2. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

a. Comuns

- 1) Atuar como:
 - a) Oficial de Manutenção de Vtr e Eqp;
 - b) Oficial de Comunicações e Eletrônica;
 - c) Oficial de Informática;
 - d) Oficial de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
 - e) Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento;
 - f) Oficial de Combate a Incêndio;
 - g) Oficial de Tiro;
 - h) Oficial de Treinamento Físico Militar; e
 - i) Instrutor de Corpo de Tropa.
- 2) Conduzir o emprego da fração em:
 - a) Operações convencionais (operações regulares);
 - b) Operações não convencionais (operações irregulares);
 - c) Operações de manutenção da paz;
 - d) Ações subsidiárias; e
 - e) Operações de segurança integrada.
- 3) Atuar cumprindo os preceitos da Ética Profissional Militar e dos Direitos Humanos.

b. Específicas

- 1) Conduzir o emprego da fração em:
 - a) Operações convencionais;
 - b) Operações não convencionais;
 - c) Operações de manutenção da paz;
 - d) Ações subsidiárias; e
 - e) Operações de segurança integrada.
- 2) Realizar atividades de natureza:
 - a) jurídico e/ou penal; e
 - b) administrativa;
- 3) Realizar as atividades administrativas de Material Bélico; e

- 4) Realizar a logística do material.
- 5) Planejar e conduzir o emprego tático da fração.

3. EIXOS TRANSVERSAIS

a. Atitudes

- 1) Abnegação.
- 2) Adaptabilidade.
- 3) Autoconfiança.
- 4) Camaradagem.
- 5) Combatividade.
- 6) Cooperação.
- 7) Decisão.
- 8) Dedicção.
- 9) Disciplina intelectual.
- 10) Discrição.
- 11) Equilíbrio emocional.
- 12) Honestidade.
- 13) Iniciativa.
- 14) Lealdade.
- 15) Organização.
- 16) Persistência.
- 17) Responsabilidade.
- 18) Rusticidade.
- 19) Sociabilidade.

b. Capacidades cognitivas

- 1) Atenção seletiva.
- 2) Comparação.
- 3) Compreensão de padrões lógicos.
- 4) Compreensão auditiva (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 5) Compreensão leitora (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 6) Expressão escrita (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 7) Expressão oral (Idiomas Português / Inglês / Espanhol).
- 8) Objetividade.
- 9) Raciocínio dedutivo.
- 10) Sintetização.

c. Capacidades físicas e motoras

- 1) Agilidade.
- 2) Coordenação motora.
- 3) Coragem física.
- 4) Flexibilidade corporal.
- 5) Força dinâmica.
- 6) Força estática.
- 7) Força explosiva (potência).

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEEx)

Pag nº 035

- 8) Resiliência.
- 9) Resistência aeróbica.
- 10) Resistência anaeróbica.
- 11) Resistência muscular localizada.

d. Capacidades morais

- 1) Coragem moral.
- 2) Disciplina consciente.
- 3) Julgamento moral.

e. Valores

- 1) Amor à profissão.
- 2) Disciplina.
- 3) Entusiasmo profissional.
- 4) Espírito de corpo.
- 5) Hierarquia.
- 6) Patriotismo.

4. ANEXO

Mapa Funcional.

ANEXO - MAPA FUNCIONAL DO CURSO DE MATERIAL BÉLICO DA AMAN		
a. Parte Comum.		
Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Manutenção de Viatura Auto.	Atualizar a escrituração relativa à manutenção do material e dos suprimentos. Planejar e conduzir a Mnt de 2º escalão de Vtr Auto. Supervisionar as atividades da oficina de manutenção. Assessorar o Cmdo nos aspectos referentes aos transportes.
	Atuar como Oficial de Comunicações Eletrônica.	Empregar o material de comunicações. Zelar pela segurança das comunicações. Planejar e conduzir a Mnt do Mat Com Elt. Planejar o emprego das comunicações da U. Assessorar o Cmdo na instrução e emprego das comunicações.
	Atuar como Oficial de Informática.	Zelar pela segurança da informação. Orientar as atividades ligadas à gerência de redes. Controlar os recursos de informática. Assessorar o Cmdo na gestão da informação.
	Atuar como Oficial de Combate a Incêndio.	Elaborar e manter atualizado o plano de combate a incêndio.
	Atuar como Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear.	Supervisionar a instalação dos meios e a execução das medidas de DQBN. Assessorar o Cmdo quanto a suprimentos de guerra química.
	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Colaborar nas atividades de manutenção de armamento e de suprimentos.

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 036

Realizar atividades inerentes à função de oficial subalterno nas OM de corpo de tropa.	Atuar como Oficial de Munições, Explosivos e Manutenção de Armamento.	Coordenar a difusão de normas e instruções técnicas sobre armamento, munições e explosivos.
		Supervisionar a Mnt 2º Esc de armamento da U. <i>fm</i>
		Dirigir a remoção e a destruição dos engenhos falhados nos campos de tiro.
		Organizar a documentação pertinente.
		Supervisionar a escrituração da documentação pertinente.
		Propor medidas e normas visando ao aperfeiçoamento da manutenção orgânica de armamento.
	Atuar como Oficial de Tiro.	Conduzir o tiro.
		Planejar e executar a recuperação do tiro.
		Comandar a linha de tiro.
	Atuar como Oficial de Treinamento Físico Militar.	Assessorar o Cmdo quanto à atividade de tiro.
		Elaborar o programa anual de TFM da U.
		Avaliar a adequação da carga de trabalho físico em relação à aptidão física dos militares.
		Avaliar o TFM dos militares não suficientes, em conjunto com o médico.
Elaborar o relatório de avaliação do desempenho físico.		
Atuar como instrutor de corpo de tropa.	Planejar e dirigir as competições desportivas.	
	Planejar, organizar e supervisionar atividades desportivas.	
	Elaborar plano de sessão de instrução.	
	Ministrar instrução.	
		Avaliar a aprendizagem dos instruídos.
		Conduzir a instrução individual.
		Participar da instrução de adestramento.

b. Parte Específica.

Comandar frações em situação de guerra e não guerra, integrado às funções de combate.	Planejar e conduzir o emprego tático da fração.	Utilizar normas de comando.
		Empregar produtos de defesa com variados graus de tecnologia.
		Utilizar o terreno nas operações militares.
	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais, não convencionais, de manutenção da paz, em ações subsidiárias e de segurança integrada.	Realizar as Atv Ap cerrado de Mnt 2º Esc às U Bda/DE.
		Planejar e conduzir as atividades de apoio de manutenção de 2º escalão da Bda/DE como um todo.
		Realizar a prestação de assistência e informações técnicas.
		Planejar e conduzir as inspeções técnicas.
		Realizar a destruição e a remoção de engenhos falhados, granadas e bombas.
		Planejar e conduzir as atividades de apoio de manutenção de 3º escalão da RM como um todo.
		Planejar, coordenar, supervisionar e conduzir as atividades da Cia Log Mnt/B Log.
Planejar, coordenar, supervisionar e conduzir as atividades da Cia Mnt/Pq R Mnt.		
	Conduzir as atividades de transporte e controle do suprimento de material bélico a ser distribuído para as organizações apoiadas.	

(Continuação do Adt ADAE Nr 003 ao Boletim Nr 32, de 05/05/2016, do DECEX)

Pag nº 037

Comandar frações em situação de guerra e não guerra, integrado às funções de combate.	Conduzir o emprego da fração em operações convencionais, não convencionais, de manutenção da paz, em ações subsidiárias e de segurança integrada.	Conduzir as atividades de coleta e a evacuação de material salvado e capturado.
		Gerenciar as atividades de suprimento e transporte de suprimento CI III à GU.
		e elementos eventualmente em reforço
		Gerenciar as atividades de controle do suprimento classe V (Mun), no nível da Bda/DE.
		Conduzir as atividades de recebimento, controle, armazenamento e distribuição de Armt.
		Planejar, coordenar, supervisionar e conduzir as atividades da Cia Log .Sup/B Log
		Planejar, coordenar, supervisionar e conduzir as atividades da Cia Sup/B Sup e D Sup.
Realizar gestão organizacional.	Realizar atividades de natureza jurídica e/ou penal.	Realizar atividades normativas e consultivas.
		Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou
		Realizar atividades de inteligência jurídica.
	Realizar atividades de natureza administrativa.	Realizar atividades de gestão ambiental.
		Realizar atividades de administração financeira.
		Realizar atividades de administração pessoal.
		Realizar atividades de administração patrimonial.
		Realizar pesquisas na área de ciências militares.
	Realizar as atividades administrativas de material bélico.	Aplicar as normas regulamentares na administração do material bélico e inspeções.
		Empregar as informações gerenciais, de gestão ambiental e de segurança no trabalho no assessoramento ao processo decisório.
	Realizar a logística do material.	Gerenciar a manutenção.
		Gerenciar o suprimento.
Gerenciar o transporte.		

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Sem alteração

4ª PARTE – JUSTIÇA E DISCIPLINA

Sem alteração


Gen-Ex. JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS

Chefe do DECEX